

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

O QUEBRA-QUEBRA DE 1942: UM DIA PARA LEMBRAR.

CARLOS RENATO ARAUJO FREIRE

Fortaleza –2014

CARLOS RENATO ARAUJO FREIRE

O QUEBRA-QUEBRA DE 1942: UM DIA PARA LEMBRAR.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.
Orientador: Professor Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

Fortaleza –2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas


-
- F933q Freire, Carlos Renato Araujo.
O quebra-quebra de 1942 : um dia para lembrar / Carlos Renato Araujo Freire. – 2012.
150 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Memória e temporalidade.
Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Nogueira Ramos.
- 1.Fotografia documentária – Ceará. 2.Guerra Mundial,1939-1945 – Ceará. 3.Brasil – Política
e governo – 1930-1945. 4.Anos 1940. I.Título.

CDD 981.31061

Dedico este trabalho as avós Juraci e Suzete em
agradecimento aos exemplos de força e amor.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História Social.

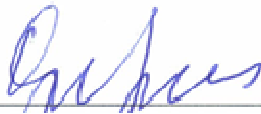
Aprovada em 25 / 08 / 2014



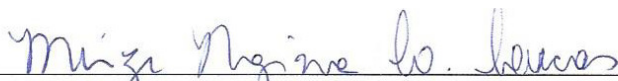
Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC



Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense - UFF



Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (Suplente)
Universidade Federal do Ceará - UFC

A fraqueza da memória dá
Fortaleza aos homens.
(Bertold Brechet)

Agradecimentos

As mudanças de um lugar para outro podem envolver mais elementos do que uma simples movimentação. Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Gilberto, pela recepção na Universidade Federal do Ceará (UFC) através do Grupo de Pesquisa Patrimônio e Memória (GEPPM). Sua paciência habitual e compreensão extensa passaram a tranquilidade necessária para um orientando aparentemente calmo.

Aos dois participantes da banca de qualificação, o Prof. Dr. Francisco Régis Lopes e o Prof. Dr. Meize Lucas, agradeço pela prontidão em aceitarem a ler este trabalho ainda no formato de um rascunho.

À Prof. Ana Mauad, agradeço por ter aceitado participar da banca de defesa da dissertação e pelas suas várias pequenas e preciosas orientações anteriores devido os contatos recorrentes em vários encontros acadêmicos.

Não é exagero afirmar que a minha formação como historiador só foi possível devido às trocas com esses três amigos historiadores da época da graduação. Minha gratidão ao Ney pela sua empolgação exemplar, o seu fôlego interminável para leituras e a sua capacidade demorada de conversar; o Daniel Gonçalves pelas várias dicas na organização dos caminhos de estudo que sigo até hoje; e ao Emy pelo exemplo de dedicação e constância na formação de uma trajetória intelectual.

Agradeço também aos lugares que ocupei durante pesquisa e que possuem o seu próprio dever. Ao Instituto Histórico do Ceará e a todos os seus funcionários, principalmente o Nonato e a Marinez. Ao Memorial da Cultura Cearense, na figura da Valéria, da Márcia e do Leonardo, que me deram a oportunidade de me aproximar com o tema abordado neste trabalho e a amizade de Cícera, Cristina, Patrícia Xavier e Karla Torquato. Ao departamento de História da UFC, em especial aos professores das disciplinas da pós-graduação que tive contato (Adelaide, Franck, Ana Rita, Kênia, Meize e Almir), e a todos os companheiros de classe pelas oportunidades de discutir a construção desse objeto de pesquisa. A todo GEPPM, em especial a Ana Carla e a Jana, pelo compartilhamento de leituras.

A toda minha família em especial ao meu pai Valder e minha mãe Rosaneiva pela torcida e pelo apoio emocional.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio financeiro.

Resumo

Este trabalho analisa a História da Memória do Quebra-quebra do dia 18 de agosto de 1942 a partir do quadragésimo e quinquagésimo aniversário da Segunda Guerra Mundial. Malgrado a importância retroativa que poderíamos atribuir ao evento, como um dos fatores responsáveis por pressionar o Governo de Getúlio Vargas a declarar guerra aos países do Eixo, apenas a partir da década de 1980 que se intensificam as erupções de investimentos de memória que transformam as depredações a estabelecimentos comerciais que tinham alguma relação com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em um acontecimento através do seu compartilhamento em matérias de jornais, livros de memórias, fotografias, restauração e construção de monumentos. Analisando especificamente os investimentos de memória de Thomaz Pompeu Gomes de Matos, Alberto Santiago Galeno, Stênio Azevedo, Geraldo Nobre e as memórias de algumas famílias dos descendentes dos imigrantes prejudicados pretendemos discutir os usos do passado no presente propondo questionamentos sobre as relações entre memória individual e memória coletiva, a interação entre o passado do acontecimento e o presente das enunciações e o imbricamento entre as temporalidades no processo de formalização das narrativas desse dia. O acontecimento é encarado aqui não como uma superfície da conjuntura, mas sim como uma forma de observar os imbricamentos de possibilidades no presente do pretérito, não como um dado imutável, mas sim como indeterminado, incerto e aberto a novas configurações de sentido e significado.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, História da Memória, Acontecimento, Fotografia.

Abstract

This text analyzes the History of Memory of the clash referred to as “Quebra-quebra” that took place on August 18th 1942 from the fortieth and fiftieth anniversary of World War II. Despite the retrospective importance that we assign to the event as one of the factors responsible for pressuring the government of Getúlio Vargas to declare war on the Axis powers, only from the 1980s are there intensifying eruptions of investments in memory that transform the depredations of the commercial establishments that had some relation to the Axis (Germany, Italy and Japan) in an event through its share in newspaper reports, memoirs, photographs, restoration and construction of monuments. Specifically analyzing memory investments of Thomaz Pompeu Gomes de Matos, Alberto Santiago Galeno, Stênio Azevedo, Geraldo Nobre and memories of some families of descendants of harmed immigrants, it intends to discuss the uses of the past in the present proposing questions about the relationships between individual memory and collective memory, the interaction between the past event and the present of utterances and the interweaving of the temporalities in the formalization of narratives that day processes. The event is seen here not as a surface environment, but rather as a way to observe the interweaving of possibilities in the present tense, not as an immutable data but as indefinite, uncertain and open to new configurations of meaning and significance.

Keywords: World War II, History of Memory, Event, Photography.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – O ano de 1942.....	29
1.1. A guerra em notícia.....	29
1.2. Entre esforços e desalinhos	36
1.3. Construção do inimigo comum	47
Capítulo 2 – Uma história dos sentidos das memórias do Quebra-quebra de 1942.....	64
2.1. Do silêncio às metamemórias.....	64
2.2. A construção de Thomaz Pompeu Gomes de Matos.....	73
2.2.1. O álbum.....	73
2.2.1. O livro de reminiscências.....	101
2.3. A outra memória: a de Alberto Santiago Galeno	106
Capítulo 3 – Entre uma história e uma memória minoritária	115
3.1. A inscrição histórica de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre	115
3.2. As memórias ligadas aos imigrantes prejudicados.....	127
Considerações finais.....	139
Bibliografia	142
Fontes	149
Anexo I – Descrição do arquivo pessoal de Gomes de Matos.	152

Introdução

Se buscarmos uma origem para a redação deste trabalho, é necessário explicitarmos, como parte de sua raiz, um dever de memória ligado a uma configuração institucional determinante durante o primeiro contato com o objeto.

Conheci o Quebra-quebra de 1942 no ano de 2006, através da visualização de uma série de fotografias organizadas em um álbum e da leitura de um livro de memórias intitulado *O Menino de Solar Rouge*, ambos pertencentes ao acervo do Memorial da Cultura Cearense (MCC), equipamento do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), gerido pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC). Essa instituição, desde a sua concepção, foi marcada por exposições relacionadas ao mundo da cultura popular da região do Cariri como *locus* privilegiado da cultura no Ceará. Como exemplos, podemos citar algumas das suas temáticas: o vaqueiro e a cultura do couro, o padre Cícero e a religiosidade popular, entre outras. O momento institucional do MCC era o da implementação de um Núcleo de Pesquisa, que tinha como objetivo expandir o capital simbólico da reserva técnica dessa instituição através da pesquisa. Com a sua criação, concretizava-se assim um ponto de intersecção entre o MCC e a universidade, que, segundo sua diretora, Valéria Laena, deveria ser a base que dotava de mais “consistência e amplitude aos acervos e às exposições temporárias, [enquanto que] para a universidade [o museu] é outro campo a ser explorado. De mais a mais, no final das contas, cada um tem o seu papel social, que é servir ao público” (LAENA, 2012, p. 78). Era preciso construir o objeto de pesquisa e, concomitantemente, justapô-lo para fundamentar uma nova identidade a esse recém-criado setor e atender às demandas daquela instituição.

O álbum e o livro de memórias, “os novos achados”, tornaram-se um projeto viável para unir os vários interesses e as demandas intra-institucionais e, também, o desejo do dono originário daqueles objetos, o Sr. Thomaz Pompeu Gomes de Matos¹, de publicar pelo menos o seu álbum e tornar as suas fotografias ainda mais públicas. O contato daquela instituição com esse informante já tinha ocorrido em outro momento: para a participação de um ciclo de palestras tendo como tema as memórias da cidade de Fortaleza. Assim, seu investimento de memória foi canalizado e transformado em uma das nossas tarefas.

¹ Daqui em diante Thomaz Pompeu Gomes de Matos será tratado apenas como Gomes de Matos.

Nesse sentido, foram realizadas, entre novembro de 2006 e março de 2007, sete entrevistas com esse informante com a duração média de uma hora cada uma. Éramos bem recebidos dentro da casa de Gomes de Matos, situada na Avenida Barão de Studart. Sua sala, ornada com diversos quadros – chamando atenção um deles contendo a figura do busto de Getúlio Vargas –, tinha o número de lugares e a tranquilidade sonora necessários, este último um componente importante para o bom funcionamento do nosso gravador, algo que a sua varanda não oferecia devido ao movimento da avenida.

Almejavamos maiores informações sobre o Quebra-quebra para a elaboração de artigos acadêmicos que deveriam constar em uma futura publicação, enquanto entrevistado visava a sua entrada no campo dos chamados memorialistas e, por fim, o MCC tentava expandir seu universo simbólico tentando criar um estrato urbano para seu acervo. A mutualidade entre os entrevistadores e o entrevistado apoiou-se nessa relação de tensão entre esses três objetivos, o que gerou uma dificuldade inicial no estabelecimento da igualdade nessa relação a fim de alcançar maior abertura nas comunicações².

A nossa aproximação, anunciada previamente como de pesquisadores e com objetivos já negociados, trouxe ruídos para a pesquisa. De um lado, mostrava-se necessária a obtenção de um direcionamento específico nas entrevistas, procedendo de maneira incisiva e com perguntas diretas. Da história de vida do Sr. Gomes de Matos, como filho, estudante, advogado, bancário, marido, envolvendo vários “capítulos” para serem contados, incluindo aquilo que já vem sendo traçado “desde que ele nasceu”, queríamos uma data, o dia 18 de agosto de 1942. Entretanto, por outro lado, Gomes de Matos direcionava o seu foco de atenção para a dita grande história, aquela relacionada diretamente com a esfera do Estado e protagonizada pelos grandes vultos. Discorria com facilidade sobre as questões da política internacional da época; sobre a configuração histórica da formação do lado Aliado e do Eixo; falava, também, sobre conjunturas anteriores dentro do Governo Vargas.

Nas primeiras entrevistas, percebíamos uma dificuldade na redução da escala. Não estávamos conseguindo chegar às informações pretendidas: o cotidiano em guerra na Fortaleza da época e a sua experiência pessoal dentro do Quebra-quebra. O que almejavamos com a nossa conduta pretensamente direta não foi obtido por essa via. A

² Segundo Portelli (1997a, p. 7 - 24), a pesquisa histórica que utiliza como instrumento a entrevista oral precisa ter no campo um objetivo amparado na igualdade, “[...] como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas.”

solução encontrada foi a utilização das fotografias como método indutivo, o que estimulou a memória do entrevistado. Assim, reduziu-se a tensão no relacionamento da nossa presença, como os historiadores, e, também, forjou-se um novo *status* para o nosso informante, pois agora o que estava em discussão eram as fotografias, e não o seu conhecimento pessoal sobre os grandes percalços históricos. O seu papel mudou de “fonte a ser questionada” para “guia experiente” através dos conteúdos das fotos.

Finalizadas as entrevistas, que também se tornaram-se acervo do MCC, começou o processo de publicação do álbum. A concretização da realização pessoal de Gomes de Matos e do seu desejo de lembrar foram bastante satisfatórios, a ponto de se iniciar um processo de doação do arquivo pessoal³ dele. Esse processo que, até o momento da minha saída da instituição, não fora concluído, acarretou no desmembramento da sua biblioteca e dos seus documentos pessoais entre várias instituições e pessoas. Em 2009, através do patrocínio do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Cultura, conseguimos lançar a edição fac-similar do álbum junto com os artigos acadêmicos refletindo sobre o arquivo pessoal de Gomes de Matos, o evento em si e as fotografias.

O lançamento contou com ampla publicização em jornais e na televisão. Uma das matérias foi veiculada no jornal Diário do Nordeste do dia 4 de outubro de 2009 e expõe o imbricamento entre o pesquisador e o objeto, já que, ao mesmo tempo em que tínhamos o papel de interpretar o enquadramento do passado dessa memória individual, também estávamos cooperando ativamente no seu compartilhamento e ajudando na sua longevidade. Na matéria, expõem-se as demandas do presente que tornaram o Quebra-quebra relevante para o jornal: o aniversário dos 70 anos do início da Segunda Guerra Mundial e um acordo militar entre o Brasil e a França para a aquisição de 50 helicópteros e cinco submarinos como parte “dos planos nacionais de modernizar as Forças Armadas”. Os assuntos aparentam uma certa disparidade, mas na fabricação da informação da edição desse dia encontra-se alguma relação na temática genérica da guerra. Na continuidade da matéria, afirma-se que “as imagens do livro falam por si”, porém o “quebra-quebra de estabelecimentos de estrangeiros no Centro” obtém sua concepção através da fala de Gomes de Matos e de uma descrição sobre as fotos:

³ Segue em anexo uma descrição genérica do arquivo pessoal de Gomes de Matos contendo apenas a quantidade dos volumes e os títulos de cada um. Ver anexo 1.

Na época, vários fatores contribuíram para exacerbar a revolta: censura da imprensa, falta de posicionamento brasileiro diante do conflito e, principalmente, a confirmação do afundamento de navios brasileiros na costa nordestina por países do Eixo. Partiu da Faculdade de Direito, em frente à qual hoje está o Obelisco da Vitória, a passeata que seguiu em direção ao entorno da Praça do Ferreira.

“As autoridades policiais estavam em Maranguape. Por isso não houve repressão”, lembra o aposentado Thomaz Pompeu, que se define como “curioso, colecionista e arquivista”. Resultados: incêndio na Pernambuco, depredação na loja Veneza e em outras das imediações.

Entre as fotos - ampliadas, registradas em cartório e catalogadas em álbum vermelho - estão imagens da multidão nas ruas, estudantes protestando de paletó e gravata, lojas destruídas, carros dos bombeiros, além de impressões anotadas. Os alvos da manifestação eram alemães, italianos e integralistas. Tanto que, em um quadro, Pompeu guarda [um] pedaço da bandeira do III Reich, retirada do Consulado da Alemanha e rasgada⁴.

A fala de Gomes de Matos ganha mais espaço e é usada em conjunto com as demais listadas adiante para tornar as temáticas coerentes entre si. Um professor universitário e mestre em administração de empresas discorre rapidamente sobre as negociações do comércio exterior de armas. Um antigo pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) fala da sua experiência de um mês e meio de *front*: “Fui só no finalzinho, mas marcou minha vida: a disciplina, a ordem, o acampamento, a prontidão”. Uma das falas vindas do MCC é de Valéria Laena, que discorre sobre como “o 'quebra-quebra' é uma versão da história que se precisa conhecer”. Em suma, essas falas somam-se a de Gomes de Matos para concluir como a “[...] memória de quem participou de eventos relacionados à Segunda Guerra hoje é considerada um patrimônio”⁵.

Num trabalho de criação de um laço discursivo entre ordens temporais distintas (o presente da negociação comercial ao passado da Guerra) e de lugares diferentes (a lembrança da guerra de um civil e de um pracinha que foi para o *front*), afirma-se uma memória coletiva pronta que é considerada um patrimônio por si só. Entretanto, sabemos que esse passado não é auto-evidente, não está lá “pronto para ser resgatado e colocado nos altares da memória ou nas arenas da história” (RAMOS, 2007, p. 42).

A memória não tem significação em si. É preciso um trabalho de prospecção e de interpretação dos seus significados muitas vezes ocultos devido ao passar do tempo ou readaptados pelas demandas do presente. Encaremos os testemunhos sobre o passado para além de uma fonte sobre um acontecer, mas também como um próprio

⁴ “Versões e embates do Ceará na II Guerra”. Jornal Diário do Nordeste, 4/10/2009.

⁵ Idem, ibidem.

“acontecimento, que teve existência em circunstâncias e intencionalidades, mudanças e permanências”. Operaremos aqui um processo de deslocamento interpretativo para evidenciar a necessidade de se estudar historicamente as camadas e sedimentações do passado, não para colocá-las como a entrada para o “túnel do tempo”, mas no “intuito de entrar em contato com rastros que, no final das contas, fazem a densidade temporal do presente” (RAMOS, op. cit.).

Esse deslocamento passa por um aumento do espaço da subjetividade no saber histórico (D’ALESSIO, 1998, p. 275). Como abordar o Quebra-quebra sem levar em conta a aproximação com quem fala dele? De quem ou o que faz falar sobre ele? Abordá-lo através do vidro plano da pura imanência, do referente distante da enunciação, nos pareceu uma armadilha que nos levaria a cair no silenciamento das polifonias que ajudaram a constituir o significado desse evento. Seguiremos os indícios que nos dão a ler o passado não pelo reflexo narcísico, mas pela sua deformidade, ou seja, explicitando suas situações de enunciação e condições de produção.

Esse deslocamento interpretativo iniciou-se com o ingresso no Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM) e a posterior aprovação no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). As discussões nesses dois locais foram essenciais na elaboração das novas problematizações da pesquisa.

Nesses espaços tive um contato mais demorado com textos clássicos relacionados ao tema da memória, a citar: Halbwachs (2004), Nora (1993), Lowenthal (1998) e Pollack (1989). Tive a oportunidade também de refletir sobre o processo de efervescência dos investimentos de memória que pretendem transformar “suas histórias, seus monumentos, suas práticas culturais em patrimônio” (NOGUEIRA, 2011, p. 383). A partir dessas discussões, observamos como se opera uma estratégia retórica da identificação entre o grupo e o objeto patrimonializado. Quando falamos que “Isto é Patrimônio do Brasil...” ou “Isto somos nós”, ocorre uma operação de identificação entre o rastro do passado (monumento, relíquia, locais de peregrinação cívica, festas, mitologias, heróis e heroínas nacionais), aquilo que eles “representam” e aqueles que os olham. Quando definimos determinado rastro como “barroco”, “religioso”, “afro”, nos sentimos de algum modo “autênticos” portadores desses mesmos atributos. Em outras palavras, a crença na realidade de um grupo (nação, estado, cidade, classe) é

retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio e de sua memória (GONÇALVES, 2007a).

O efeito dessas discussões prolongou-se ao objeto: os testemunhos de Gomes de Matos através dos seus objetos não utilizariam uma retórica semelhante? Para responder a essa pergunta, ocorreu uma mudança no campo de questionamentos. Evitamos a tendência da justificação do acontecimento -“o Quebra-quebra é uma expressão autêntica da identidade brasileira?” -para uma análise das retóricas de identificação e os trabalhos de construção das memórias individuais e das tentativas de estruturação destas como memórias coletivas no decorrer do tempo.

Refletir sobre o Quebra-quebra de 1942 passa por uma problematização das suas lembranças materializadas em seus suportes (relatos memorialísticos, entrevistas, fotografias), o que nos leva a repensar o ato de Gomes de Matos de doar os objetos da sua coleção privada para o espaço público, especificamente o espaço do museu. Torná-los objetos de uma reserva técnica ou de exposição os ressematizam, depositam-se crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais. Primeiro, torna-se importante observar o controle de significados que tal transferência implica. Em segundo lugar, essa problematização passa também por questionar uma possível operação de fetichização. É comum considerar que, por ocorrer esse deslocamento os objetos tornam-se portadores de atributos intrínsecos que o qualificam *a priori* como documento histórico. Essa operação desloca os “[...] sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando a ilusão da sua autonomia e naturalidade”. Porém, sabemos que “[...] esses atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido” (MENESES, 1998, p. 91). O que torna esses objetos documento “não é uma carga latente, definida, de informação que ele[s] encerre[m]” até que o historiador a resgate do seu sono, mas antes é a própria questão do conhecimento. “O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir a sua fala” (MENESES, 1995, p. 91).

No decurso da pesquisa e das disciplinas da pós-graduação, o objeto mostrou-se como potência para as mais diversas reflexões e correntes históricas, porém foram essas concepções teóricas a seguir que utilizamos para trilharmos nosso caminho.

Uma das heranças dos procedimentos da *Nova História*, tendo como representantes maiores os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, foi a consideração de que, se as estruturas duráveis são mais reais e mais determinantes que os acidentes da conjuntura, os fenômenos ligados à longa duração e ao quantitativo seriam mais decisivos do que as movimentações históricas de curto alcance, e a cadeia factual que os ditos positivistas se vangloriavam em formar deveriam ser substituídas pelo sentido econômico e social do tempo. Com esses pressupostos, essa escola histórica colocou em eclipse a questão do acontecimento, entretanto, um fenômeno da historiografia conseguiu reavaliar o papel do acontecimento e a importância da sua análise: a chamada *renovação do político*.

Por *renovação do político*, entendemos o movimento de reavaliação de sua metodologia a partir do contato com outras disciplinas, como a Ciência Política e a Antropologia. Assim, a questão da participação política voltou ao cerne da História, resultando no desenvolvimento de novos estudos tendo como foco a sociabilidade, a cultura política e outros antigos objetos vistos com uma nova roupagem. Esse redirecionamento rebate antigas críticas de que a história política só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas. Essa nova história política, segundo René Rémond (2003), ao se ocupar do estudo da participação na esfera política, integra todos os atores, mesmo os mais marginais, perdendo assim o seu caráter elitista, elegendo as massas como objeto de estudo. Para isso, procuram-se caminhos alheios às tradições dos Annales, através da revalorização do sujeito, do acontecimento e da saída do eclipse da narrativa na história⁶.

O retorno ao acontecimento é acompanhado de uma reavaliação do seu papel, já que compreendê-lo não é reduzi-lo à anedota. É preciso distinguir duas noções: o acontecimento não é o acidente do percurso e não se limita à superfície do “mar da história”. A segunda noção é que ele introduz na nossa visão a contingência, e isso é de suma importância para o ofício do historiador. Muitas vezes, somos tentados a projetar uma racionalidade *a posteriori* para os eventos de forma duvidosa, pensamos que o ciclo está fechado e que a última palavra sobre as consequências já é conhecida, arriscando-nos constantemente a abusar da vantagem de conhecê-la até o seu

⁶ Partindo das reflexões de Ricoeur (2010), Hartog (1998, p. 200) esclarece melhor esse questionamento posto aos Annales já que “a narrativa não estava na ordem do dia. Exceto por recusá-la na forma de história-narrativa. O que não tocava na questão da narrativa, na medida em que o objeto primeiro do debate recaía no acontecimento e não na narrativa. Renunciar à história-narrativa, quer dizer, à história *évenementielle* era deixar de lado não a narrativa, mas simplesmente uma forma particular de narrativa”.

determinado fim. Essa tendência de simplificação, que nos faz acreditar que as coisas deveriam necessariamente se passar como o foram, pode nos levar à cegueira, esquecendo-se a carga de ambivalência das situações, da ambiguidade dos comportamentos e das incertezas que os norteiam. A atenção ao acontecimento e aos seus desdobramentos e maquinações no campo da memória mostram as bifurcações possíveis no processo histórico vivido e na escrita da história. Isso nos traz de volta a noção de imbricamento constante que o presente possui, inclusive nas suas lembranças e recriações como passado.

Dessa forma, o fato é revelador da profundidade das coisas, pois modifica o destino dos povos e os destinos individuais no presente vivido, assim como, no campo do simbólico, pode mostrar a dimensão identitária da história como vivência que motiva valores e sentimentos de orgulho e de pertencimento. Este trabalho situa-se na tentativa de revalorização do acontecimento, mas repensando-o para além das conjunturas e tentando atingir outras rugosidades temporais de maior alcance (RÉMOND, 1999, p. 51-60).

Se aceitarmos ainda a sugestão de Paul Ricoeur (2012), podemos afirmar mais densamente que pensar o acontecimento na história é reelaborar a antiga aporia filosófica da imagem:

Representar é apresentar de novo? É a mesma coisa ainda outra vez? Ou é outra coisa que não uma reanimação do primeiro encontro? Uma reconstrução? Mas em que uma reconstrução se distingue de uma construção fantástica, fantasiosa, isto é, de uma ficção? Como a posição de real passado, de passado real, é preservada na reconstrução? (RICOEUR, 2012, p. 331)

Esse enigma antigo do *eikôn* marca a nossa preocupação atual sobre a questão da representação. Mas não o repete. Introduce-se um elemento ausente no *eikôn* da filosofia antiga: agora se relata o que viu e pede-se para que se acredite nele. O conhecimento histórico torna aquele dilema de outrora tolerável através de um elemento: o testemunho. Ele opera uma mudança no revezamento entre o ver e o dizer. A marca que a presença no acontecimento deixa “é o ver que se reveza entre o dizer e o crer”. Passa-se do enigma da relação de semelhança para o da relação fiduciária, passa-se de uma metáfora da semelhança do quadro para o seu questionamento através da metáfora do testemunho. “Deixa-se de se perguntar se uma narrativa assemelha-se a um

acontecimento; para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável” (RICOEUR, op. cit.).

Para os antigos, não interessava o sujeito da memória. Não existia a discussão sobre o quem da recordação, mas apenas questionamentos sobre a relação prática entre o indivíduo e a cidade. É o reconhecimento desse conceito de testemunho que garante o elo necessário entre História e Memória sem que caiamos nas armadilhas do recobrimento ou da separação radical. Ricoeur entende que “[...] mais do que simples objeto da história, a memória parece ser uma de suas matrizes, na medida em que permanece, em última instância, como a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo” (BONA, 2010, p. 144).

Nesse ímpeto, a concepção, talvez a mais central, que utilizamos neste trabalho trata sobre a questão da memória. Na sua acepção clássica, contida na obra *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (2004), já se afirmava o conteúdo coletivo das lembranças⁷. Entretanto, esse autor preocupava-se antes com a manutenção das identidades nacionais, considerada a forma mais completa de uma memória coletiva. Para isso, interessava-se mais pelos seus elementos estáveis e duradouros, não os vendo como vetores de imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica. Complementaremos sua abordagem com as contribuições de Michael Pollak, que, numa perspectiva construtivista, afirma que “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 4). Insistiremos na questão da seletividade da memória, com interesse nos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias em sua pluralidade. Para Ricoeur (2007, p. 132), Halbwachs ultrapassa uma linha invisível e acaba transformando a tese do *nunca lembramos sozinhos* na tese do *não somos um sujeito autêntico de atribuição de lembranças*. Ignorando o ato de “se colocar” num grupo e de “se deslocar” de grupo em grupo e, mais geralmente, de “adotar o ponto de vista” do grupo, supõe uma espontaneidade do sujeito individual capaz de dar sequência a si mesma e que, caso não seja considerada, apaga a própria concepção de atores sociais. “Lembrar-se, dissemos, é fazer algo: é declarar que se viu, fez, adquiriu isso e

⁷ “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.” (HALBWACHS, 2004, p. 30).

aquilo. E esse fazer memória inscreve-se numa rede de exploração prática do mundo, de iniciativa corporal e mental que faz de nós sujeitos atuantes” (RICOEUR, 2007, p. 134).

Apropriaremos-nos também da distinção das várias memórias sugeridas por Joël Candau (2012). No nível da memória individual podemos distinguir três tipos: a protomemória ou memória de baixo nível, a memória propriamente dita ou de alto nível e a metamemória. A primeira é definida, a partir de Bordieu, como uma memória imperceptível, que ocorre sem a tomada de consciência. Ela age diretamente no corpo e alude sobre o conteúdo do *habitus*, que é incorporado de maneira permanente, regulando nossas maneiras duráveis de se portar, falar, caminhar, sentir e pensar. É a presença do passado aprendido na experiência, e não a memóriasobre ele. Já a memória propriamente dita é a “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)” que no “jogo do lembrar e esquecer” beneficia-se de suportes e extensões artificiais. Por último, a metamemória é reivindicada e ostensiva, trata-se de um lado da “representação que cada indivíduo faz de sua memória”, o conhecimento que tem dela e o que sediz dela e, por outro lado, aborda também as dimensões que remetem ao “modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado”, envolvendo uma construção explícita de identidade (CANDAU, 2012, p. 23).

O estatuto desses termos muda ou fica totalmente invalidado quando passamos ao nível coletivo. Devemos evitar a propensão de transformar um singular ou um particular automaticamente em um geral através da problematização dessa passagem do individual ao coletivo. Não existe uma protomemória comum a todos os membros da sociedade, já que apenas os indivíduos adotam maneiras de comer, dançar ou de lembrar que ao se tornarem “dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como uma característica da sociedade em questão”. Conseqüentemente, “no nível do grupo apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida”. Entretanto, essa metamemória associada ao coletivo não é uma *faculdade* de denominação de um dado atestado, mas sim “um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças”. Esse conceito de compartilhamento de enunciados que constroem uma memória é uma inferência expressa por uma *retórica holística*⁸ ou por *metáforas* “(memória coletiva, comum, social, familiar, histórica,

⁸ É comum definir-se a retórica como uma técnica de persuasão que pode dar certo ou não. Definição essa que remete à incerteza, o que possivelmente pode colocá-la sob suspeita. Entretanto, esse conceito

pública), que, na melhor das hipóteses, darão conta de certos aspectos da realidade social e cultural ou, na pior delas, serão simples *flatus vocis* sem nenhum fundamento empírico” (CANDAU, 2012, p. 24 - 28).

Em suma, qual seria a relação do conceito de memória com a história escrita pelos historiadores? Só existiriam duas relações entre essas partes constituintes do passado? Uma primeira de alimentação, “uma se utiliza da outra”, ou uma segunda de destruição, em que comumente a História coloca-se como aquela que produz evidências que destroem o objeto produzido pela memória? Até o momento o que nos parece mais interessante é tratar essa relação de forma despolarizada, procurando observar as interseções entre esses elementos constituídos e constituintes do passado.

Esses questionamentos, sobre a relação entre a memória e a história, seguem o direcionamento de alguns questionamentos mais essenciais e abrangentes: porque nos lembramos de determinado passado? E porque o lembramos dessa forma? A partir de quando, e do que, um acontecimento se constitui como metamemória? Essas perguntas permeiam um gênero de escrita concebido como História da Memória. Esse gênero advém de duas correntes mais atuais de escrita da história.

A primeira corrente é o que Robert Darnton qualifica como “análise dos incidentes”. Abordando uma série de acontecimentos dramáticos, essas análises “coincidem em sua tentativa de circunscrever um evento, relatá-lo como uma estória, usando toda sorte de técnicas narrativas; além de acompanharem sua repercussão e suas versões, através do tempo” (DARTON, 2005, p. 291). Com esse artifício analítico, colocam-se em pauta os limites da reconstrução dos eventos passados, atualizando a discussão sobre história, narração e ficção. Perguntas como “como podemos saber o que realmente aconteceu” e “onde está a verdade das interpretações diferentes” balizam suas perspectivas. Com essas perguntas há a ambição de questionar a compreensão geral do passado aprendida no presente.

Apesar de próxima, difere-se da micro-história por não centralizar suas preocupações na reconstrução sistemática dos mundos sociais a partir da manipulação

frágil funciona como ferramenta interpretativa necessária porque pode nos dizer “alguma coisa” sobre o real. Candau define as retóricas holísticas como “o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como suas representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultural)” (CANDAU, 2012, p. 29).

da escala, permitindo observar fenômenos que não podem ser vistos em níveis maiores de abstração. Na prática, a história dos incidentes, na sua tentativa de historicizar a sua narração, preocupa-se mais com os meios de comunicação, a opinião pública e a memória coletiva. Diferencia-se da *histoire événementielle* combatida pelos Annales devido a duas preocupações, de “[...] um lado com a reconstrução acadêmica de um evento e, do outro, com a história de sua narração” (DARTON, 2005, p. 291).

A *análise dos incidentes* paradigmaticamente não traz nenhuma novidade metodológica. Outros alinhamentos já afirmavam que os fatos não podem ser extraídos dos arquivos como se fossem a realidade do passado tal e qual; e não podem ter como meta uma narrativa que irá trazê-lo à tona da forma como realmente e literalmente aconteceu. Perceber a variação dos dispositivos retóricos no decorrer do tempo seria uma das preocupações diferenciadas dessa análise, percebendo assim os artifícios que há em cada relato de um evento, incluindo os nossos próprios investimentos.

Essa análise situa-se na tensão entre imediatismo da experiência dos atores históricos e os significados a ela atribuídos posteriormente. O que está em jogo não é propriamente o evento fechado em si, mas a concatenação de tempos históricos presentes nas suas escritas pretéritas. Essa preocupação é pautada “[...] no esforço de encontrar seu significado - o que eles significavam para as pessoas que os vivenciaram e para aqueles que mais tarde aprenderam sobre eles” (DARTON, 2005, p. 303). É uma tentativa de problematizar a concepção inocente do encontro com as vozes perdidas do passado, já que estamos sim é defronte aos “fragmentos da vida vivida há muito tempo”, que acendem a imaginação de quem as re-escreve.

A segunda corrente, sugerida por Peter Burke (2000), nasce da quebra com a visão tradicional da relação entre a história e a memória. Antes, o historiador teria a função de ser o guardião dos feitos públicos contra o perigo do tempo para proporcionar a fama de tais atores históricos, garantindo a prosperidade do seu exemplo. Hoje “nem as memórias nem as histórias parecem mais ser tão objetivas”. Aprendemos que ambas passam por seleção, interpretação e distorção, e que é preciso perceber os condicionamentos e as influências dos grupos sociais nesse processo.

Segundo Burke (2000, p. 72 - 73), para fazer uma “história social do lembrar”, é preciso partir de dois pontos. O primeiro versa sobre a necessidade de elaborar uma “crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos”. Já o segundo ponto afirma que o interesse da memória como fenômeno

historico deve basear-se na questão da seletividade da memória social e individual e, conseqüentemente, na necessidade de identificar os princípios dessa “seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo”.

Na sua concepção de História da Memória é necessário compreender os limites de manipulação destas lembranças e “como” e “por quem” tornam-se concretas. Nesse processo, os sujeitos que reivindicam determinando lembranças utilizam-se de algumas ferramentas: os esquemas, os enquadramentos e a mitificação. A questão dos esquemas é a tendência de “representar – e, às vezes, lembrar – um determinado fato ou pessoa em termos de outro”. Já os enquadramentos operam “nivelamentos” e “aguçamentos” do(s) aspecto(s) de determinado indivíduo ou situação para um tipo de estereótipo, assim como, também, efetuam processos de condensação e deslocamento de alguma característica específica. Já a mitificação é entendida aqui no seu sentido rico e positivo, de uma estória “com um significado simbólico que envolve personagens em tamanho maior que o natural [...]”. O uso desses mitos pretende eliminar as diferenças entre passado e presente, transformando as conseqüências inesperadas em objetivos conscientes, “[...] como se o principal propósito desses heróis do passado fosse originar o presente – o nosso presente” (BURKE, 2000, p. 69 - 89).

Em suma, a memória possui uma substância maleável. Se nos detivermos sobre o conteúdo de um passado consciente evocado e nos perguntarmos “porque se pensa sobre ele, quando e de que forma é sentido como sendo um campo separado”, observaremos como isso “varia de cultura para cultura, de pessoa para pessoa e de dia para dia” (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

No âmbito nacional esse período foi abordado tematicamente por dois interesses principais. Primeiro, como marco para se discutir a mudança do modelo de influência cultural internacional do francês para o norte-americano. Podemos colocar dentro desse alinhamento autores como Antonio Pedro Tota e Gerson Moura. A leitura desses autores foi importante para compreendermos melhor o embate internacional das potências envolvidas no conflito pelas suas zonas de influência na América Latina. O segundo interesse foi para reativar os posicionamentos dos sujeitos históricos na sua interação com o Estado Vargasista, repensando a questão da politização do cotidiano desse período. Essa vertente é representada por autores como Alcir Lenharo (1986),

Angela de Castro Gomes (1988), Maria Helena Capelato (1998), Rachel Soihet (1998) e Jorge Ferreira (2001).

A leitura de três outros trabalhos sobre o período será fundamental. O livro *Guerra sem Guerra* de Roney Cytrynowicz (2000) detém-se sobre os limites e os usos da mobilização para a guerra no cotidiano em São Paulo. Já o livro *Memórias de uma (outra) guerra* de Marlene de Fáveri (2004), em contrapartida, narra o cotidiano de medo, violência e censura aos descendentes de alemães e italianos em Santa Catarina na mesma época. Enquanto isso, o livro *Imigrante Ideal*, de Fábio Koifman (2012), versa sobre a política nacionalista de restrição e controle da entrada de estrangeiros vigente no período de 1941 a 1945.

A leitura de trabalhos que partem da mesma intenção de historicizar as memórias nos ajudou a fazer nossas escolhas teórico-metodológicas e pensar na divisão dos capítulos. Foi o caso do livro de Robert Daibert Junior (2004) sobre a fabricação da representação da Princesa Isabel como a “redentora” dos escravos, do trabalho de Guiomar de Grammont (2008) sobre a construção romântica do artista Aleijadinho como ideologia artística e política do Modernismo e, por fim, o trabalho de Regina Abreu (1996) que reflete sobre as estratégias de fabricação de um personagem histórico e de consagração da sua imortalidade através de um caso específico, o ato de doação do acervo pessoal de Miguel Calmon (senador e duas vezes ministro da primeira República) para o Museu Histórico Nacional.

A pesquisa bibliográfica das dissertações e teses foi efetuada em nível local e encontrou diversos trabalhos que percorrem o período, mais especificamente a Segunda Guerra Mundial, e, também, as décadas de 1930 e 1940, dos quais podemos citar como referência os trabalhos de autoria de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (2000), Jane D. Sameão e Silva (2000), Erick Assis de Araújo (2003), José Aloísio Martins Pinto (2005, 2012), Berenice Abreu (2007), Carlos Henrique Moura Barbosa (2007), Raimundo Helio Lopes (2009). Destacamos ainda os trabalhos de autoria de Carlos Eduardo Vasconcelos Nogueira (2006) e Patrícia Pereira Xavier (2010), que também possuem a mesma preocupação de fazer uma História da Memória.

Por fim, devemos indicar que essa proposta de estudar o Quebra-quebra de 1942 já foi trabalhada pelo meu companheiro de núcleo de pesquisa GONÇALVES (2007b), que criou uma narrativa densa própria sobre o evento e iniciou o caminho de traçar uma análise através do conceito de memória.

O que distingue esta dissertação das monografias anteriores é a problematização desse trabalho de memória evitando um presentismo⁹ e considerando pelo menos a interação de três posições temporais distantes e distintas: o ano de 1942, as suas lembranças a partir da década de 1980 e o presente da pesquisa. Optamos por trabalhar Quebra-quebra de 1942 na sua horizontalidade cronológica do seu *fazer-se* acontecimento, e não apenas numa verticalidade sincrônica de uma análise pontual baseada apenas no momento do ocorrido. Esse *fazer-se* do Quebra-quebra como partícipe da História não por acaso ocorreu no final do século XX movido por um “boom da memória”, que tem seu reflexo numa matriz complexa que envolve elementos como a reivindicação de políticas de identidade e de compensação de grupos segregados; o fim de regimes ditatoriais em países latino-americanos e a luta por independência por países africanos; a proliferação de comemorações oficiais sobre determinados passados; o aumento da “pesquisa científica, filosófica e [da] arte” (WINTER, 2006, p. 87)

Para problematizar esse *fazer-se*, optamos por privilegiar a construção da memória efetuada nos seus agenciamentos com as fotografias e também através da escrita como passado dos memorialistas. Sobre esses últimos, escolhemos aqui para centralizar nossa reflexão, devido ao percurso da pesquisa e ao seu próprio anseio de se colocar como porta voz desse acontecimento, os investimentos de memória de Gomes de Matos. Ligado a uma família tradicional da política cearense da Primeira República, os Acciolys, Gomes de Matos tinha, na época, 24 anos e era estudante da Faculdade de Direito e, após aposentar-se pelo Banco do Brasil, iniciou a publicização das suas fotografias e dos seus depoimentos.

Refletiremos também mais detidamente sobre a escrita de Alberto Santiago Galeno do Quebra-quebra como passado, escolhido aqui devido ao antagonismo na sua descrição do evento. Possuía 25 anos na época e também formou-se em Direito em 1948. Seguiu uma carreira de jornalista, atuando principalmente no jornal comunista *O Democrata*, e participou de algumas agremiações intelectuais, destacando-se na direção

⁹ Segundo Huyssen (2000, p. 74), “hoje, tanto a memória pessoal quanto a cultural são afetadas pela emergência de uma nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo cada vez mais veloz da vida material, por um lado, e pela aceleração das imagens e das informações da mídia, por outro. A velocidade destrói o espaço, e apaga a distância temporal. Em ambos os casos, o mecanismo de percepção psicológica se altera. Quanto mais memória armazenada em bancos de dados, mais o passado é sugado para a órbita do presente, pronto para ser acessado na tela. Um sentido de continuidade histórica ou, no caso, de descontinuidade, ambos dependentes de um antes e um depois, cede o lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços prontamente acessíveis pelo presente”.

da Casa Juvenal Galeno (1989 - 2005). Escreveu diversos livros, mas especificamente dedicou algumas páginas sobre o Quebra-quebra no *A praça e o povo* (1990).

No decorrer do texto utilizaremos de forma pontual os relatos de outros dois memorialistas: Blanchard Girão e Marciano Lopes. O primeiro escreve brevemente sobre o acontecimento em dois momentos, no livro *O Liceu e o Bonde* (1997) e no *A invasão dos cabelos dourados* (2008). Ele tinha 14 anos em 1942, era estudante do Liceu do Ceará e revisor do jornal Gazeta de Notícias. Sua rápida descrição do evento assemelha-se a de Gomes de Matos, por isso não o problematizaremos de forma mais detida. Já Marciano Lopes tematiza esse período nos livros *Royal Briar: A Fortaleza dos anos 40* (1988) e *Coisas que o tempo levou: a era do rádio no Ceará* (1994). Esse autor é natural de Beberibe (CE) e mudou-se para Fortaleza em 1945. Ele não chegou a escrever sobre o Quebra-quebra, a sua escrita é perpassada por um sentimento de nostalgia da década de 40 e por um dever de ir contra a “guerra do progresso” que desrespeita “àqueles que, décadas atrás, tiveram visão para querer fazer de Fortaleza, uma cidade aristocrática e bela” (LOPES, 1994, p. 252).

Em suma, para tratar desse *fazer-se* acontecimento abordaremos a escrita desses memorialistas na “sua capacidade de prescrever sob a aparência de descrever, ou então, de denunciar sob a aparência de enunciar” (BORDIEU, 2008, p. 111). Com essas pretenções dividiremos o trabalho na seguinte forma:

No primeiro capítulo, “O ano de 1942”, situaremos o Quebra-quebra em seu tempo histórico, os primeiros anos da Segunda Guerra em Fortaleza. Trataremos das “necessidades” desse momento beligerante principalmente através dos memorialistas e de dois periódicos: *O Povo* e *O Nordeste*. O primeiro foi fundado em 1928 por Demócrito Rocha e possuía circulação diária e vespertina. No início da década de 30, apoiou a implementação do novo regime político em âmbito nacional, mas mantém certa oposição aos nomes alencados aos cargos em nível local. Após as sucessivas mudanças dos Interventores Federais e a acomodação do interventor Menezes Pimentel no cargo, assume uma posição de diálogo aproximada com as autoridades instituídas. Com o começo do conflito mundial, esse jornal é tomado pelas notícias do *front* fornecidas pelas agências nacionais e internacionais, o que nos permitiu observar a escalada dos embates e correlacioná-la à demanda de inserção da população fortalezense nas ditas obrigações da época. Já o jornal *O Nordeste* foi fundado em 29 de junho de 1923 e possui periodicidade diária e vespertina, mas sem saída aos domingos devido a

sua procedência católica. Por ser editado pela Arquidiocese de Fortaleza, possui forte teor moralizante. A própria Guerra abordada em suas páginas tinha como uma das suas razões a não-obediência aos ensinamentos da Igreja. Possuía o maior número de assinaturas dentro do Estado naquela época.

No primeiro tópico desse capítulo intitulado “A guerra em notícia”,discorreremos sobre como a guerra,mesmo distante,reforçava parâmetros de disciplinamento da população civil naquele período. Já no segundo tópico, intitulado “Entre esforços e desalinhos”, abordaremos, num primeiro momento, as diversas formas com que a população fortalezense era conclamada a participar dos esforços de guerra e, posteriormente, exporemos efetuações dessas ações que chegaram a produzir inserções dúbias e ambíguas nesse contexto, das quais o Quebra-quebra também aparece como uma extrapolação das normas das condutas vigentes.No terceiro tópico, “Construção do inimigo comum”, iremos esboçar as linhas do horizonte ideológico majoritário que formava o nacionalismo vigente através da construção do inimigo comum, o estrangeiro ou os simpatizantes do eixo. Nessa correlação entre o cotidiano e o político,tentaremos esclarecer as relações sociais nas quais estavam implicados o acontecimento e as suas próprias motivações.

Apesar de a proposta central do trabalho ser perceber a construção da memória do Quebra-quebra de 1942, consideramos que seja necessário recorrer a essa massa de fontes contemporâneas aos fatos para compreender o seu processo de enquadramento posterior enquanto enunciado da memória individual que se pretende como memória coletiva. São fontes ricas, que frequentemente dizem “[...] muito mais que as lembranças dos protagonistas ou, pelo menos, as tornam compreensíveis, já que acrescentam a moldura de um espírito da época”. Saber quais as ideologias que estavam em disputa na Segunda Guerra, fazendo o contraponto com o que restou disso nos relatos testemunhais posteriores, é não limitar-se à lembrança que agora as testemunhas “[...] têm de como eram e agiam, não [caracterizando] uma pretensão reificante da subjetividade nem um plano para expulsá-la da história” (SARLO, 2004, p. 61). Não se trata de um julgamento do que se testemunha, mas apenas uma tentativa de tornar os relatos da experiência interpretáveis.

No segundo capítulo, “Uma história dos sentidos das memórias do Quebra-quebra de 1942”, a preocupação mais evidente é a de restituir o *quem* e o *comodo* trabalho de lembrança sobre o Quebra-quebra. Aqui tentamos fugir do paradoxo que

opõe a memória individual à memória coletiva, tentando perceber a constituição que é, ao mesmo tempo, distinta, porém mútua e cruzada de ambas (RICOEUR, 2007, p. 105 - 107). O tópico de abertura, “Do silêncio às metamemórias”, trata da escassez de indícios sobre o dia do evento dentro dos periódicos da época e de como esse fator foi determinante para o direcionamento da reflexão às fontes que estavam relacionadas ao campo da memória.

No segundo tópico, intitulado “A construção de Thomaz Pompeu Gomes de Matos”, o centro de reflexão é a narrativa sobre o evento constituída através do seu ato fotográfico e do seu livro de memórias. Essa forma de lembrar de Gomes de Matos, com a utilização das fotos e dos seus depoimentos (relatos de memória e entrevistas), opera um corte duplo: um no referente do vivido e o outro nas atribuições de sentido e significado para esse acontecimento. A fotografia é aqui uma fonte em diálogo com as entrevistas e o seu livro de memórias, já que ambas compartilham uma lógica semelhante, “a da memória e do esquecimento, a da presença e da ausência, mediadas pela interpretação de um intermediário, o pesquisador ou o fotógrafo. Essas fontes nos permitem notar fatos, mas serão ainda pertinentes para atingir o nível das representações” (GRANET-ABISSET, 2002, p. 16).

No último tópico, “A outra memória: a de Alberto Santiago Galeno” iremos tratar de uma outra memória deste evento escrita por esse autor em que o Quebra-quebra de 1942 ganha um sentido e significado diferentes devido a sua *posição* de lembrar e sua experiência com a Ditadura Militar implementada em 1964.

O terceiro capítulo, “Entre uma história e uma memória minoritária”, tem como objetivo principal refletir sobre a inscrição do Quebra-quebra de 1942 na História. Essa reflexão histórica do Quebra-quebra de 1942 encontra-se no livro intitulado *O Ceará na Segunda Grande Guerra*, de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre, editado em 1998. Esses autores também fazem parte do grupo que viveram intensamente o período da Segunda Guerra. Stênio de Azevedo cursava a Faculdade de Direito do Ceará no começo da década de 1940, “cujo desenvolvimento acompanhou tanto na condição de convocado para o serviço do Exército como na de repórter dos *Diários Associados do Ceará*”. Por sua vez, Geraldo Nobre também tinha uma carreira jornalística passando pelo matutino *Gazeta de Notícias* e, posteriormente, pelo jornal católico *O Nordeste*. Além disso, prestou serviço militar participando voluntariamente do curso de formação de sargentos

em 1941- 42 e, para finalizar, a partir de 1943 trabalhou um ano como servidor do SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

Em suma, por serem testemunhas oculares desse tempo pretérito, também contavam com a sua própria memória para analisá-lo. Entretanto, a escrita desse livro não está só sobre essa influência, mas, também, está diretamente ligada ao campo da tradicional historiografia cearense, pois Geraldo Nobre era um dos membros efetivos do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará. Fundada em 1887, essa instituição concentrava os intelectuais pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica sobre o Estado e tomaram para si o papel de construtor dos traços identitários da nação.

Até os dias de hoje, os esforços de pesquisa e de coleta de documentos ainda estariam alicerçados sobre essa origem? Passado um século da sua criação, na época do lançamento do livro em 1998, o Instituto do Ceará passava por qual regime teórico-metodológico? Quais seriam os fatores que influenciaram a escrita desse trabalho? Qual é a operação historiográfica promovida pelos autores? Essas são as questões que devem nortear a reflexão do primeiro tópico.

No segundo tópico, “As memórias ligadas aos imigrantes prejudicados”, documentaremos a atual situação da memória ligada às famílias que tiveram seu patrimônio depredado, através de entrevistas com os filhos dos imigrantes daquela época. A metodologia da história oral será utilizada, segundo a sugestão de Verena Alberti (1996), para documentar as ações de constituições de memória. Tomaremos “a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas” a fim de “chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória”. A História da Memória do acontecimento passa aqui por uma tentativa de objetivação das subjetividades. A intenção é tentar responder a algumas dessas perguntas: qual foi o devir das memórias daqueles imigrantes? Elas chegaram a formar uma função de estruturação de uma identidade coletiva? Foram transmitidas da mesma forma que a memória lida aos estudantes? Existiu algum diálogo entre essas formas de conceber o passado? Qual é a relação dos filhos desses imigrantes com esse passado?

Capítulo 1 – O ano de 1942

1.1. A guerra em notícia

Em setembro de 1939, o mundo toma conhecimento da deflagração de mais um conflito de alcance internacional. As forças armadas alemãs transpuseram a fronteira comum da Polônia, usando a tática de penetração veloz com tanques (*Panzers*), seguidos pela infantaria mecanizada e, posteriormente, pela infantaria a pé com o apoio dos bombardeios aéreos (*Luftwaffe*), efetuando a guerra relâmpago (*Blitzkrieg*) (GONÇALVES, 1999, p. 167).

O início da longínqua Guerra Mundial é acompanhado pela população fortalezense por meio das notícias das agências internacionais através dos jornais, das revistas, das transmissões do rádio, dos filmes e dos cines-jornais nos cinemas. O *front* distante torna-se presente de forma massiva, fabricando-se uma necessidade de atenção. “O mundo inteiro recebe emocionado essas notícias, [...] o Brasil vibra, o Ceará também vibra e possivelmente terá a sua opinião formada sobre o momentoso assunto”¹⁰. Segundo os jornais, a guerra tornava-se o assunto mais comentado:

Entramos no Café Sport - a Praça do Ferreira – gente conversando em quase todas as mesas. Notamos que o futebol está de fato perdendo o antigo prestígio. Quase não se fala mais nesse assunto. A guerra é mais sensacional e mais oportuna no momento¹¹.

Esse pequeno trecho escrito por um jornalista de nome desconhecido do jornal *O Povo* descreve bem o clima de entusiasmo que a população fortalezense deveria tomar diante da Segunda Grande Guerra, à espreita da próxima notícia do *front*. As atenções deveriam mudar de foco da diversão nacional para o confronto mundial.

Continuando a matéria, o repórter em peregrinação nas ruas da cidade para obter a opinião do “homem do povo” entra no Café Sport, dos Irmãos Emygio, localizado na esquina das ruas Major Facundo e Liberato Barroso. As suas interrogações dirigidas aos entrevistados nos mostram qual era o campo de expectativas, com as suas dúvidas e incertezas, do período:

¹⁰ “Se o eixo perder a guerra...”. Jornal *O Povo*, 18/12/1941, ano XIV, nº4468. p. 4.

¹¹ Idem, ibidem.

Custará muito ainda a Vitória das Democracias? A política de agressão irá mesmo ter um fim nesses próximos anos? – ou meses? Como será o mundo de amanhã? De acordo com os planos de Roosevelt-Churchill ou com a “Nova Ordem” anunciada pelos associados do Eixo?¹²

A imprevisibilidade do porvir é enfatizada como constituinte do presente no cotidiano cidadão, pois a guerra poderia tanto acabar em alguns meses quanto em alguns anos. A escala de medida do tempo, menor baseada nos meses ou maior baseada nos anos, iguala-se diante da incerteza dos dias futuros e de qual mundo as pessoas iriam ter a possibilidade de habitar. Muitas dessas incertezas provinham não só do enfrentamento entre o Eixo e os Aliados, como da própria posição de “neutralidade” que o Brasil tomou diante da bipolarização do contexto internacional.

A reunião do Conselho de Segurança Nacional em 1939 poderia expressar um aparente consenso na alta cúpula do governo de Getúlio Vargas, entretanto, o que se assistia era a uma divisão profunda nas decisões de cunho econômico e militar: onde o governo federal iria conseguir recursos para a construção de uma usina siderúrgica? Com quem deveria ser feita a aquisição de novos armamentos para as forças armadas?

O presidente Vargas queria descartar os fornecedores europeus. O chefe interino do Estado-Maior do Exército, general Francisco José Pinto, preferia comprar as armas nos EUA. O ministro da Guerra, general Dutra, desejava adquiri-las da Alemanha. O ministro da Marinha, Aristides Guilhen, mantinha-se fiel aos fornecedores britânicos. Ao fim da reunião, o Conselho decidiu dar prosseguimento à política de compra na Europa (MOURA, 1993, p. 177 - 189).

Com várias manobras políticas internacionais, Getúlio tentava tirar vantagem da opção do livre-comércio (ou seja, das relações comerciais com os EUA) e, ao mesmo tempo, do comércio compensado (das relações com a Alemanha nazista). Apesar do acirramento ideológico em 1938 e 1939, o Brasil ainda conseguia comprar grande carga de suprimentos navais tanto dos EUA/Grã-Bretanha quanto da Alemanha.

Independente das dúvidas sobre qual lado sairia vencedor ou por qual lado o governo brasileiro iria interceder, segundo o jornal os “homens do povo” pareciam já ter escolhido por qual lado iriam vibrar, como mostra a continuação do texto:

Fala o velhinho na mesa vizinha:
Primeiro ele fez um histórico da marcha da Guerra, [...] e concluiu a sua longa dissertação com estas solenes palavras:

¹² Idem, *ibidem*.

- Chegou a ora da onça beber, meus amigos. No dia da Vitória, acho que quando receber a notícia, ou morrerei do coração ou remoçarei vinte anos. Se eu fosse um pouquinho mais moço e gostasse de beber, não sei não, mas acho que nesse dia eu me “afogava”... ali no Bar da Brahma¹³.

Nessa reportagem, percebemos a tentativa de construir uma necessidade parase posicionar diante do confronto externo. O jornal pretende nos informar sobre a necessidade de um certo grau de envolvimento com a guerra, mas também torna-se produtor de envolvimento. O jornalista desconhecido em questão não se conecta diretamente ao fato, mas sim às “falas”, no caso a do velho, para afirmar metonimicamente que a opinião pública em geral está entusiasmada com a guerra e que a “propensão mais acentuada do homem simples da rua é para a alegria ruidosa, e todos pensam de acordo com o sentir geral hoje predominante nas Américas: a derrota do Eixo”.

Os jornais, com as notícias sobre a guerra, pretendem tornar-se “[...] um substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz” (MOUILLAUD; PORTO, 2002, p. 26 - 27). Essa dualidade, seja de identificar-se com o entrevistado na sua posição pró-aliado, seja de distanciar-se, citando sua fala exagerada, é a origem da estratégia de manipulação do discurso de outrem. Entretanto, não se trata de uma manipulação sem sentido ou direção. Com essa estratégia, os jornais produzem um efeito na sua construção narrativa, reverberando em uma série de enunciados, atrelados a determinados interesses. Esse tipo de notícia da guerra foi utilizado, amplificado e reproduzido para criar a necessidade de inserção nas demandas desse momento beligerante segundo as normas do Estado Novo, que enfatizava “ideais militares, povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, debravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 19).

Esse mesmo enunciado de que todos estavam atentos às notícias e dispostos em relação à guerra é um dado reificado nos relatos memorialísticos. Por exemplo, o livro *Coisas que o tempo levou*, do cronista-memorialista Marciano Lopes, que morou durante sua infância numa pequena cidade do litoral cearense chamada Beberibe, localizada a cerca de 80 km de distância da capital Fortaleza, discorre sobre os indícios de mudança de sensibilidade devido aos novos meios de comunicação e relata como as

¹³ “Se o eixo perder a guerra...”. Jornal **O Povo**, 18/12/1941, ano XIV, nº4468 (recorte meu).

notícias da guerra pelo rádio prendiam a atenção das pessoas dentro de um estabelecimento comercial:

[...] Era ali que, nos fins de tarde, os homens se reuniam, os cabelos ainda molhados do banho na levada, após a faina do dia. Roupa limpa, “apragatas de rabicho”, formavam pequeno agrupamento em frente ao receptor que ficava num nincho vasado na parede que separava o bilhar do resto do estabelecimento.

Naqueles tempos de guerra, os homens largavam o trabalho mais cedo, todos ansiosos em saber as últimas notícias do terrível conflito que abalava o mundo. Meu pai costumava me levar pela mão e enquanto conversava com amigos, sempre sobre guerra, nazistas, batalhas [...], assuntos que eu nada entendia, ficava a contemplar aquela caixa de madeira “que tinha um homem dentro”, segundo diziam os outros meninos (LOPES, 1994, p. 13).

Mesmo o rádio sendo objeto de luxo para a época, a passagem ressalta bem a sociabilidade que existia em torno dele. Mais pelo encantamento, que o equipamento técnico de comunicação exercia do que por estar entendendo o assunto em si, o adulto Marciano Lopes segue o seu relato sobre a sua infância:

[...] Aí eu perguntei pra minha mãe o que era alemão e ela disse que alemães eram os homens que tinham provocado a guerra e eu quis saber o que era a guerra e ela explicou que eram homens brigando para conquistar alguma coisa. E eu imaginava um punhado de homens agarrados brigando, coisa assim como eu já vira pela rua entre bêbados e vagabundos. E eu perguntava pra minha mãe onde era a guerra e ela dizia que era muito longe, lá na Europa. Como o meu mundo, naquele tempo, era muito restrito, minha concepção de “longe” era logo ali, após a linha do horizonte, sempre ao Oeste, ao entardecer. E na minha fantasia, a Europa era bem ali, logo depois do Cemitério e eu quase chegava a enxergar uma meia dúzia de “vagabundos” trocando sapatos à luz sanguínea do crepúsculo. E ficava de ponta de pés na calçada da casa da minha avó, tentando ver alguma coisa da guerra... (LOPES, 1994, p. 13 - 14).

Malgrada a distância do conflito, a guerra como um discurso intercedia na rotina das pessoas através das ondas do rádio. Atentos ao teor exagerado e à licença poética do trabalho retroativo dessa lembrança individual, percebemos como os meios de comunicação modificavam as perspectivas e fabricavam uma necessidade de saber sobre que extrapolava a distância do conflito, tornando-o próximo. O deslumbramento com o objeto-técnico envolvia a criança, levando-a a imaginar o conflito através daquilo que era mais congruente com o mundo ao seu redor: o conflito entre Estados-Nações transforma-se assim em briga de esquina entre “um punhado de homens”, e a distância oceânica é reduzida a tal ponto que a Europa fica “logo depois do Cemitério”. Assim, a relação entre o desconhecido e o conhecido é costurada no texto, de forma muitas vezes

ambígua, na qual “uma parte do mundo que parecia inteiramente outro é reduzida ao mesmo pelo efeito da decalagem que desloca a estranheza para dela fazer *exterioridade* atrás da qual é possível reconhecer uma *interioridade* [...]” (CERTEAU, 2002, p. 221). O inatingível (a guerra, a Europa, o alemão) nesse processo retroativo de lembrança é transformado na escrita, na mão do adulto autor, através do processo de aproximação com aquilo que ele lembra do que fazia parte do seu universo (briga entre bêbados, o “logo ali”).

Nessa época, o rádio era objeto de investimento dos dois lados da guerra. A Rádio Berlim – emissora de ondas curtas – oferecia toda uma programação radiofônica direcionada ao público brasileiro com alguns programas específicos. Os sinais emitidos em Berlim e Roma eram bem mais potentes dos que os emitidos nos Estados Unidos. Além disso, nos regimes nazifascistas, os meios de comunicação estavam na mão do Estado, que os utilizava para fins ideológicos diretos, enquanto, nos Estados Unidos, reinava a livre iniciativa. Essa autonomia dos meios de comunicação em relação ao governo norte-americano dificultava a articulação de um consenso para definir as estratégias de informação no período beligerante. Para resolver esse empecilho, o governo americano, pautado na *política da boa vizinhança*¹⁴, concentrou seus esforços em tornar mais eficiente a irradiação dos seus programas e conseguiu a cooperação das grandes emissoras, que baixaram os preços dos seus serviços em cerca de 50%. Cada vez mais, a América Latina tornava-se envolvida nas disputas internacionais devido às estratégias para garantir audiência à informação privilegiada irradiada pelos concorrentes (TOTA, 2000, p. 74 - 75).

Outro relato que trata dessa necessidade de inserção é o do jornalista-memorialista Blanchard Girão. Na época, ele era estudante do Liceu do Ceará, muito engajado nas ações do Centro Estudantal Cearense (CEC)¹⁵ e nas manifestações pró-aliados e conseguiu um emprego como revisor no jornal *Gazeta de Notícias*. Aos 68 anos, descrevia-se com 14 anos acompanhando intensamente o conflito internacional:

¹⁴ “Essa boa vizinhança significaria um convívio harmônico e respeitoso entre todos os países do continente. Significaria também uma política de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre os Estados Unidos e o restante da América” (MOURA, 1988. p. 8).

¹⁵ O Centro Estudantal Cearense (CEC) foi fundado em Fortaleza no dia 11 de agosto de 1931, tendo como objetivo principal fundar uma representação estudantil para além dos muros dos estabelecimentos de ensino. Em 1935, contava com mais de dois mil discentes associados de vários colégios, escolas superiores da capital e, também, alguns educandários do interior do estado do Ceará. A saber: Liceu do Ceará, Colégio Militar, Educandário Cearense, Escola Normal, Colégio Imaculada Conceição, Colégio Santa Cecília, Escola de Comércio Fênix Caixerai, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Ginásio Sobralense, entre outros. (MOREIRA, 2006. p. 17).

Meu pai comprava diariamente um jornal. Habituei-me à leitura. Recortava mapas da frente de batalhas, biografias de generais celebrizados no conflito, feitos históricos, fotos de aviões, de grandes vasos de guerra, de equipamentos modernos lançados a cada dia. Sabia tudo o que se passava nos quatro cantos do mundo. Além das revistas “Em Guarda” e “Netuno”, comprava com os trocos da merenda revistas de cinema, que traziam resumos de filmes ricamente ilustrados, muitos, ou a maioria, tendo a guerra como tema (GIRÃO, 1997, p. 138).

Essa passagem do memorialista, em tom bastante pessoal, nos dá um vestígio de como o interesse e a demanda geral pela guerra eram ao mesmo tempo criados e saciados através dos meios de comunicação. As duas revistas mencionadas acima eram editadas, consecutivamente, pelo governo americano e inglês amplamente como meio de propaganda pró-aliados. A revista *Em Guarda* era uma edição do *Office for Cordination of Commercial and Cultural Relations between the Americans* (OCIAA) dirigido pelo milionário Nelson Rockefeller e responsável pela política norte-americana para a América Latina. Esse gabinete “contou com orçamento de 140 milhões de dólares e empregou 1.100 pessoas nos Estados Unidos e 200 no estrangeiro” (DOS SANTOS SILVA, 2009, p. 216), chegando a ter escritórios em 20 países americanos. Aqui no Brasil possuía unidades em “Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre” (DOS SANTOS SILVA, op. cit.). Em 1945, a revista chegou a uma tiragem mensal de 500 mil exemplares. Distribuída por toda a América Latina, ela procurava veicular a imagem dos Estados Unidos como guardiões da democracia continental e tinha como principais objetivos: difundir informações positivas sobre os Estados Unidos, contra-atacar a propaganda do Eixo e, também, fazer o contraponto, difundindo aos norte-americanos uma imagem favorável das outras “repúblicas” americanas (TOTA, 2000, p. 56).

Os textos dessa revista seguiam um ponto comum (a América Latina unida contra a ameaça externa) através de três linhas básicas: a questão da excepcionalidade do povo norte-americano, os esforços dos amigos “americanos” e o debate do progresso modernizante a ser concretizado. Esse discurso unificador sob a tutela dos Estados Unidos era a matriz textual da ideologia do pan-americanismo, que se baseava se na antiga dicotomia entre os estadunidenses e os “outros” com as mesmas intenções expansionistas, porém pautava-se mais na exportação de seus produtos culturais do que na truculência militar para garantir o acesso às matérias-primas, o mercado consumidor e a confiabilidade dos seus investimentos (DOS SANTOS SILVA, 2009).

O trecho acima, do memorialista Blanchard Girão, também enfatiza o cinema como acesso às notícias de guerra. Em Fortaleza, a maior parte dos cinemas concentrava-se no centro da cidade, como o Cine Diogo localizado na Rua Barão do Rio Branco, inaugurado no dia 7 de setembro de 1940, enquanto o Cine Moderno e o Cine Majestic-Palace situavam-se na Praça do Ferreira. Esses eram alguns dos locais onde passavam os cine-jornais, que possuíam um forte apelo visual.

A produção cinematográfica e sua distribuição também estavam no cerne das atenções da OCIAA. Somente no ano de 1943, foram patrocinadas 8698 sessões de cinema no Brasil, que alcançaram cerca de 5 milhões de expectadores. A OCIAA patrocinou também a realização de 122 filmes em português, e muitos deles abordavam os esforços de guerra necessários naquele momento.

Um desses filmes com grande audiência mostrava cenas da migração de milhares de trabalhadores do Ceará para a Amazônia e o processo de obtenção da borracha. Era a “Batalha da Borracha”. Desde o começo da guerra, o governo norte-americano fazia uma série de investidas para tentar barrar o fornecimento de matéria-prima do Brasil para a Alemanha. Uma dessas tentativas resultou num acordo assinado em maio de 1941, no qual o Brasil se comprometia a vender exclusivamente aos Estados Unidos a produção de certas matérias-primas estratégicas, entre elas a borracha, por um período de dois anos. Esse produto tornou-se escasso depois que o Japão entrou na guerra avançando pelo Sudeste Asiático, e deixou o Brasil em posição privilegiada como fornecedor. O termo “Batalha da Borracha” acabou ganhando outra conotação negativa nas memórias individuais devido ao destino ingrato da maioria dos cearenses que desembarcaram na Amazônia. Formou-se uma tendenciosa rede de produção e distribuição que permitia que as maiores parcelas de lucros ficassem reservadas aos intermediários, deixando o seringueiro reduzido a uma condição precária e dependente (MOURA, 1988, p. 42).

Era, também, através dos cine-jornais, que se mostrava o progresso das relações interamericanas. Elas foram progressivamente tomando o rumo pretendido pelos Estados Unidos. O próprio impasse do posicionamento do Estado brasileiro acabaria sendo resolvido pelo bloqueio naval dos britânicos à Alemanha em 1940, afastando de uma só vez toda a América Latina da esfera de ação comercial alemã. Assim, a guerra torna-se mais próxima gradativamente e sobremaneira após o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbour (Havaí), que marcou a entrada norte-americana no

combate no final do ano de 1941. Assim, a influência política e econômica americana sobre a América Latina se sobrepunha às forças do Eixo, isolando os segmentos da cúpula militar do Estado Novo, que tinha estreitas afinidades ideológicas com o ideário nazifascista.

Dessa forma, de acordo com esses enunciados, existe uma fabricação positiva do posicionamento pró-aliados nos jornais, devido à influência internacional, que é reiterada pelos memorialistas criando um significado hegemônico para essas memórias individuais sobre a Segunda Guerra Mundial.

Hoje sabemos que, apesar da nossa participação externa, a guerra manteve distância, ou seja, não tivemos uma experiência de guerra em território nacional, mas isso quer dizer, como sugere Roney Cytrynowicz (2009, p. 288), que o seu lugar numa dita memória coletiva é marcado pela ausência? Ou não, ao afirmarmos a massante publicação de notícias sobre a guerra no passado que sobrevive nas lembranças de alguns memorialistas já configuraria uma memória coletiva atual? Como a guerra se passou internamente e o que ficou de fora e o que permaneceu nesse enquadramento positivo? Nos próximos tópicos, tentaremos esboçar melhores respostas a essas perguntas com o objetivo de observar qual é a realidade desse compartilhamento de lembranças e representações sobre o passado.

1.2. Entre esforços e desalinhos

Os liceistas, antes do “quebra-quebra”, haviam realizado animadas passeatas, que partindo da então praça Fernandes Vieira, atual Gustavo Barroso, terminavam sistematicamente ao pé da Coluna da Hora, onde oradores conclamavam o Governo a declarar guerra aos países do Eixo.

Nos bondes, em ensurdecadora barulheira, a menina do velho estabelecimento gritava palavras de ordem contra Hitler, Mussolini e Hiroito e pedia a nossa participação ao lado das nações Aliadas, à frente Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e China.

Foram tempos de muita agitação. O Liceu fervilhava, inquieto e resoluto, querendo a imediata declaração da guerra (GIRÃO, 1997, p. 59).

Essa metamemória de Blanchard Girão, posicionada 55 anos após a Segunda Guerra, discorre sobre os dias anteriores às depredações do dia 18 de agosto de 1942, passando um significado comum a outros relatos: o alto grau de envolvimento da população nos tempos de guerra. Se afirmarmos essa descrição como fonte, não estaremos reificando apressadamente essa metamemória? Pode-se argumentar que

aambientação da memória é a Praça do Ferreira, logradouro que ganhou uma projeção com a senda modernizante dos anos 40, tornando-se referência máxima do próprio centro da cidade, era considerada microcosmo da cidade (SILVA FILHO, 2000, p. 93). Porém, o relato do passado de dois ou três dias teria a capacidade de dignificar toda a experiência de uma cidade? Existe também um intervalo temporal entre a experiência (1942) e a escrita (1997); o significado desta é transposta tal qual aquela? Existiria assim um relato que desse acesso ao passado puro? Certa é a afetividade positiva com que o autor fala do período evidente através das “animadas passeatas” e o “tempo agitado”. Mas eram elas animadas mesmo?

Candau (2012, p. 34) chama a atenção para o seguinte aspecto: quando vários informantes afirmam “recordar como eles acreditam que os outros recordam, a única coisa atestada é a metamemória coletiva, ou seja, eles acreditam se recordar da mesma maneira que os outros se recordam”. Quando Blanchard Girão lembra com animação que o Liceu fervilhava, não atestamos nada mais que como ele acredita que os estudantes lembram. Examinaremos aqui esse desejo de fidelidade do passado recorrente em alguns enunciados. Qual seria a verdade dessa metamemória? Como esse tempo tornou-se agitado?

O afundamento de Pearl Harbour é o marco da aproximação da guerra no continente americano. Esse ataque significou uma afronta ao sentimento de pan-americanismo que se configurava pela América Latina devido à influência da ação do governo norte-americano. A pressão intensificava-se para que os países latino-americanos acompanhassem a decisão norte-americana de entrar na guerra a favor dos Aliados.

A sinalização para as negociações que consagrariam o alinhamento Brasil-Estados Unidos foi o discurso de Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1942, o qual versou sobre a importância da solidariedade continental. No início do ano de 1942, foi promovida uma conferência interamericana dos chanceleres no Rio de Janeiro, na qual o Brasil, representado por Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, aderiu à ruptura diplomática e comercial com os países do Eixo (em troca, os EUA forneceriam armamentos ao país). Chile e Argentina recusaram a proposta, mas o Brasil, visando aos benefícios comerciais, resolveu alinhar-se aos interesses norte-americanos. Não se tratava de uma declaração de guerra, mas o plano americano de implementação de bases militares foi autorizado a partir de março de 1942, e duas delas

foram construídas em Fortaleza, localizadas no bairro do Pici e no bairro do Cocorote¹⁶. O Brasil com essa atitude, praticamente, decidiu sua posição internacional, o que necessariamente não trouxe o arrefecimento das tensões internas entre os grupos pró-aliados e germanófilos (CAPELATO, 2007).

Em face do rompimento das relações internacionais com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), o interventor estadual Menezes Pimentel lança nota oficial afirmando que o país entrou em estado de emergência e quaisquer que fossem as consequências do ato de ruptura, o dever “é manter-nos serenos, cômicos das responsabilidades que temos para com a pátria e confiantes na ação esclarecida do Presidente Getúlio Vargas [...]”. Cada cidadão deveria acatar as decisões e cumprir as tarefas atribuídas, independentemente do setor em que se encontrasse. A Interventoria recomendava ainda que “o nosso povo, tradicionalmente ordeiro e pacífico, se abstenha de qualquer atitude agressiva contra os súditos daquelas nações, suas pessoas, seus bens e sua honra”¹⁷.

O editorial do jornal *O Nordeste*, com o título “O Dever do Momento”, completa, nesse mesmo tom salutar, afirmando que o emprego da violência seria contra os sentimentos cristãos e o meio de fraternidade disseminado, profundamente, “n’alma popular”. Segundo ele, todos os elementos sociais deveriam colaborar com os representantes dos poderes constituídos, na execução das medidas indispensáveis para que o trabalho e a tranquilidade não sofressem alterações.¹⁸

A questão da ordem e da disciplina próprias dos enunciados oficiais do Estado Novo Varguista, tida como uma “tradição” implícita ao conceito de povo brasileiro, intensifica-se através dessa nova matriz textual: a hora grave da guerra. A obediência torna-se um sagrado dever. Os trabalhadores deveriam transformar-se nos soldados da produção, solicitando a atenção de todos na mobilização para o cumprimento de suas tarefas. A preocupação central dos pronunciamentos da esfera estatal era mobilizar as multidões das forças trabalhistas brasileiras, compreendendo-se que essa mobilização

¹⁶ Em Fortaleza, transitaram cerca de 50 mil norte-americanos nessas duas bases, chegando a ficar semanas ou meses dependendo da urgência da convocação. Nesse tempo em que ficavam nos quartéis dividiam o seu tempo entre os exercícios militares e seus divertimentos. Eram promovidas pelos americanos atividades esportivas nas quadras situadas nas bases onde a população local poderia comparecer, exibição de filmes ao ar livre, promoção de festas dançantes nos clubes da cidade. Dessa forma, a implementação dessas bases, mesmo situadas nas adjacências da cidade, trouxe um contato direto com a cultura norte-americana. Mais detalhes sobre a estadia ianque na capital e as relações, não sempre harmoniosas, entre a população fortalezense e os visitantes, em SILVA (2000, p. 88 - 110).

¹⁷ “Nota Oficial – Apêlo ao povo cearense”. Jornal **O Nordeste**, 29/01/1942, ano XX, nº 5947. p. 1.

¹⁸ “O dever do momento”. Jornal **O Nordeste**, 30/01/1942, ano XX, nº 5946. p. 1.

econômica era a base das prováveis mobilizações militares fora do país. Era tempo de trabalho e sacrifício pela pátria:

Por ocasião da guerra, aceleram-se os impulsos para aproximar e confundir a condição de trabalhador com a de soldado e vice-versa. A exigência imperiosa de uma produção cada vez maior transformava os campos de trabalho em “campos de guerra” imprescindíveis à consecução da vitória final. A guerra não seria decidida apenas nas trincheiras, nem podia ser confiada somente à bravura dos militares (LENHARO, 1986, p. 84).

Os trabalhadores viveram, portanto, um momento ímpar. O pacto social pós-30 – baseado na ideia da troca dos benefícios da legislação social por obediência política – estava sendo ferido. Algumas das garantias trabalhistas obtidas num momento anterior foram suspensas devido aos esforços de guerra e ao imperativo da produção. Nesse mesmo ano de 1942, o governo decretou a restauração da jornada de trabalho de dez horas diárias, suspendeu o direito de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional e proibiu a utilização dos instrumentos legais para contestar tais medidas. Ainda sob o argumento de “estado de beligerância”, mais um decreto impediu a mobilidade do trabalho nas indústrias de guerra, transformando os empregados em verdadeiros desertores em casos de falta e desistência (GOMES, 2005, p. 215).

A própria garantia do bem-estar social estava em apuros. No mesmo ano de 1942, o tempo histórico da guerra entra em confluência com o tempo histórico da seca. Devido ao inverno ruim de 1941, o jornal *O Povo* decretava, em março de 1942, que a capital “começa a ser invadida pelos Flagelados da Seca” e que dificilmente poderia-se conter “a avalanche humana que ruma” para “as regiões menos expostas à seca”¹⁹. O mercado de alimentos se desequilibra, permitindo o aumento desordenado de preços que encontra sua motivação, também, no racionamento de gasolina, que dificultava ainda mais o fluxo de mobilidade desses alimentos do interior para a capital. O custo de vida ficava cada vez mais alto. Fortaleza tornava-se a “cidade dos sem”:

Fortaleza está vivendo dias de falta. É a cidade dos “sem”... Sem água, Sem carne. Sem leite. Sem luz.
Com o inverno escasso de 1941 e a demora das chuvas de 1942, as cacimbas estão secando. A água do Acarape não chega a abastecer 6.000 prédios.
A cidade conta mais de 30 mil prédios. [...]

¹⁹ Jornal *O Povo*, 27/03/1942, ano XV. p. 01.

As cacimbas estão secas e bairros populosos como o da Gentilândia, Benfica, Aldeota, estão sem água. É um inferno habitar atualmente esses bairros. [...] A pouca água que existe é derivada para aumentar o leite. Certas vacarias de agiotas e todos os intermediários da venda do leite consomem a pouca água que existe na cidade utilizando-a para falsificar o leite [...]. Com a falta de chuvas, é difícil vir o gado para Fortaleza. Os marchantes e talhadores exploram essa dificuldade, que é passageira, para “matar a cabeça” do consumidor. O ideal seria a população deixar de comer carne por uns quinze dias. Mas ninguém deseja fazer esse pequeno sacrifício. Ninguém se lembra de que atualmente, na Europa, não se come carne. A Usina da “Light” consome em suas caldeiras a água do Pajeú, [mas] o Pajeú secou.[...] Resultado: a falta d’água acarreta a falta de luz e força²⁰.

O Estado é incitado a intervir de modo direto na questão. Para o problema da alta de preço dos alimentos, a Comissão de Abastecimento Público é posta novamente em funcionamento para interceder no mercado, tabelando e fiscalizando os preços dos alimentos de primeira necessidade. Já para a questão dos flagelados, uma das soluções encontradas foram as emigrações intermediadas pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que tinha como objetivo recrutar soldados da borracha para o *front* dos seringais amazônicos. A borracha era um elemento essencial na fabricação de veículos, pneus e armamentos em geral. A entrada dos países asiáticos na guerra colocou o problema do abastecimento dessa matéria-prima para os países aliados, e a sua obtenção tornou-se uma questão estratégica para os esforços de guerra (NEVES, 2000, p. 141 - 152).

As políticas intervencionistas do Estado reiteravam o clima de vigilância. Viviam-se em estado de sítio desde a instalação do Estado Novo (1937-45), o que municiava o Estado de instrumentos legais de repressão para interceder na sociedade. Outro mecanismo responsável pelo clima de vigilância foi a ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era incumbido de controlar as produções culturais da época com o objetivo de transformar as manifestações artísticas e públicas em elementos formadores das multidões. Essas iniciativas deveriam carregar em seu bojo estético, ou afetivo, os objetivos de educação cívica, colaborando com a construção do sentimento de nacionalidade.

Essa escalada do conflito internacional redirecionava o foco da imprensa oficial produzida pelo DIP com o intuito de fabricar uma necessidade de saber sobre e de

²⁰ “Fortaleza, a cidade dos “sem” – Faltam Água, Carne, Leite e Luz”. Jornal **O Povo**, 29/01/1942, ano XV. p. 6 (recorte meu).

determinar modelos para uma inserção correta da população. A revista *Cultura Política*, criada em 1941, era uma dessas publicações que tinha como missão inicial “esclarecer” para o grande público as “transformações que se vinham processando na política, na economia, nas artes, nas letras, nas ciências, etc”, combinando tal objetivo com uma “preocupação explícita de formar consciências em apoio aos ideais do Estado Novo, que eram, em sua ótica, os ideais de nacionalidade brasileira” (GOMES, 1996, p. 127 - 128). Porém, com a aproximação do conflito em 1942, redireciona-se o seu perfil e objetivo inicial. Sem abandonar a pretensão de ser o “espelho do Brasil”, passa a implementar a “diretriz que visava basicamente ao desenvolvimento e à difusão de uma ‘cultura militar’, voltada para a ‘segurança da pátria’ e destinada a garantir a ‘defesa nacional’” (GOMES, 1996, p. 130). Em relação às mudanças na sua estruturação, várias seções são abertas direcionadas exclusivamente para a questão da guerra (“Política Internacional”, “O Brasil na guerra”) e outras relacionavam-se “diretamente com esse evento no tratamento que davam aos temas que abordavam: ‘Alimentação’, ‘Inquéritos e reportagens’ etc” (GOMES, op. cit.). Podemos destacar ainda a seção “O Brasil na guerra”, como seu objetivo de interpretar as palavras do presidente sobre assuntos como o fascismo, a preparação do exército e a economia de guerra. Através dessas interpretações dos discursos de Vargas, combinavam-se a “dimensão programática e de culto à figura do presidente com uma dimensão informativa, também própria da revista” (GOMES, 1996, p. 131).

As práticas que não estavam de acordo com essa construção do *front* interno e do cidadão como soldado do trabalho, ordenado e pacífico, eram colocadas sob questionamento. Esse posicionamento pró-aliados valia-se também de um certo “temor das consequências” de como os países do Eixo poderiam reagir. O que era receio acabou concretizando-se com os vários ataques a navios brasileiros no decorrer do ano de 1942. O primeiro alvo foi o navio mercante Buarque, atacado e afundado sem prévio aviso próximo à costa dos Estados Unidos. Apesar da hostilidade, todos os passageiros foram salvos, não se registrando nenhuma morte. Desenhava-se, assim, o primeiro ato de guerra contra o Brasil. Logo, foi realizada uma reunião entre Getúlio Vargas, o chanceler Oswaldo Aranha, o diretor do Loyd e outras autoridades navais, determinando que fosse feita uma carta pedindo restituição dos prejuízos ao governo alemão e, caso isso não ocorresse, os alemães residentes no Brasil responderiam pelos prejuízos.

Em condições similares, outros navios do Loyd Brasileiro foram atacados. O navio Olinda teria sido atacado a tiros de canhão no dia 18 de fevereiro, e toda a sua tripulação se salvou. As perdas do afundamento do navio Arabutan, anunciado em 10 de março, foram as toneladas de carvão que trazia para o Brasil. O afundamento do Cairú foi anunciado no dia seguinte, tornando-se o quarto navio afundado em apenas três semanas, contabilizando 59 pessoas desaparecidas. O comunicado do desaparecimento do cargueiro Cabedelo só aconteceu no dia 8 de abril, embora o fato já tivesse sido notado quase dois meses antes, por isso concluiu-se que a tripulação dificilmente sobreviveria em altamar durante todo esse tempo devido à escassa quantidade de suprimentos. Do dia 16 abril de 1942, data o afundamento dos navios Eugen e Balkis na costa cearense e do navio Ber Branch na costa do Piauí, somando-se o desaparecimento de pelos menos mais 17 homens. Em 4 de maio, foi a vez do navio Parnaíba, sendo resgatados apenas 23 sobreviventes. O DIP noticiou o afundamento do Gonçalves Dias no dia 24 de maio; em função da explosão de um torpedo, morreram seis tripulantes. O navio Alegrete foi afundado no dia 1º de junho, e heroicamente todos os tripulantes conseguiram se salvar. Já no dia 7 de julho, o DIP anunciou o afundamento do barco Pedrinhas, também com toda a tripulação salva. No dia 30 de julho, o Tamandaré foi a pique, ocasionando quatro mortes.

Em resumo, no ano de 1942, a partir de fevereiro, foram bombardeados cerca de 20 navios brasileiros. A estratégia alemã era afundar os navios brasileiros que comportavam suprimentos, fragilizando os países Aliados com a diminuição das reservas de alimentos e a escassez de matérias-primas para a produção bélica. O que se assistiu, também, foram aos navios sendo afundados na direção contrária, ou seja, sentido Estados Unidos - Brasil, caracterizando-se, assim, para a população, como uma afronta direta à soberania brasileira, já que não se sustentava mais qualquer justificativa razoável aos ataques.

É nessa conjuntura, após o afundamento de mais cinco navios brasileiros por submarinos alemães entre os dias 15 e 17 de agosto, que aconteceu, em 18 de agosto de 1942, uma série de depredações a estabelecimentos comerciais pertencentes aos estrangeiros que tinham alguma relação com os países do Eixo. Os navios afundados foram o Baependi, Aníbal Benévolo, Araraquara, Itagiba e Araras somando-se mais de 200 mortos nesses ataques. Essas depredações ficariam conhecidas como o Quebra-

quebra de 1942. Dois dias após essas agitações, o governo brasileiro declara guerra aos países do Eixo.

Algumas ações de disciplinamento para guerra eram direcionadas diretamente aos estudantes, como o curso de preparação antinazista criado por Fran Martins (diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado - DEIP) com a participação de vários professores e intelectuais conterrâneos, tais como Raimundo Girão, Antonio Martins Filho, Luiz Sucupira, Padre José Bruno Teixeira, entre outros. As aulas ocorriam nos principais estabelecimentos de ensino da cidade e versavam sobre “a formação do Nacional-Socialismo Alemão, os processos usados pelos nazistas para obtenção de poder, os métodos usados para o exterior e os perigos que o nazismo constitui para a civilização”²¹.

Devido aos vários ataques aos navios brasileiros, começou a circular o boato de possíveis ataques alemães neste lado do Atlântico. Produzia-se esse perigo como algo tão eminente, que, constantemente, desmentia-se nos jornais essa possibilidade, levando-se em conta a enorme distância do *front* de batalha mais próximo. Até mesmo a construção de abrigos antiaéreos era cogitada naquele momento²². As instruções de “defesa passiva” eram divulgadas, incessantemente, por meio de cartazes espalhados pelos logradouros da cidade e pelos diversos jornais, com a pretensão de angariar maior grau de mobilização. As instruções destinadas à população em geral pediam “serenidade e disciplina” para que os minutos que decorreriam entre o toque da sirene e o ataque do inimigo não fossem tomados pelo pânico. O objetivo era tornar a população capaz de conduzir-se, sem quaisquer atropelos, no caso de um ataque real. O artigo no jornal *O Povo* sintetiza da seguinte forma como deveria ser a conduta dos fortalezenses quando estes fossem surpreendidos na rua pelas sirenes de alarme:

- a- Na falta dos abrigos públicos, temos que procurar o edifício mais próximo ou nos postarmos, pelo menos, nas reentrâncias das fachadas, nos vãos das portas, caso estejam fechadas;
- b- Se estamos num bond, ônibus ou qualquer viatura, devemos abandoná-lo em ordem, logo este pare, o que está obrigado a fazer sem tardanças para se colocar na mão, junto à calçada, afim de não prejudicar o trânsito, sobretudo necessário aos serviços de socorro. Na descida do veículo, nada de gritos desesperados e de correrias infrutíferas para não determinar o pânico. Em

²¹ “Um curso de preparação anti-nazista em Fortaleza – a cargo de ilustres intelectuais conterrâneos”. Jornal *O Povo*, 10/09/1942, ano XV. p. 4.

²² “Novas medidas para a defesa passiva da cidade – Será discutida a construção de abrigos anti-áreos”. Jornal *O Povo*, 27/10/1942, ano XV. p. 4.

seguida, busquemos as casas da circunvizinhança e, uma vez dentro delas, tomemos as posições de defesa já indicadas²³.

Condenava-se o “salve-se quem puder”, salientando a eficiência de um ambiente de calma, disciplina e ordem. Seria preciso compreender que a sorte de cada um está ligada à sorte de todos e que a segurança pessoal só seria possível se todos estivessem em segurança. “Todas as pessoas válidas têm, para com a defesa passiva, deveres para cumprir, análogos de um soldado na frente de batalha”²⁴. Vários ensaios simulando um ataque aéreo foram realizados ao comando da 3ª Brigada da Infantaria em colaboração com a Diretoria Regional de Defesa Passiva. As sirenes tocavam, e os habitantes deveriam colocar as instruções em prática. Um curso de defesa passiva também foi promovido para divulgar essas instruções, tendo corrente divulgação nas instituições de ensino. As aulas versavam sobre sinais de alerta, bombas explosivas - os seus tipos e seus efeitos -, as bombas incendiárias e outros assuntos beligerantes.

Além disso, o Corpo de Bombeiros dava sua colaboração, ensinando à população a apagar incêndios, promovendo exercícios em casas, em estado imprestável, situadas nas adjacências da cidade²⁵. Até uma forma de canalizar os auxílios financeiros foi criada com o objetivo de ajudar na promoção das ações de defesa passiva: trata-se da campanha de compra dos bônus de guerra. Na “doação” de determinada quantia de dinheiro para esse fim, a ação era publicizada nas páginas dos jornais e irradiava-se no rádio o nome do doador como “cidadão brasileiro engajado”. Era recorrente a doação das colônias de imigrantes, a sírio-libanesa e espanhola, por exemplo, para tornar público que eram “perfeitamente identificados com a causa do Brasil”, “anti-fascistas” e viviam “do seu trabalho, em plena paz, garantidos pela lei brasileira e hospitalidade cearense”²⁶.

Faziam parte, também, desses treinamentos de defesa passiva de ataques simulados, os *black-out*'s parciais ou totais: quando as luzes das ruas e das casas eram apagadas, os automóveis deveriam permanecer com os faróis desligados, os bondes teriam suas lanças desprendidas, enfim, qualquer indício luminoso poderia oferecer perigo e deveria ser evitado (CAPELATO, 2007, p. 135). Nesse afã, foi instituído o

²³ “Instruções de defesa passiva”. Jornal **O Povo**, 17/09/1942, ano XV. p. 4.

²⁴ “Como deve agir a população em caso de ataque aéreo”. Jornal **O Povo**, 05/06/1942, ano XV. p. 5.

²⁵ “Exercícios de defesa passiva – A Secretaria de Polícia e Segurança vai tomar diversas iniciativas”. Jornal **O Povo**, 12/06/1942, ano XV. p. 6.

²⁶ “O povo cearense vai contribuir para a defesa passiva do Estado”. Jornal **O Povo**, 03/09/1942, ano XV, nº 4679. p. 4.

escurecimento das luzes da praia, inclusive das residências, o apagamento do Farol do Mucuripe, das luzes da Ponte Metálica, do Passeio Público, do Paiol de Pólvora, assim como as luzes de todos os pontos altos, incluindo as luzes dos “grandes prédios” da cidade²⁷.

Com os Estados Unidos numa economia de guerra intensa – nesse ínterim quase toda sua indústria de automóvel foi transformada em indústria bélica –, o seu governo restringiu as remessas de gasolina e óleos para a América do Sul. O racionamento de gasolina tornou-se uma medida tida como necessária. O órgão governamental responsável por isso, o Conselho Nacional de Petróleo, agiu para evitar o desperdício: a venda de carros de passeio ficou restrita aos órgãos públicos; a concessão de licenças para novos automóveis de frete para passageiros foi suspensa; estabeleceu-se uma matemática da cota de gasolina para cada tipo de transporte, com uma parte maior para os ônibus; foi determinada ainda a diminuição das paradas de ônibus e o controle total do transporte de produtos derivados do petróleo de um ponto para outro²⁸. O colunista Demócrito Rocha descreve os estorvos trazidos com essa mudança na dinâmica dos transportes da cidade:

Se possuíssemos ônibus de verdade construídos dentro dos regulamentos do trânsito, a medida de aumentar a lotação nos ditos carros não causaria maior estorvo. Aumentar a lotação nos ônibus quer dizer três passageiros em vez de dois em cada cadeira. Ou seja: um aumento de cinquenta por cento na lotação. Ora, os ônibus de Fortaleza já acomodam muito mal dois passageiros [...] ²⁹(sic).

O cronista continua a matéria enumerando os diversos erros e problemas que a antecedente falta de planejamento urbano trouxe nessa época de contingências. As restrições asseveraram-se e culminaram com a proibição do tráfego de automóveis particulares em todo o território nacional. As velhas tecnologias, como carroças e bicicletas, voltaram a ser vistas nas ruas e, os ônibus tiveram sua frota reduzida e ficaram proibidos de andar com pouca lotação. Mesmo descrevendo a situação sufocante dentro das lotações, Demócrito chama a atenção para o fato de que essas medidas eram necessárias para a fruição de todos dentro da ordem e da disciplina. Deveriam estar atentos a essas medidas tanto os populares como as pessoas que

²⁷ “Fortaleza cuida da sua defesa”. Jornal **Correio do Ceará**, 17/08/1942. p. 4.

²⁸ “Racionamento da gasolina”. Jornal **O Povo**, 15/05/1942, ano XV. p. 6.

²⁹ “Nota”. Jornal **O Povo**, 13/08/1941, ano XIV. p. 1.

usufruísssem de automóveis oficiais. A guerra aparece aqui como ponto secundário no seu discurso, mais uma matriz para tecer uma crítica política à estrutura urbana da cidade e enfatizar os enunciados da ordem.

Outra forma de ajuda ao país conclamada na luta contra os países do Eixo foi a arrecadação de ferro, alumínio, estanho e outros metais entregues às Forças Armadas a fim de serem utilizados como matéria-prima para a fabricação de armamentos. A intitulada Campanha dos Metais estava sob a direção da Capitania dos Portos, mas logo a população, principalmente os estudantes, encarregaram-se de levá-la adiante. O Colégio 7 de Setembro promovia a semana do alumínio, tendo arrecadado mais de mil objetos em apenas dois dias³⁰. A arrecadação era feita por caminhões de coleta que passavam nos diversos bairros e, posteriormente, também pela organização das pirâmides de metais promovidas pelas entidades representativas dos mais diversos segmentos sociais: moradores do bairro Benfica, moradores da avenida Imperador, Ginásio Lourenço Filho, Instituto Machado de Assis, União dos Motoristas Católicos, Escola da Associação dos Merceeiros, Escola Industrial de Fortaleza, entre outros. A ideia era promover uma ação coletiva direcionando os ânimos da população para uma contribuição que promovesse o sentimento cívico-patriótico:

Erguida à Av. Tristão Gonçalves, 640, residência do sr. Manoel Bezerra de Menezes, a Pirâmide Almirante Tamandaré foi de iniciativa daquele cavalheiro com a colaboração dos estudantes Edmar, Francisco, Raimundo Nonato e Renato Silveira e dos senhores João Luiz de Almeida e Raimundo Nonato Silveira.

O ato inaugural foi muito festivo, falando o prof. Francisco Cunha Vasconcelos e o acadêmico F. Benevides Figueiredo Sá.

Encerrou-se o ato com o Hino Nacional, tendo sido atiradas pétalas de rosa sobre a bandeira por um grupo de senhorinhas³¹.

Tanto na abertura quanto na entrega da pirâmide, encenava-se um ritual cívico-patriótico, destaque para o processo de nomeação das pirâmides na sua abertura. A escolha do nome passava por um vulto nacional ou homenagem a uma pessoa pelo seu ativismo nas campanhas, servindo posteriormente de mote para os discursos dos oradores. O ânimo para as coletas era exaltado nos jornais, promovendo-se uma verdadeira competição entre os organizadores. A pirâmide dos funcionários da Alfândega de Fortaleza gabava-se de ter “batido” todas as outras, reunindo material

³⁰ “A semana do alumínio”. Jornal **O Povo**, 22/10/1941, ano XIV. p. 8.

³¹ “Pirâmides de Metal por toda cidade – intenso movimento nas principais ruas e bairros”. Jornal **O Povo**, 09/10/1942, ano XV, nº 4709. p. 4.

calculado em 50 toneladas. O tamanho monumental dessa pirâmide era indicativo da intensidade do sentimento patriótico³².

Apesar dos esforços empregados, essas pirâmides de metais idealizadas não estariam correspondendo às expectativas das Forças Armadas. Os constantes apelos não obtiveram a adesão desejada. Segundo o cronista Luiz Sucupira, a campanha chegou a um ponto de saturação, pois as pirâmides estavam lotadas de coisas “inúteis até para o lixo”:

Por sem dúvida não houve segunda intenção em tais amontoados, mas, na verdade, eles não passam de um atestado muito pouco lisonjeiro do nosso esforço de guerra. Latas de querosene pretas de ferrugem, objetos de ferro esmaltado que o uso estraçalhou, retalhos de folhas de flandre e outras coisas idênticas nada rendem como metal velho. Daí, pois, a inuidade destas pirâmides, que andam afeiando as ruas e praças da cidade³³.

Também eram recolhidos objetos como pastas de dente, tubos de creme, carteiras de cigarro, que continham em sua composição resquícios de metais considerados úteis. Nota-se, então, um descompasso entre os requisitos e as normas exigidas e a resposta da população. Por intermédio desse trecho, podemos pensar que havia uma tensão entre aquilo que era requisitado e normalizado como o comportamento verdadeiramente exigido e aquilo o que a população realizava.

Nesse sentido, o Quebra-quebra de 1942 traz à tona essa ambiguidade entre o vivido e as normas, mandamentos de ordem e disciplina exigidos pelos mais diversos enunciados nesse período de guerra. Esse evento poderia representar a encenação máxima dos imperativos nacionalistas pró-aliados, mesmo que de forma extremada e não autorizada. Esse evento tenciona as normas vigentes de disciplina determinadas e canalizadas através dos esforços de guerra promovidos pela própria população e pelo governo.

1.3. Construção do inimigo comum

Na sua coluna diária intitulada “Nota”, do dia 31 de janeiro de 1942, o jornalista Demócrito Rocha escreve para desmentir uma “lenda” corrente: um “estrangeiro” teria

³² “Pirâmides de metais / A pirâmide da alfândega ‘baterá’ todas as outras”. Jornal **O Povo**, 21/10/1942, ano XV. p. 4.

³³ “Pontos de vista...”. Jornal **O Nordeste**, 24/11/1942, ano XXI. p. 1.

dito a seguinte afirmação “- Ou os cearenses são o povo mais bravo do mundo, ou não sabem em que estão metidos”. A intenção do inimigo era incutir um certo receio na explicitação do sentimento pró-aliados através do boato de um possível bombardeio aéreo em Fortaleza. Para obter êxito em sua argumentação contrária, Demócrito Rocha discorre sobre a distância dos *fronts* terrestres na África, a existência de bases norte-americanas nas cidades africanas mais próximas da costa brasileira e a inexistência de porta-aviões eixistas no Atlântico Norte. A exceção e única ameaça efetiva no momento seria o torpedeamento de navios por submarinos. Encerra a coluna pedindo para a população tranquilizar-se e prevenir-se contra “essas e outras mentiras do tempo de guerra”³⁴.

Um estrangeiro mentiroso, que não sabemos quem é exatamente, fala para outro alguém do perigo de expressar uma opinião política, que possui em seu conteúdo a vinculação política internacional, a mobilização pró-aliados e certa forma de expressar o seu nacionalismo. Essa “lenda” faz parte da série de boatos e incidentes que envolvem os alinhamentos políticos em face do conflito internacional.

Diante dessa ameaça dos afundamentos, o mesmo jornalista propõe que “os agressores terão que pagar todos esses prejuízos”, já que “as riquezas que eles arrancaram do solo brasileiro pertencem ao Brasil. Fazem parte da fortuna pública”. O quinta-coluna³⁵ é apresentado como inimigo do comércio e da pátria contra o qual se deve reagir “com mão de ferro”. No decorrer da matéria, o colunista resolve identificar mais explicitamente quem são e onde poderíamos encontrá-los:

No Ceará, por exemplo, existem vários alemães nazistas exaltados que estão, evidentemente, a serviço de seu país.

Alguns deles são ministros de religiões, homens do comércio, agentes de empresas pouco conhecidas, e outros sem profissão determinada.

No meio desses germânicos, figuram nazistas declaradamente fanatizados, que discutem a guerra e se rejubilam em público quando ocorre uma vitória do Eixo.

Ao lado desses estrangeiros, que, afinal de contas, respondem ao apelo do sangue e da raça, convém assinalar a cáfila torpíssima de alguns brasileiros degenerados que vivem a lambem os pés dos inimigos do Brasil.

³⁴“Nota”. Jornal **O Povo**, 31/01/1942, ano XX, p. 1.

³⁵ Fáveri (2005, p. 78) esclarece que “o termo ‘quinta-coluna’ tem origem na Guerra Civil Espanhola, ou seja, quando o General Franco, na luta contra o governo eleito pela Frente Popular (reunião de setores da esquerda e auxílio da União Soviética), em julho de 1936, organizou o ataque para a tomada do poder, concretizado, em 1939, pela Falange, com ajuda militar da Itália e Alemanha. Na ocasião, avançando contra a cidade de Madrid com quatro colunas de tropas, Franco referiu-se à ação de uma quinta coluna composta de simpatizantes da causa revolucionária dentro da cidade de Madrid, quer dizer, uma coluna supostamente de espiões”.

Estes se encontram em toda a parte: nas repartições públicas, nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, nas profissões liberais, no comércio, no magistério, na indústria e na própria ociosidade³⁶.

A matéria é encerrada com o apelo: “Ou o Brasil acaba com a quinta-coluna, ou a quinta-coluna acaba com o Brasil”. O clima de vigilância e arrefacimento das ideologias de influência externas é colocada de forma tão abrupta que a aproximação física com o estrangeiro já era algo a ser posto em suspensão e taxado como suspeito. Essas advertências expõem o que poderia ser um dos motivos da falta de coesão interna e impossível motivo de derrota no *front* externo: a presença dos estrangeiros no espaço público.

Adverte-se ainda que “[...] foram vistos, nas casas de bebidas desta capital, alguns brasileiros desfibrados a se congratularem com indivíduos de nacionalidade alemã e exaltados nazistas”. Esse “triste fato” teria ocorrido também em outras cidades do interior do estado como “Canindé, Limoeiro e Quixadá [...] em que remanescentes do Integralismo repetiram as cenas de traição à Pátria aqui mesmo verificadas”³⁷. No desenrolar do texto, o colunista vai identificando e reprovando outros exemplos de “reprovável vileza”.

Segundo Demócrito, os afundamentos foram recebidos em Canindé com o “aplausos do farmacêutico e do sargento-delegado locais, desde que os diretores espirituais da população daquela cidade são alemães de puro-sangue e não guardam ao menos relativa conveniência de seus agressivos pendores nazistas”. Por “diretores espirituais” refere-se aos sacerdotes alemães editores e diretores do jornal católico *Santuário de São Francisco*, que “negavam, a pés juntos, a perseguição aos católicos na Alemanha”. Replica-se que essa atitude reprovável de defender ou amenizar a culpa do Eixo equivaleria a “esquecer que eram padres”. Ainda mais reprovável seria a atitude de alguns sacerdotes “fanatizados pelo Integralismo sanguinário” que “deram para fazer sermões contra os Estados Unidos”, dizendo em cima do púlpito que “- O Deus dos norte-americanos é o ouro!”. Após traçar toda uma caracterização do cristianismo norte-americano, Demócrito Rocha qualifica essa atitude de “disparate” e de uma “alarmante falta” contra os deveres do momento:

³⁶ “Nota”. Jornal **O Povo**, 21/02/1942, ano XX, p. 1.

³⁷ “Nota”. Jornal **O Povo**, 25/02/1942, ano XX, p. 1.

A Pátria está em perigo. A desgraça acometeu o continente. Reina em todos os espíritos a inquietação. A voz paternal do vigário deve fazer-se escutar, inculcando nos corações o consolo da fé, a fortaleza de ânimo para afrontar as vicissitudes da guerra, a coragem moral, o valor físico do homem, a abnegação das mulheres e, para todos, mais do que nunca, o amor da Pátria e a confiança na solidariedade continental, que nos há de salvar a todos³⁸.

O colunista articula com maestria o vetor comum entre a necessidade de obediência aos parâmetros ideológicos de obediência ao Estado Vargasista, a utilização do contexto internacional para mobilizar a população e a construção do sentimento patriótico. O perigo dos afundamentos dos navios brasileiros torna-se equivalente ao perigo de se opinar contra os Aliados, que, por sua vez, iguala-se ao perigo da desobediência. Somando-se esses fatores entre si, aumentavam-se as chances de influenciar negativamente a “salvação da Pátria”.

Os inimigos são diferenciados pelas características exageradas da “exaltação”, por serem “fanatizados” e aqueles que se aproximam ganham o mesmo tratamento, tornando-se “torpes” e “degenerados”. Baseando-se no antagonismo da construção desse estrangeiro, criamos para nós características a serem louvadas e proliferadas, tornamo-nos os que possuem a fé, o ânimo, a coragem moral, a abnegação e, por fim, o amor à Pátria. Cria-se um inimigo ao mesmo tempo em que se reforça o poder do sentimento de identidade nacional. “Os inimigos são diferentes de nós e comportam-se segundo costumes que não são os nossos” (ECO, 2011, p. 13).

No decorrer do ano de 1942, a convivência com esse outro estrangeiro é cada vez mais segmentarizada, vigiada e coibida através do esquadramento das ideologias. Existe uma intensificação do processo de depuração da configuração ideológica externa, operando uma extensão dos atributos do inimigo a esse novo perfil: os simpatizantes do Eixo. Essa intensificação ocorre através de um alargamento da extensão do embate internacional à situação cotidiana e rotineira, em que as pessoas encarnariam no corpo a própria posição dos estados-nações:

Os atuais inimigos externos do Brasil são três:

- a) o nazismo alemão;
- b) o fascismo italiano;
- c) o hordismo nipônico,

Além desses, inimigos externos, ativos, em franca e virulenta exaltação, existem, no Brasil, dois inimigos internos em estado potencial:

- 1) o Integralismo e

³⁸ “Nota”. Jornal **O Povo**, 25/02/1942, ano XX, p. 1

2) o Comunismo³⁹

A escolha desses dois alvos internos privilegiados (o Integralismo e o Comunismo) deve-se a dois eventos anteriores: a Intentona Comunista de novembro de 1935 e o Levante Integralista de maio de 1938. O primeiro ocorreu sob a liderança do Partido Comunista do Brasil que se encontrava sob o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL). Essa organização foi fechada em julho de 1935 devido à política de perseguição do Estado Vargasista. Assim, a esquerda passa a adotar práticas insurrecionais, ocasionando essa tentativa fracassada de golpe em novembro que visava à implementação de uma revolução “nacional-popular” contra as oligarquias, o imperialismo e o autoritarismo (PINHEIRO, 1991). O segundo evento ocorreu devido à insatisfação dos integralistas pelo fechamento de todos os partidos políticos com a implementação do Estado Novo, incluindo a Ação Integralista Brasileira (AIB). Tentaram a tomada do poder através de dois golpes, um no dia 11 de março de 1938 e outro 60 dias depois, que tinham como objetivo o assassinato de Getúlio Vargas e de Filinto Muller. As tentativas frustradas geraram a prisão de cerca de 1.500 pessoas e o exílio do seu líder, Plínio Salgado.

Em reação a esses dois eventos, a Delegacia de Ordem Política e Social de Fortaleza, na figura do Capitão Manoel Cordeiro Neto resolve passar em vistas “as ideias extremistas que vinham encontrando campo aberto à sua propagação, tomando um incremento assustador” a fim de efetuar “as medidas preventivas que se impunham e de aparelhar-se para as de caráter repressivo que se fizessem necessárias à segurança do regime”. Criou-se um “serviço de reação” na Delegacia da Investigação e Capturas, “cometendo-lhe a incumbência de proceder as devidas investigações, acompanhando, de perto, as atividades dos elementos agitadores e semeadores de doutrinas estrangeiras de inexecutável aplicação em nossa formação social”. O capitão discorre sobre o processo de investigações e seus resultados:

Foi nessa época que se instaurou inquérito afim de apurar as responsabilidades dos que, neste Estado, tivessem concorrido, direta ou indiretamente, para a subversão da ordem social, ou que mantivessem atividades de caráter extremistas, cujos autos, constantes de 56 volumes, enviados ao Tribunal de Segurança Nacional. Demonstraram à sociedade que não eram destituídas de fundamento as suspeitas que a polícia nutria sobre os elementos que compunham as células extremistas nesta capital,

³⁹ “Nota”. Jornal **O Povo**, 11/03/1942, ano XX, p. 1.

representando tal procedimento um serviço de alta envergadura e de exaustivos esforços.

Graças à vigilância sempre pronta da Polícia, as atividades que os prosélitos do comunismo e integralismo exerciam entre as massas incautas e menos avisadas, arrefeceram, atravessando-se, no momento, uma era de paz, sem que isso demonstre que a ação policial tenha diminuído, pois continua perseverante e capaz de reprimir o trabalho nefasto de maus brasileiros imbuídos de ideias tão extravagantes ou daqueles que angariam proveitos como assalariados de Moscou⁴⁰.

Mais do que o próprio imigrante, personificado na figura do estrangeiro, fica evidente que o alvo principal de suspeitadas autoridades instituídas, pelo menos até o ano de 1940, recaía sobre os representantes políticos das ideologias estrangeiras. Os jornais comentavam a amplitude da atitude repressora do Estado. Demócrito Rocha discorre sobre o perigo de cada segmento citado e o papel da imprensa diante disso. Para ele, o perigo comunista se encontraria diminuído por dois motivos: primeiro, “em face dos acontecimentos internacionais que a Rússia teve de tomar, aliando-se aos Estados Unidos e à Grã Bretanha, na defesa comum” e segundo devido ao sucesso da “repressão governamental contra os agentes e sectários da Terceira Internacional [que] foi – pode-se dizer – quase exterminativa”. Segundo Ribeiro (1989), as vitórias da Liga Eleitoral Católica na eleição de 1930, o fortalecimento das associações ligadas à Arquidiocese de Fortaleza (Círculos Operários, União dos Moços Católicos, Liga dos Professores Católicos, Juventude Operária Católica etc), a atuação da Legião Cearense do Trabalho (composta por jovens católicos antiliberais, anticomunistas e militares opositores à Revolução de 1930) e a repressão imposta pelas interventorias de Fernandes Távora e Menezes Pimentel (1935-1945), através da perseguição de qualquer opositor, levaram o Partido Comunista e qualquer tentativa de contestação à latência (RIBEIRO, 1989, p. 41 - 42).

Demócrito Rocha atenta, porém, que sobre o Integralismo já “não se podia emitir a mesma opinião”, pois esse perigo “nunca deixou de existir, aumenta de vulto agora que os seus partidários se enfileiram entre os que desejam a vitória germânica sobre as potências liberais”. Sintetiza: “todo integralista é um quinta coluna, pelo menos em pensamento”. Afirma ainda que não pode ocorrer um silêncio organizado que criticaria apenas o “perigo nazista” e que o papel da imprensa seria aquela que:

⁴⁰Relatório Apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manoel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de maio de 1935 a 27 de janeiro de 1941. Imprensa Oficial: Fortaleza-CE, 1941, p. 11 - 13.

[...] sendo unicamente brasileira, tanto combate o comunismo ateu, como o nazismo pagão. Tanto repele Luiz Carlos Prestes como Plínio Salgado [...]. Enfileiram-se na quinta-coluna todas as penas que, nesta dolorosa emergência, se recusam, calculada e criminosamente, a escrever os três vocábulos: nazismo, fascismo e integralismo.

Quinta-coluna não é somente o indivíduo que destrói uma ponte.

É igualmente o que sabe que a ponte vai ser destruída e espera, com toda a frieza, que se dê a explosão⁴¹.

O jornal atacado nesse trecho é o periódico *O Nordeste* reconhecido pelo seu anticomunismo histórico criado sob o prisma da Restauração Católica, que tinha como um dos seus objetivos superar o isolamento político da Igreja Católica⁴². Em 1921, esse periódico já recriminava a entrada de “estrangeiros maus, verdadeiros tóxicos morais” representantes do comunismo e expressava o seu desejo de que “não medrará no nosso território a erva daninha do maximalismo” (PINTO, 2005, p. 42). Mesmo com a Segunda Guerra e o posicionamento da União Soviética ao lado dos aliados, o periódico continuava a tecer essas críticas seletivas. Esse seu posicionamento político deve-se às suas vinculações conservadoras ligadas:

[...] à centro-direita (igualitarismo mínimo, quer dizer, igualdade perante a lei, cabendo exclusivamente aos órgãos judiciais, imparcialmente, zelar por sua aplicabilidade e veneração da meritocracia), como da extrema-direita (aversão à democracia, veto aos partidos e às organizações operárias autônomas do Estado e da religião). O inigualitarismo d'*O Nordeste* considerava o direito a fragmentos de cidadania (saúde, educação e trabalho) como uma dívida das elites (econômicas, políticas e eclesiásticas) aos pobres. A submissão cega à hierarquia seria o passaporte à felicidade terrena e celestial. Daí o ataque ferrenho ao discurso comunista de elevar o proletariado à condição de sujeito histórico e a ojeriza às mobilizações políticas populares, à Parada da Fome, à Aliança Nacional Libertadora e ao sindicalismo avesso aos círculos operários (PINTO, 2012, p. 18).

Seu posicionamento ideológico deu espaço a elogios anteriores à figura de Mussolini. Na matéria “Justiça que não recua”, de 29 de janeiro 1929, o líder fascista é chamado de forte e patriota, sendo exaltado por ter cortado “o passo do comunismo invasor” e chegando ainda a ser feita a seguinte exclamação: “Ah! Um Mussolini no Brasil!” (PINTO, 2005, p. 15). Porém, com a aproximação do Brasil na guerra, o

⁴¹ “Nota”. Jornal *O Povo*, 11/03/1942, ano XX, p. 1.

⁴² “As diretrizes da Restauração Católica resumiram-se na revogação do laicismo que caracterizara a Primeira República e no novo rumo político, iniciado com a Revolução de 1930, imprimir um cunho marcadamente católico; prevenção rígida contra um eventual avanço das ideias socialistas e comunistas no Brasil, procurando mobilizar nesse sentido a opinião pública; fortificação do princípio da autoridade em contraposição aos métodos liberais ou socializantes; reafirmação da Igreja Católica na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do País” (PINTO, 2012, p. 137).

periódico ensaiava um novo posicionamento discursivo privilegiando apenas o elogio à figura de Vargas e às ações do seu governo, fortalecendo uma crítica à modernidade e tecendo comentários de forma genérica sobre o embate internacional.

O colunista Luiz Sucupira do jornal *O Nordeste* comenta como “a guerra moderna” é caracterizada “sobretudo pelos golpes de surpresa”. Para o país não ser alvo do quinta-colunismo, não se deveria “dormir” e “cruzar os braços fiado apenas em promessas de quem não as sabe cumprir ou sabe tão bem agir em desacordo com o que diz, seria atitude de todos os pontos condenável”. Ele segue comentando sobre os boatos gerados a partir das medidas de defesa tomadas pelo governo:

O quinta-colunismo aproveita essas medidas governamentais para espalhar o pânico entre o povo humilde. Os arautos da desgraça, vendidos a governos estrangeiros, mudaram de tática de um momento para outro. Até então, seu estribilho era que nada havia a temer, porque não entrava nas cogitações do “Eixo” o hemisfério americano. Agora em todos os lados vem perigos e ameaças, devendo cada um ir tomando logo as suas medidas para quando a “coisa” vier.

Os brasileiros devemos todos olhar para a atitude do Chefe da Nação. Sereno e decidido, ele é a bússola que nos deve orientar neste momento. Estejamos certos de que não lhe faltará nem prudência nem energia para defender os mais altos e os mais importantes interesses do Brasil⁴³.

Novamente opera-se a construção do outro estrangeiro ou daquele que se coloca em sua proximidade através de afrontas como “arautos da desgraça” e “vendidos” em contraposição àquele que seria o “espelho da nação” a ser seguido, o chefe Getúlio Vargas que encarnaria as qualidades de “sereno e decidido” e que inspiraria aos demais a prudência e a energia necessárias para a defesa.

Em outra oportunidade, Luiz Sucupira vai além no traçado perfil social desses boateiros “que sempre aparecem nas horas de grande tensão espiritual, como a que atravessamos”. O boateiro seria um “doente” dotado ou de um pessimismo, “que sente prazer em espalhar notícias ou histórias alarmantes apenas para satisfazer os seus instintos inferiores”, ou portaria um otimismo, “que vê tudo cor-de-rosa e não se contém enquanto não consegue irradiar os seus entusiasmos ao redor de si”. O “estado menor do quinta-colunismo” se caracterizaria melhor por esses alastradores do derrotismo, que:

Exercem como que o trabalho de sapadores da quinta-coluna. Preparam o ambiente para as investidas maiores dos técnicos da infiltração inimiga. Os boateiros conscientes e, nos tempos de guerra, vendidos, embora

⁴³ “Pontos de vista...”. Jornal *O Nordeste*, 12/02/1942, ano XXI, p. 4.

virtualmente, ao adversário, são, por isso mesmo, os mais terríveis. Vivem conosco e desfrutam da nossa intimidade. Não precisam lançar boatos de chofre, como uma grande novidade. Aproveitam os meandros da conversas. Dão linha ao peixe, como se diz. E quando o interlocutor mal se apercebe, lá vem a fisgada, a arpoada, na sutileza de um simples comentário⁴⁴.

O termo sapador utilizado no texto remete ao soldado responsável pela engenharia de mobilidade na guerra. Sua utilização como um obstáculo não é gratuita, já que uma das metáforas mais utilizadas nesse momento é da nação em marcha para a vitória. Sua ação de contramobilidade da coesão interna baseia-se em um cálculo do tempo do uso das palavras. A lógica da construção do inimigo inverte-se para produzir o mesmo efeito, qualifica-se o inimigo positivamente como maior técnico, “consciente” e o “mais terrível” para reprimir o desatento da “sutileza” e demandar umaguçamento dos sentidos na formação do bom cidadão.

Tanto no primeiro trecho quanto no segundo, é evidente o caráter mais personalista da escrita do articulista para a definição do inimigo e a privação de maiores comentários sobre o contexto internacional. Porém, no editorial do dia 5 de fevereiro, ele rebate as críticas feitas ao clero afirmando que a “Igreja não inspira suspeitas senão aos inimigos da verdade”⁴⁵, o que gera outra resposta de Demócrito Rocha, que afirma que o seu intuito “não é dividir, mas reunir”⁴⁶.

De um lado, os segmentos da sociedade ligados ao catolicismo, representados pelo jornal *O Nordeste*, pregavam paz via a manutenção dos valores tradicionais e o embate com o moderno através do ordenamento e a introspecção pela fé como comportamento essencial para formação do bom cidadão. Do outro lado, os segmentos ditos mais republicanos – caracterizados pelo seu maior respeito às liberdades individuais –, representados pelo jornal *O Povo*, replicavam expondo que a não-crítica ao integralismo já era um posicionamento quinta-colunista. Observa-se que embate existente opera uma função que une fortemente os dois periódicos com os seus respectivos colunistas: o exercício da intermediação e a preocupação com os alinhamentos políticos na esfera pública. Transitando em diversos mundos sociais, eles conseguem veicular e entrar em contato com valores, percepções e hábitos culturais distintos. Colocam-se como testemunhos do espaço da opinião pública para tentar formar a cultura política da população. Desde o início do século XX, a imprensa começa

⁴⁴ “Pontos de vista...”. Jornal **O Nordeste**, 06/07/1942, ano XXI, p. 3.

⁴⁵ “Editorial”. Jornal **O Nordeste**, 22/05/2014, ano XXI, p. 1.

⁴⁶ “Nota”. Jornal **O povo**, 27/02/1942, ano XX, p. 1.

a ocupar espaço inédito na vida urbana e formar um âmbito de discussões cada vez mais abrangentes ao incorporar, ao longo do tempo, a intermediação das relações entre Estado e sociedade (VELOSO, 2004, p. 21).

Mesmo na discordância sobre quem seria o estrangeiro, o quinta-coluna ou o simpático ao Eixo, ambos os periódicos produzem o “diferente” para limitar melhor o comportamento daqueles que desejam ser o “igual”. Pautar essa construção apenas nas notícias do *front* não era o bastante, era preciso trazê-lo para a convivência até atingir a própria “intimidade”. Ter esse inimigo próximo se torna de suma importância para o momento beligerante “não apenas para definir a nossa identidade, mas também para arranjar um obstáculo em relação ao qual seja medido o nosso sistema de valores, e para mostrar, no afrontá-lo, o nosso valor. Portanto, quando o inimigo não existe, há que construí-lo” (ECO, 2011, p. 12).

Essa a vigilância do outro estrangeiro encontra-se na esteira das ações do governo ditatorial do Estado Novo, que visavam promover uma nova política de imigração e assimilação dos estrangeiros residentes aqui no Brasil. Até fins do século XIX, a invenção do povo brasileiro tinha o mestiço como eixo simbólico da unidade nacional; essa figura sintetizava a ideia de homogeneidade como base da Nação rumo ao futuro branqueamento. “Os imigrantes europeus eram protagonistas dos debates, vistos, por um lado, como solução para a regeneração da raça e moralização do país, atrasado e miscigenado” (FÁVERI, 2005, p. 40 - 42).

Até a década de 1940, estima-se que chegaram ao Brasil quase 5 milhões de imigrantes, concentrando-se principalmente em São Paulo e nos três estados do sul. O objetivo principal era a colonização do campo e o desenvolvimento da agricultura, porém fixaram-se também nas cidades, concentrando-se em bairros culturalmente identificáveis por etnias. Cerca de 75% dos imigrantes tinham a procedência latina (italianos, portugueses e espanhóis), “o quarto contingente era formado pelos alemães — perto de 250 mil indivíduos — e o quinto pelos japoneses (imigração que teve início em 1908)” (SEYFERTH, 1999, p. 202).

Devido à influência da Primeira Guerra Mundial, esse conceito majoritário de miscigenação vai se modificando para começar a se pensar na necessidade de integração por meio da assimilação cultural desse contingente. Já nos anos 30 e 40 com a ascensão do nazismo, o perigo de uma invasão alemã passou a ser considerado como uma possibilidade. “Entre janeiro de 1942 e maio de 1945, as ações governamentais estavam

voltadas contra os ‘perigos’, representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo” (FÁVERI, op. cit.).

A revista de *Imigração e Colonização* sintetizava as ideias sobre os “perigos” que uma imigração desordenada poderia trazer. Trata-se de um periódico ligado ao Conselho de Imigração e Colonização que visava à promoção do nacionalismo modernizador e à organização técnica do país abordando questões ligadas à imigração, à demografia e ao território. Nela afirma-se esse novo direcionamento:

O problema migratório de hoje não poderá ser mais resolvido como no século XIX, pela livre imigração. [...] Mas esse período está hoje encerrado. A partir do século XX, a situação mudou completamente, e essa modificação tem de ser levada em conta para a solução dos problemas atuais. A época das migrações incontroladas, mais ou menos espontâneas, já passou. Hoje, os movimentos migratórios deverão ser cuidadosamente preparados e disciplinados pelo Estado [...].

Para países novos como o Brasil, a política imigratória que mais convém é a que tem em vista evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do país. Essa política tem de basear-se, portanto, no selecionamento da imigração, pois é dever máximo do Estado intervir na composição da sua população, de forma a criar a maior colaboração e a maior harmonia entre os elementos que a formam. A imigração não deve ser encarada somente como um meio de atrair elementos capazes de auxiliar o desenvolvimento econômico do país, mas, principalmente, como fator de formação da nacionalidade⁴⁷.

Na burocracia interna da política imigratória brasileira desse período, formou-se o conceito de *Imigrante Ideal*, dentro de uma lógica mais rigorosa de interferência do Estado para garantir a melhoria das gerações futuras, em que se estabelecem “valorações, inclusões e exclusões baseadas em uma presumida diferenciação étnica” (KOIFMAN, 2012, p. 39). Apesar de a comunicação externa do governo não fazer essa discriminação, a porta de entrada do Brasil estado-novista, gerida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, fabricou, na sua administração do Serviço de Vistos, a divisão de dois grupos: os desejáveis a se tornarem futuros brasileiros, que eram preferencialmente os portugueses e os suecos, e os indesejáveis, que incluía orientais, negros, indígenas, judeus e todos aqueles “considerados ‘não brancos’, além de portadores de deficiências físicas congênitas ou hereditárias, os doentes físicos ou mentais e os homens e mulheres fora da idade reprodutiva” (KOIFMAN, 2012, p. 38).

A Segunda Guerra foi um dos fatores que impôs a mudança de uma imigração espontânea para um processo discriminatório pautado na assimilação ou aculturação –

⁴⁷ Revista de Imigração e colonização, 1940, ano 1, nº 1, p. 6 - 7.

“conceitos que têm como significado a dissolução da própria identidade dentro de uma cultura majoritária e que era calculada segundo os parâmetros químicos, como solubilidade” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 153).

Para os imigrantes já residentes no Brasil, promoveu-se uma política de nacionalização lançando-se uma série de decretos-leis (decreto 3.911, de 9 de dezembro de 1941; 4.166, do dia 11 de março de 1942; e a portaria 5.408, do dia 28 de abril de 1942) a fim de escrutinar e garantir os mecanismos judiciais de vigilância dos imigrantes em geral e, também, daqueles tidos como simpatizantes do Eixo. Dessa forma, instaurou-se a proibição de se expressar na língua estrangeira em público; criou-se um projeto de nacionalização da educação, direcionado principalmente para o sul do país, como fechamento das escolas estrangeiras; o confisco de bens dos imigrantes foi legalizado como forma de compensação aos prejuízos causados; passou-se a se tornar obrigatório um novo registro de identificação; e, também, legislou-se restrições ao do direito de ir e vir, por exemplo através da exigência da necessidade de um passe para poder viajar ou sair da sua localidade.

Diante disso, na sua coluna, Demócrito Rocha informa a nova atitude que o “cidadão brasileiro” deve ou não tomar diante de três situações “imaginadas”. A primeira situação hipotética refere-se a uma revista na casa de um “ex-chefe de campo do Integralismo, homem que notoriamente possui armas daquela milícia”. Se os investigadores descobrirem algum armamento, incorre-se “no art. 3º, inciso 18 do decreto-lei n.º 431. [Este] será julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional e pode ser condenado à pena de dois a quatro anos de prisão”. A segunda situação trata-se de uma pessoa que “ouviu falar que o vapor brasileiro” foi torpedeado. Sendo germanófilo, regozizou-se e entrou em algum estabelecimento exclamando “Quatro afundamentos! Eu não dizia? Para que o Brasil se meteu na guerra? Outros afundamentos virão. Mais navios serão metidos a pique! Vamos ficar sem navios! [...]”. A reação do bom cidadão diante dessa ocorrência, segundo o colunista, é de prendê-lo imediatamente e levá-lo à delegacia devido ao “incurso no inciso n.º 26 do art. 3º do decreto-lei n.º 431 (seis meses a um ano de prisão)”. O terceiro caso é sobre um integralista ou germanófilo que “ouviu a rádio de Berlim. Deixou-se contagiar pelas mistificações do dr. Goebels” e, no seu “rombo fanatismo, incapaz de discernir, vai para a rua e exclama como [o] tresloucado dr. Manoel Diniz: - Venderam o Brasil!”. Quem escutasse determinado “insulto” teria duas opções ou dar parte na polícia ou prender logo o “culpado, que está

incurso no inciso n.º 25 do art. 3º da mesma Lei de Segurança (decreto-lei n.º 431). Seis meses a dois anos de prisão”. Encerra ditando uma norma na economia das palavras no contexto da guerra:

O cidadão brasileiro não deve perder tempo em discutir com o inimigo interno. Discutir não adianta. Deve somente ouvir, testemunhar com toda a precaução e segurança, e dar parte à Polícia, prestando, assim, um serviço à Defesa Civil de nossa Pátria contra os seus inimigos internos⁴⁸.

Observa-se aqui uma certa pedagogia do comportamento. Define-se o que não se pode (discutir) e o que se deve fazer: ouvir, testemunhar e dar parte à polícia. Esse protocolo pode ser definido também como uma denúncia ou uma delatação, que nada mais é que uma forma de destituir o outro de algo, ou seja, “anunciar com significação contrária. Portanto, o delato foi, durante a nacionalização forçada e a guerra, uma forma de anunciar o crime do ‘outro’ e esperar que fosse castigado” (FÁVERI, 2005, p. 191). A denúncia, mesmo que não fosse sobre a sua pessoa, gerava o medo de ser enquadrado nos ditames da lei e empurraria ainda mais o considerado inimigo para o espaço privado.

A escalada ideológica permite assim a prisão de possíveis suspeitos. Em Juazeiro, com o noticiamento de um dos afundamentos, “reuniões e comemorações” explodem entre os integralistas”, tendo prontamente sido decretada a prisão dos indivíduos “dr. Manuel Diniz, já demitido das funções de secretário da Prefeitura; Miguel Pimenta Oliveira, guarda do Serviço de Febre Amarela; e José Vicente. O outro integralista, chamado José Sabia, encontra-se foragido, continuando, porém, a polícia em seu encalço”. A matéria continua tecendo elogios ao secretário de Polícia e Segurança Pública, dr. Rui de Almeida Ponte, e reafirmando que o papel da imprensa que trabalha “pelo Brasil e pelo fortalecimento do Governo do sr. Getúlio Vargas é sufocar a audácia dos integralistas nesta hora em que, mais uma vez, tentam eliminar a resistência da Pátria e a unidade nacional”⁴⁹.

Em Canindé, o jornal católico do *Santuário de São Francisco* é posto em suspeita novamente devido à reprodução de um anúncio da loja O Gabriel. A tipografia do texto do anúncio foi “composta caprichosamente em forma do sigma, emblema da Ação Integralista Brasileira”, o que gerou a revolta do jornalista, caracterizando a

⁴⁸ “Nota”. Jornal **O Povo**, 27/03/1942, ano XX, p. 1.

⁴⁹ “Nota”. Jornal **O Povo**, 14/03/1942, ano XX, p. 1.

atitude como “irritante menoscado” e uma “zombaria à argúcia das autoridades”, ao mesmo tempo em que exige uma averiguação sobre os possíveis culpados: o chapista, o comerciante e a administração do jornal⁵⁰.

Muito da ênfase dada ao Integralismo como inimigo a ser combatido deve-se à amplitude que o movimento teve no Ceará. Na última eleição, via Assembleia Legislativa, ocorrida em maio de 1935, os integralistas conseguiram a eleição do deputado estadual Francisco de Menezes Pimentel ao governo do Ceará através da Liga Eleitoral Católica (LEC). Já nas eleições municipais de fevereiro de 1936, a LEC assumiu a legenda do Partido Republicano Progressista (PRP) e elegeu Raimundo Alencar Araripe como prefeito de Fortaleza. Ambos permaneceram nos cargos mesmo após a implementação do Estado Novo (PINTO, 2005, p. 25).

Os integralistas seriam “piores que um estrangeiro”, exclama Demócrito Rocha. Alerta repetidamente que “todo integralista, que ainda permanece fial ao seu credo, é germanófilo nesta guerra”. Aconselhava que já tinha passado a hora de baterem em retirada, seguindo o “exemplo do capitão Jeovah Mota, que, eleito deputado federal, não vacilou em renunciar ao seu mandato, quando viu claros os métodos e as intenções da Ação Integralista Brasileira”. O problema consistia nos irredutíveis, “que são os mais numerosos, estão em funções de relevo em vários setores da vida brasileira”⁵¹.

O jornal *O Povo* acompanhava de perto as ações da polícia. No dia 1º de maio, a Secretaria de Polícia realizou uma diligência em Sobral e apreendeu, na casa do alemão de nome Werner Eimm, “farto material de rádio-emissão” que o auxiliaria “dentro de meia hora a pôr em funcionamento a sua emissora de ondas curtas e proporcionar informações perigosas para a segurança nacional”⁵². Outra oficina de rádio clandestina pertencente ao alemão “Henrique Gustavo Adolf Leibholz, natural de Berlim, com 36 anos de idade” foi desmontada na manhã do dia 5 de maio. No mesmo dia, o “súdito alemão Osborn, comerciante nesta capital, “um dos mais fervorosos eixistas do Ceará”, “natural de Alexandria e amigo de Rudolf Hess”, foi detido para averiguação⁵³.

Essas averiguações estavam de acordo com a “lógica da suspeição” da polícia política varguista trabalhava. Uma suspeita qualquer era passível de detenção, e o preso deveria ficar à disposição da Delegacia, podendo ficar detido até finalizar o inquérito.

⁵⁰ “Última-hora”. Jornal *O Povo*, 10/06/1942, ano XX, p. 1.

⁵¹ “Nota”. Jornal *O Povo*, 20/04/1942, ano XX, p. 1.

⁵² “Quinta-Coluna em Sobral?”. Jornal *O Povo*, 04/05/1942, ano XX, p. 4.

⁵³ “Última-hora”. Jornal *O Povo*, 05/05/1942, ano XX, p. 1.

“Em função do estado de guerra, a suposição de um perigo à segurança nacional garantia à polícia a necessidade” de que os suspeitos permanecessem presos. “Em nome da ordem social, da segurança pública, da soberania nacional, do nacionalismo e da proteção da sociedade com relação aos indesejáveis e perigos sociais, a polícia cumpria seu papel de órgão regulador e controlador da sociedade” (PERAZZO, 1999, p. 148).

O jornal *O Povo* amplia o universo de vigilância, erigindo novas denominações para os inimigos. Depois do perigo dos espões da Quinta-coluna existia o perigo de uma “sexta-coluna”, definida como aquela “gente que vive em uma eterna fase de transição”. Esse tipo social julga que “a vitória do Brasil está em deixar que o estrangeiro viva a sua vida sem aborrecimentos. [E acha] que só quem deve fazer sacrifício e padecer os vexames da guerra é o brasileiro, o panamericanista”. O sexta-coluna é aquele que “morre de amores pelos estrangeiros” e, conseqüentemente, “está do lado deles”⁵⁴.

Devido aos arrefecimentos e à vigilância sob os tidos como inimigos, os como suspeitos começam a comprar espaço nos jornais para se defender. É o caso do agente e distribuidor dos rádios Crosley Henrique Leibholz, que, no dia 8 de maio, produz toda uma metamemória sobre a sua vida como tática para se livrar dos boatos, em que qualifica-se como perseguido político da Alemanha de Hitler. Após esclarecer em detalhes a diligência que sofreu, afirma ainda a falsidade da notícia da sua prisão e das referências “à atividade clandestina, quinta-colunista, e outras expressões desse juiz, publicadas em alguns jornais citadinos a meu respeito, não passam [...] de fantasias de mau gosto”⁵⁵. Esse processo de indução à defesa ocorre através da aceitação implícita do ataque. Só me defendo daquilo que me aflige. “A construção do inimigo induz a tornar-se real, mesmo quem teria aspirado a um reconhecimento benevolente” (ECO, 2011, p. 30).

Outro episódio desse tipo refere-se a dois suspeitos que foram presos ao manifestarem o seu desejo de tirar fotografias dos “aviões bombardeios” estacionados na base aérea da Parangaba. “Convencido de que não se tratavam de elementos perigosos, o secretário da Segurança Pública deu permissão aos dois para voltarem a Baturité, de onde já devem ter viajado para a Bahia, via Crato”⁵⁶. Um incidente de caráter mais violento causado por essa rede de suspensão formada ocorreu numa

⁵⁴ “Nota”. Jornal *O Povo*, 22/05/1942, ano XX, p. 1.

⁵⁵ “A verdade sobre um perigoso espião nazista”. Jornal *O Povo*, 08/05/1942, p. 6.

⁵⁶ “Com uma máquina fotográfica na Base Aérea”. Jornal *O Povo*, 06/05/1942, ano XX, p. 1.

discussão entre bêbados em um café na Praça do Ferreira. O alfaiate Moura Amazonas assassina a tiros o professor Domingos Brasileiro, “que, em tom de pilhéria, o acusara de ser simpático à causa alemã” (GIRÃO, 2008, p. 17).

A própria Secretaria de Polícia e Segurança Pública, diante dessa guerra de informação, lança nota oficial afirmando que “punirá, inflexivelmente, seja qual for a sua condição social, todo elemento boateiro, propagador de notícias de fundo tendencioso”, não faltará uma ação “contra esses indivíduos, nocivos à ordem pública, com severidade e sem contemporizações”⁵⁷.

Assim, após o noticiamento de mais três afundamentos ocorrem as depredações aos estabelecimentos comerciais das pessoas que, nessa rede de boataria e suspensão, poderiam ter alguma relação com os países do Eixo. Sabemos hoje que os estabelecimentos depredados foram: as lojas Pernambucanas, da família alemã Lundgren; a Fábrica Italiana, de propriedade do espanhol Rudezindo Nocelo Feijó, que por causa do nome herdado do antigo proprietário acabou servindo de motivação para a multidão; a Padaria Italiana, de propriedade da família italiana Rattacaso, e o ataque frustrado à residência pessoal da mesma família, situada em cima da Fábrica Italiana; o Café Íris de propriedade do italiano Francisco Orlando Laprovítera; os Armazéns do italiano Alexandre Papaleo; a loja A Formosa Cearense, a Tinturaria Italiana, a Tinturaria Modelo e a Casa de Confecções 3 Oitos, todas de propriedade da família italiana Marino; a Casa Cunto, de propriedade dos irmãos Cunto; o Jardim Japonês, da família Fujita; a loja A Cruzeiro.

Nos dias seguintes, várias diligências deram cabo a prisões de estrangeiros durante o restante do ano de 1942. No dia 22 de agosto, foram efetuadas 31 prisões por motivos políticos⁵⁸. No dia 24 de agosto, noticia-se que mais de 80 pessoas foram recolhidas ao xadrez “das delegacias da capital. Os eixistas presos estão sendo

⁵⁷ “Nota Oficial”. Jornal **O Povo**, 01/07/1942, ano XX, p. 1.

⁵⁸ A nota do jornal **O Povo** do dia 22 de agosto de 1942 traz uma lista dos presos fornecida pela Secretaria de Segurança: “Alemães: Herbert Wilhelm Richard Osborne, Fredrich Wilhelm, Victor Albert Ulrichs, Heinz Peltesohn, Josef Heymann, Karl Wagner, Ernest Wilhelm, Franz Pretsch, Heinrick Christian, Jorge Goersch, Karl Theodor, Erick Braun, Berda Charlotte Braum Friedrich Wilhelm, Ferdinand Ernst Daschen, Paul Von Haehiting, João Felipe Manoel Schlee Hermann Schimmelpfeng, Germano Paulo Franck, Margarete Villard, Margarete Thuneck. Italianos: Alexandre Papaléo, Ercole Vareto, Isidio Ratacasso. Espanhol: Luiz Valejo (Imão Luiz Casimiro). Suíço: Gottfried Bergen. Japonês: Jiro Horiguchi. Brasileiros: Auto de Moura Ferreira, Raimundo Ribeiro Barros, Joaquim Moreira Lopes, José Francisco Albuquerque Costa, Aparício Façanha de Sá, Vicente de Sousa Góis, Raimundo Alves da Silva, Francisca Pereira da Silva (Francy)”. In.: “31 prisões em Fortaleza, por motivos políticos”. Jornal **O Povo**, 22/08/1942, ano XX, p. 3.

devidamente interrogados”⁵⁹. Um alemão de nome não revelado é preso também, no Crato, por estar transportando em sua mala “elementos de uma emissora clandestina”⁶⁰. De Quixadá, vieram presos Luiz Miglio, “que trabalhava no Banco do Brasil local, e que publicamente manifestava a sua simpatia pelo regime nazista”, em sua companhia também vieram alguns elementos “contrários a causa aliada” que pertenciam ao extinto partido integralista⁶¹. Na tarde do dia 28 de agosto foram efetuadas outras duas diligências. Foram presos os co-gerentes das lojas Pernambucanas Johannes Machelmann e Wichamann, pois apesar de casados “com brasileiras” e de residirem “em território nacional há vários anos” ainda “existem fortes suspeitas contra os mesmos” que serão averiguadas em “rigorosos interrogatórios”. No mesmo dia, em Messejana, foi preso João de Oliveira Assunção, “cearense, viúvo, de 40 anos de idade”. A polícia apreendeu na residência desse “perigoso quintacolonista, que pertencia ao extinto partido integralista, além de farto material de propaganda do Eixo, um verdadeiro arsenal de armas”⁶².

Após as depredações do dia 18 de agosto e as prisões, intensifica-se a quantidade dos anúncios nas páginas de jornais promovidos por aqueles que se sentiam constrangidos com os boatos e o perigo de possíveis coersões. Plácido Barroso anuncia que afirma ter saído do Integralismo desde 1937 e, sendo “bom brasileiro, se põe à disposição do Governo, decidido a colaborar no combate sem trégua aos inimigos da Pátria”⁶³. Já Dr. José Mario Porto afirma-se brasileiro nato⁶⁴. As empresas Lundgren, donas das lojas Pernambucanas, traça toda uma genealogia da família e dos seus negócios, que tiveram origem com “Herman Teodoro Lundgren, cidadão sueco, naturalizado brasileiro, [que] estebeleceu-se em Pernambuco no ano de 1866”⁶⁵.

Enfim, como observamos, não necessariamente o inimigo precisa ser verdadeiro, na sua ausência era efetuada a sua construção através da vigilância do espaço público, da economia das palavras perigosas, dos nomes e idiomas estrangeiros, da suspensão dos signos que remetiam às ideologias, etc. Já que se possui uma guerra “é necessário um inimigo com que guerrear, o inelutável da guerra corresponde ao inelutável da caracterização e da construção do inimigo” (ECO, 2011, p. 32).

⁵⁹ “Continuam as prisões de eixistas em Fortaleza”. Jornal **O Povo**, 24/08/1942, ano XX, p. 4.

⁶⁰ “Preso em Senador Pompeu um alemão misterioso”. Jornal **O Povo**, 25/08/1942, ano XX, p. 4.

⁶¹ “Chegou preso de Crato”. Jornal **O Povo**, 27/08/1942, ano XX, p. 4.

⁶² “Os co-gerentes da “A Pernambucana” estão detidos”. Jornal **O Povo**, 28/08/1942, ano XX, p. 1.

⁶³ “Desfazendo dúvidas”. Jornal **O Povo**, 29/08/1942, ano XX, p. 4.

⁶⁴ “Dr. José Mario Porto”. Jornal **O Povo**, 29/08/1942, ano XX, p. 8.

⁶⁵ “Empresas Lundgren”. Jornal **O Povo**, 29/08/1942, ano XX, p. 3.

Capítulo 2 – Uma história dos sentidos das memórias do Quebra-quebra de 1942

2.1. Do silêncio às metamemórias

“Nisso, no meio da multidão ouviu-se um grito: Estão quebrando a padaria do Espanhol!”

Thomaz Pompeu Gomes de Matos

“Nos quebra-quebras, iríamos encontrar a forma mais violenta e asselvajada dos cabeças-chatas, mais contundentes, sem dúvida, do que os apelidos e as vaias. Era quando a massa enfurecida apelava para as depredações, seguidas muitas vezes, de incêndio”

Alberto Santiago Galeno

“Na memória de muitos cearenses, participantes ou apenas observadores dos acontecimentos relacionados com a Segunda Grande Guerra, perdura como referência principal o popularmente denominado “Quebra-quebra”, alusão ao grito de vingança dos condutores da multidão enfurecida ao terem notícia do afundamento de navios nacionais [...]”

Stênio Azevedo e Geraldo Nobre

Nesses três relatos, percebemos uma referência comum nos indícios do ocorrido no dia 18 de agosto de 1942: os gritos ecoados no meio da multidão. Além de descreverem redundantemente a própria ação coletiva de quebrar, que nomeará o evento enquanto tal, o “grito” e as “vaias” servem-nos como pista de por quais meios de transmissão os atores históricos difundiram a notícia e as lembranças do ocorrido durante um período: a oralidade, pois, se analisarmos apenas os periódicos da época para reconstruir a história como espelho do que foi escrito neles, esbarraríamos em um problema: o silêncio. Mesmo que isso não signifique a ausência total de barulho, ou seja, uma ausência total de vestígios sobre o evento na imprensa escrita daquele dia, não teríamos como descrever o evento. A escassez é evidente.

No jornal *O Povo* do dia 18 de agosto, salientava-se o clima de indignação que tomava conta do país e as várias manifestações ocorridas. Discorria-se sobre as repercussões intensas no povo cearense, afirmando-se que, pela manhã, “os estudantes e o povo em geral organizaram vibratíssimas passeatas no centro da cidade, ouvindo-se, a cada instante, aclamações entusiásticas ao Brasil”. Uma dessas passeatas compostas por numerosos reservistas teria comparecido em frente à redação de *O Povo* e escutado um dos redatores aclamando a todos para a necessidade de “congregar todas as energias em defesa da Pátria”. A matéria é encerrada falando da incontida vibração “a qual

assumiu maiores proporções às 11 horas”⁶⁶. Apesar de não termos uma descrição do momento de ataque aos estabelecimentos comerciais, ouvimos aqui pelo menos outros três gritos na descrição: os do povo e, ao lado, os dos estudantes; depois os reservistas ouvem o grito do redator do jornal. Porém, na matéria do dia seguinte, pede-se que se escute apenas uma voz: a palavra superior do Governo.

Na matéria do dia posterior, 19 de agosto, na primeira página, foi publicado um editorial do jornal reconhecendo “a justiça que inspira a indignação causada pelos recentíssimos atentados”, entretanto, conclamava as pessoas a voltarem à calma, fazendo um “auto em seu delírio patriótico afim de aguardar a palavra do Governo”. É preciso parar a ação e esperar a voz do Estado. “Todos em posição de sentido!” exclamava o editorial. A população deveria obedecer às ordens e decisões superiores nessa “hora muito grave”, essencialmente resumidas nesse tripé exposto nas últimas palavras do editorial: “Silêncio, trabalho e vigilância!”⁶⁷. De um dia para o outro, de uma multiplicidade de vozes para a obediência da voz do sentido do Governo.

Nesse mesmo ensejo, o periódico *O Nordeste* atentou para a notícia dos afundamentos, caracterizando-os como o ato de pirataria bárbara, de mais cinco navios brasileiros nas águas territoriais e em serviço puramente nacional, “levantou a mais justa indignação da consciência coletiva”. Segundo o mesmo periódico, esse ato não intimidaria o ânimo do povo, mas sim congregaria ainda mais solidamente “toda a Nação em torno do seu chefe”. O ato pirata não poderia gerar desunião e nem desânimo. O autor prescreve para o momento a reunião, mas em silêncio para escutar a voz do chefe. Apesar das provocações amargas da pirataria, são salientadas as qualidades pacíficas do povo entregue ao trabalho. Prescreve-se a ordem ignorando a desordem. Uma segunda voz aparece autorizada na matéria do jornal: é a voz da oração em direção a Deus para que a paz prevaleça. O autor encerra, no mesmo tom de prece, afirmando que Deus estava velando sobre os destinos, acendendo a fé “de que jamais triunfarão os princípios da violência e da maldade!”. O jornal autoriza uma voz a Deus e dá outra voz ao Estado, ao povo lhe prescreve a paz, a coragem serena e a “[...] dedicação sem medida à sagrada defesa do Brasil”⁶⁸.

No dia posterior, o periódico não muda o tom. Apresenta um editorial sobre a “grande massa de povo [que], ontem, durante quase todo o dia, principalmente depois

⁶⁶ “Vibra povo cearense contra a pirataria nazista”. Jornal **O Povo**, 18/08/1942, ano XX. p. 4

⁶⁷ “Ao povo”. Jornal **O Povo**, 19/08/1942, ano XX. p. 1.

⁶⁸ “Causa em desespero”. Jornal **O Nordeste**, 18/08/1942, ano XXI, nº 6105. p. 1.

das 10 horas, veio às ruas em manifestações coletivas de desagravo à covarde agressão dos piratas nazistas [...]”. O jornal no dia anterior atribuía qualidades para prescrever a ordem, mas, nesse dia, considerou inevitável que a dor e o luto “[...] repercutissem na multidão com a força dos sentimentos insopitáveis”. O autor afirma ainda que o Governo Estadual verbera e concita a população cearense à confiança e à calma. Afirma que foram justas as “expansões do nacionalismo” e faz eco à voz autorizada do Estado para finalizar, aconselhando que “[...] a população deve manter a necessária serenidade, confiando plenamente na prudência e na vigilância do Governo”⁶⁹. Mesmo que por um motivo considerado justo ultrapassou-se o limite da ordem tolerado pelo Estado Vargas e prescreve-se a volta à obediência.

Nesse mesmo dia 19, ganha espaço a “voz prudente” do Estado através de uma nota da Interventoria Federal pedindo “aos Srs. Pais de Família e aos Diretores de Colégio que recolhessem os estudantes às suas casas” a fim de manter a ordem pública, e que, para isso, iria recorrer a medidas energéticas. O povo deveria se entregar imediatamente às suas atividades comuns e aguardar serenamente a oportunidade de servir à Nação. Ressaltou-se ainda a necessidade de união de todos num só pensamento: “o de servir e honrar a Pátria confiando na ação patriótica do preclaro Presidente Vargas [...]”⁷⁰.

Ficam evidentes as tentativas de ordenamento das vozes provindas da multidão através das prescrições para obedecer às exigências do momento de *paz, vigilância e silêncio*. Pede-se para que se cale e se escute. Os jornais execravam as atitudes hostis externas, porémas atitudes violentas internas são tidas como justas, mas desviantes em sua expansão. Após a reação ao absurdo ataque, deveria prevalecer, na população em geral, o bom comportamento dentro dos “imperativos de guerra” prescritos pelo Estado Novo Vargas.

Apenas de forma muito diagonal, temos acesso a alguns indícios dos acontecimentos ocorridos naquela data, através de referências como “as manifestações coletivas” ou “as vibrantíssimas passeatas” que, em torno das dez ou onze horas, teriam tomado contornos de “maiores proporções” ou transformado-se num “delírio patriótico”. Não aparece qualquer alusão ao evento nomeado enquanto tal e, muito menos, alguma descrição dos desdobramentos mais violentos das “várias passeatas”.

⁶⁹ “Serenidade necessária”. Jornal **O Nordeste**, 19/08/1942, ano XXI, nº 6106. p. 1.

⁷⁰ “Apelo da Interventoria Federal aos srs. Pais de família, Diretores de Colégio e ao público em geral”. Jornal **O Nordeste**, 19/08/1942, ano XXI, nº 6106. p. 1 (recorte meu).

Em um primeiro momento, imediatamente após o ocorrido, no ano de 1942, essas vozes provindas da multidão que ou quebrou, ou assistiu, ou fotografou, ou apenas ouviu falar das depredações de 1942 sofreram um processo de silenciamento devido à política de defesa passiva, que pregava silêncio, trabalho e vigilância. Era preciso um processo de interdição das atitudes e dos assuntos considerados perigosos à paz interna, que poderiam colocar a perder a vitória externa. Porém, esse silêncio não significa esquecimento.

Uma referência oficial próxima ao dia do ocorrido ilustra esse trabalho de silenciamento. A descrição consta no livro *Chefes de Polícia* de autoria de Hugo Victor. Esse livro subsidiado pelo Estado foi publicado em 1943 por encomenda da Secretaria de Polícia e Segurança Pública a fim de comemorar o 1º centenário da criação das Chefaturas no Brasil. O livro propõe-se a traçar uma sucessão de biografias contendo a formação e os principais feitos de cada chefe de polícia, sem se deter à análise e contextualização histórica. O evento estudado entra como uma efeméride dentre os outros tantos fatos que motivaram a entrada ou saída de cada chefe do cargo, porém, mesmo assim, podemos qualificá-lo pelo menos como a intenção oficial do Estado daquele momento para o ocorrido há um ano. O autor traça a biografia do Dr. Ruy de Almeida Monte, que se manteve na pasta de 5 de março a 18 de setembro de 1942, e posteriormente elabora algumas linhas sobre o motivo de sua saída:

O afundamento de navios brasileiros por submarinos das nações totalitárias e a conseqüente declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, provocaram, como era natural, grande agitação na massa. O povo, indignado com os atos de pirataria do inimigo, logo que foi conhecida a notícia de declaração de guerra, encheu as ruas da capital, promovendo depredações a 18 de agosto, verificando-se fatos idênticos em algumas cidades do interior. Nesse ambiente de trepidação, deixou o dr. Ruy Monte as funções, que passaram a ser exercidas pelo Capitão José Góes de Campos Barros.

Nesse trecho, observamos como o autor, no afã da síntese, tenta naturalizar o ocorrido utilizando-se de uma imprecisão nas suas motivações. O autor junta como causa das depredações a declaração de guerra e os afundamentos. Essa imprecisão advém de um deslocamento incorreto do tempo, já que as depredações ocorrem antes da declaração de guerra, e não depois. O autor não cita a postura de neutralidade do Governo Vargas e, de prontidão, caracteriza as nações inimigas como “totalitárias”, marcando, *a priori*, uma diferenciação política entre o Brasil e os inimigos, o que não era tão evidente assim. No mais o que interessa nesse vestígio é notar o quanto a

ausência de uma problematização e a não nomeação do evento, como também a manutenção da interdição da sua descrição e a operação de desvio de uma das suas possíveis causas: a neutralidade sustentada pelo governo de Getúlio Vargas.

Se compararmos os vestígios dos jornais com essa pequena descrição do livro, podemos afirmar que eles obedecem a camadas diferentes do passado. Os jornais estão ligados à pragmática do presente e ao dia a dia da redação, seu texto é uma voz-momento prescritiva ligada às questões ordinárias. No máximo, poderíamos nos referir à ele como uma *protomemória*. Já a descrição do livro é um uso ostensivo do passado que visa construí-lo a fim de erguer uma história monumental dos chefes de polícia. Trata-se de uma escrita como passado que deseja perpetuar-se no espaço público.

Para tentar mapear o *tornar-se* acontecimento do Quebra-quebra, pesquisamos nas páginas do jornal *O Povo* algum indício do evento nos decênios subsequentes (1952, 62, 72), tendo como base outras referências temporais, como os aniversários do início (1949, 1959 etc.) e do fim da (1955, 1965 etc.) da Segunda Guerra Mundial. Conseguimos assim mapear alguns dias-chave que concentram as comemorações oficiais da Segunda Guerra: o 6 de junho, o 7 de maio e o 22 de fevereiro. O 6 de junho é o dia do desembarque das tropas Aliadas na costa francesa, que iniciou a investida da vitória Aliada. Nesse dia, concentram-se as comemorações oficiais de países como o Estados Unidos e a França. Outros dois dias concentraram as atenções das comemorações do Estado brasileiro: o 7 de maio, que é o dia da Vitória, dia em que foi dado o anúncio oficial do cessar fogo na Europa; e o 22 de fevereiro, que se refere à tomada de Monte Castelo na Itália, uma das batalhas em que a FEB foi vitoriosa.

O labor desse tipo de mapeamento, porém, é maior devido a extrapolação dessas referências temporais. Podemos citar uma comemoração textual ocorrida no dia 1 de outubro de 1969 através do editorial do jornal *O Povo* com o título de “Vitória Democrática”. Nele afirma-se que “todos os povos civilizados sofreram na carne as consequências desastrosas da Segunda Guerra Mundial, desencadeada por um paranoico que alimentava o sonho napoleônico de submeter o mundo ao seu domínio”, enfatizando a necessidade da unidade “das correntes que defendem os ideais mais nobres e generosos da humanidade”⁷¹. Encontramos também furtivamente investimentos de memória da Marinha a fim de erigir um homenagem aos mortos em mar no período

⁷¹ “Vitória Democrática”. Jornal **O Povo**, 01/10/1969. p. 1.

da Segunda Guerra: em 1952, a celebração ocorreu em 29 de novembro⁷² e, em 1979, no dia 22 de julho⁷³. No dia 22 de julho de 1980, ocorre a mesma homenagem, destacando as ações de vigilância da costa naquele período, e afirma-se o que seria a única causa da entrada brasileira no conflito: “a campanha submarina do Eixo voltou-se diretamente contra nossa navegação comercial, forçando-nos a ingressar no conflito”⁷⁴.

Nas celebrações oficiais do Exército, através da associação de ex-combatentes, os investimentos de memória concentraram-se na construção do heroísmo da FEB com o objetivo de fomentar o sentimento de coesão nacional. Como exemplo, podemos citar o 25º aniversário da tomada de Monte Castelo, ocorrido no Rio de Janeiro diante do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. O protocolo comum é salientar a presença das autoridades que discursam sobre “a intrepidez e a coragem dos ex-combatentes, lembrando os feitos heroicos da Força Expedicionária Brasileira (FEB)”⁷⁵.

Todavia, sabemos que não podemos reificar simplesmente essas comemorações oficiais de forma unívoca (PORTELLI, 1998). Essas lembranças oficiais não dignificariam as narrativas sobre o *front* interno, em que as memórias individuais dos civis encontram a sua *intriga*. A partir da década de 1980, os jornais irão ampliar o espaço para outros investimentos de memória nessas datas oficiais através da anexação das descrições sobre o *front* interno. No jornal *O povo* do dia 7 de maio de 1985, celebra-se o dia da Vitória e, antes abordara viagem de um soldado até a Europa, discorre-se mais demoradamente sobre o *front* interno:

Eram dias difíceis, lembram os ex-combatentes. A cidade vivia agitada pelas notícias do torpedeamento de navios brasileiros, inclusive a fragata Arabutã, comandada por um cearense [...].

Nas ruas da capital, havia comícios de jovens intelectuais, principalmente, os ligados à Sociedade dos Amigos da América dos quais participaram César Cals, avô do atual prefeito, médico Pontes Neto e Stênio Azevedo. A reação dos cearenses às notícias do afundamento de navios levou a multidão, certa feita, a incendiar lojas e propriedades de estrangeiros, como o caso da Casa Veneza e de uma loja de propriedade da família Fujita [...] ⁷⁶.

⁷² “Homenagem aos que perecem no mar”. Jornal *O Povo*, 29/11/1952. p. 1.

⁷³ “Marinha homenageia mortos da Segunda Guerra Mundial”. Jornal *O Povo*, 22/07/1979. p. 9.

⁷⁴ “Marinha homenageia mortos da Segunda Guerra Mundial”. Jornal *O Povo*, 22/07/1980. p. 6.

⁷⁵ “Médici participa das comemorações da FEB na Segunda Grande Guerra”. Jornal *O Povo*, 24/02/1970. p. 9.

⁷⁶ “A memória viva dos cearenses que foram aos campos de guerra”. Jornal *O Povo*, 07/05/1985. p. 15.

Mesmo sendo uma escrita como passado ainda genérica em que a preocupação maior é elencar nomes de possíveis testemunhas ou parentes vivos hoje, “o avô do atual prefeito”, o importante aqui é enfatizar que o presente da década de 1980 tornou atual o *front* interno da década de 1940. Desse momento em diante, intensifica-se a “disputa das descrições” do dia 18 de agosto de 1942, que giram em torno de pontos aparentemente irrelevantes. Quem teria feito o quê? Quem começou e por onde? Quem era responsável pelo quê? Quem quebrou e quem não quebrou?(CARVALHO, 1990, p. 36 - 38). Ter a resposta dessas perguntas é deter a capacidade e o poder de dizer o que significa o evento, de usá-lo como passado no presente.

Somente em torno dos quadragésimos e quinquagésimos aniversários da Segunda Guerra Mundial é que ocorre a erupção da memória das depredações de 1942 como participantes da História. Não é por acaso que as memórias desse evento tornam-se atuais nessa década. Huyssen (2000) afirma que é a partir dos anos 1980 que ocorre “[...] a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (p. 9). Nesse momento, existe uma aceleração da mudança da preocupação da cultura modernista caracterizada nas primeiras décadas do século XX pelos futuros presentes a uma preocupação incessante com os passados presentes, caracterizada por um novo apelo à memória, fruto de um deslocamento da experiência e da sensibilidade do tempo.

Os futuros presentes eram expressos nas diversas ideologias com seus preceitos teleológicos. “Desde os mitos apocalípticos de ruptura radical do começo do século XX e a emergência do ‘homem novo’ na Europa, através das fantasmagorias assassinas de purificação racial ou de classe, no Nacional Socialismo e no Stalinismo, ao paradigma de modernização norte-americano [...]” pautavam-se em um vir a ser que canalizava a organização social. A mudança de preocupação para os passados presentes já teria emergido anteriormente, na década de 1960, por exemplo, nos processos de descolonização e dentro dos novos movimentos sociais, que buscavam fundar outras tradições mais próprias ou erguer uma tradição para o outro excluído. Porém, na década de 1980, esse processo tornar-se-á mais sintomático, principalmente através de uma nova onda de rememoração coletiva dos eventos da Segunda Guerra em escala mundial:

Os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente, pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto (iniciado com a série de TV

“Holocausto” e, um pouco mais adiante, com o movimento testemunhal, bem como por toda uma série de eventos relacionados à história do Terceiro Reich (fortemente politizada e cobrindo quadragésimos e quinquagésimos aniversários): a ascensão de Hitler ao poder em 1933 e a infame queima de livros, lembrada em 1983; a Kristallnacht, o *pogrom* organizado em 1938 contra os judeus alemães, objeto de uma manifestação pública em 1988; a conferência de Wannsee, de 1942, que iniciou a “Solução Final”, lembrada em 1992 com a abertura de um museu na vila de Wansee onde a conferência tinha sido realizada; a invasão da Normandia em 1944, lembrada com um grande espetáculo realizado pelos aliados, mas sem qualquer presença russa, em 1994; o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, lembrado em 1985 com um emocionado discurso do presidente da Alemanha e, de novo, em 1995 com uma série de eventos internacionais na Europa e no Japão. Esses eventos - a maioria deles “efemérides alemãs”, às quais se pode acrescentar a querela dos historiadores em 1986, a queda do muro de Berlim em 1989 e a unificação nacional da Alemanha em 1990 - receberam intensa cobertura da mídia internacional, remexendo as codificações da história nacional posteriores à Segunda Guerra Mundial da história nacional na França, na Austrália, na Itália, no Japão e até nos Estados Unidos e, mais recentemente, na Suíça (HUYSSSEN, 2000, p. 9).

A memória da Segunda Guerra torna-se um vetor interpretativo para além da qualidade de “índice do evento histórico específico”, funciona como parâmetro e metáfora para a história nacional de outros locais (HUYSSSEN, 2000, p. 13). É nessa disseminação geográfica de uma cultura da memória a qual a emersão do Quebra-quebra de 1942 como evento a ser lembrado está vinculada.

Outros fatores a esse movimento de erupção da memória podem ser cogitados. Primeiro, entreaqueles que viveram os anos 1940 como adultos, mesmo os mais jovens, têm vindo, ao longodessa década de 1980, já com uma idade para se aposentarda vida ativa, o que os levou a recolhersuas memórias individuais. Segundo, vivia-se o fim de outro regime ditatorial, o que levou a uma revisitação dessa temática. Para entender o regime ditatorial teoricamente recém-acabado, era preciso entender os outros regimes ditatoriais pelos quaisa democracia brasileira passou. É nessa época que se começa, no campo universitário, por exemplo, a se refletir mais detidamente sobre a Era Vargas e o Estado Novo. Esses fatores também podem ter agido como um gatilho das memórias individuais para que refletisse sobre a sua experiência passada na década de 1940.

É nesse período também que as memórias de alguns estudantes daquela época passam do espaço íntimo para a posição evocativa da metamemória: Gomes de Matos começa a dar entrevistas para os jornais a partir do começo da década de 1980, Alberto Santiago Galeno reflete sobre o evento no livro *A praça e o povo*, lançado em 1991, e Blanchard Girão lança as suas memórias sobre o colégio Liceu do Ceará no período da Segunda Guerra em 1997.

Devido ao próprio interdito na publicização do que ocorreu no dia 18 de agosto de 1942, a via para se refletir sobre a construção dessas depredações como o acontecimento Quebra-quebra participante da História será através dos enquadramentos presentes nas suas escritas como passado. Essa memória individual passará por uma atenção metodológica básica devido ao trabalho de singularização da história que operam, pois:

na medida em que é profundamente subjectiva, selectiva, muitas vezes desrespeitadora da cronologia, indiferente às reconstruções de conjunto e às racionalizações globais. A sua percepção do passado não pode ser senão irreduzivelmente singular. Onde o historiador não vê mais do que uma etapa de um processo, do que um aspecto de um quadro complexo em movimento, o testemunho pode captar um acontecimento crucial, o ponto de viragem numa vida (TRAVERSO, 2012, p. 26).

Enfocar essas memórias que singularizam o passado como o ponto de acesso interpretativo tem a vantagem de não tratar a memória como uma coisa anterior às práticas que a constroem. Esses indivíduos foram responsáveis por recordar o Quebra-quebra, constituindo-o uma metanarrativa através de seus livros de memórias, das fotografias, de entrevistas para jornais, etc. Não optaremos aqui por encará-los como uma manifestação acabada de uma suposta memória coletiva que serviria como “um ponto de acesso para o suposto evento real em vez de interpretações de um passado” (FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix [et al.], 2014, p. 26, tradução nossa). Esses objetos serão encarados na performatividade de um ato de recordação e nos servirão para constatar o *emaranhado da memória* no seu processo interacional e dinâmico *defazer-se*.

Começaremos nossa análise pelos testemunhos de Thomaz Pompeu Gomes de Matos, que é quem demanda para si o papel de “empreendedor da memória”⁷⁷ do Quebra-quebra de 1942. São pelo menos três os suportes que assumem uma centralidade nos seus investimentos de fazer lembrar o Quebra-quebra de 1942: um monumento, um livro de memórias e uma série de fotografias. Gomes de Matos foi presidente da comissão de estudantes responsável por erguer o monumento Obelisco da Vitória em 1943 –recuperado e reformado em 1989 na gestão estadual de Tasso Jereissati – também quem tirou as fotografias do ocorrido, publicizadas em 1982. Além disso

⁷⁷ Segundo Jelin (p. 49), os empreendedores da memória são aqueles que desejam o reconhecimento social e a legitimidade política de uma (a sua) versão narrativa do passado. São eles também que se preocupam e ocupam-se em manter visível e ativa a atenção social e política sobre seu empreendimento.

escreveu o livro de memórias *O menino do Solar Rouge*, no qual aborda o evento em um de seus capítulos. Portanto, Gomes de Matos promoveu uma interseção entre o *ver* e o *ler* na sua construção do evento, angariando mais garantias de um estatuto de verdade à sua versão devido à possibilidade dessa dupla-verificação.

2.2. A construção de Thomaz Pompeu Gomes de Matos

2.2.1. O álbum

O álbum é formado no total por 33 fotografias e destas apenas duas não são de autoria do Sr. Gomes de Matos. Seguindo a sequência estruturada por ele, nós o dividiremos em três partes, com os seus respectivos temas gerais: o primeiro tema, no início do álbum, mostra a chamada Passeata da Vitória promovida no dia 10 de agosto de 1942; em seguida, como centro de atenção, temos as depredações ocorridas no dia 18 de agosto de 1942; e, por último, os acontecimentos posteriores à declaração de beligerância contra os países do Eixo.

A *primeira parte* é formada por nove fotografias, que tratam das movimentações anteriores ao dia 18, incluindo uma das fotos de não-autoria do Gomes de Matos retratando o Interventor Menezes Pimentel, ausente da capital no dia do evento, em visita ao interior do estado.

Na sequência temos vinte e duas fotografias na *segunda parte do álbum*, todas de autoria de Gomes de Matos e produzidas no dia do evento, enquadrando, em geral, as seguintes ações: a missa pelos mortos nos afundamentos; a aglomeração das pessoas em frente às lojas do centro da cidade; a depredação da sede das lojas Pernambucanas na Praça do Ferreira; a mobilização do povo ao Palácio do Governo; o ataque à loja A cruzeiro; as depredações da Casa Veneza; o começo das depredações e o posterior incêndio da sede matriz das Lojas Pernambucanas na rua Floriano Peixoto; e a chegada dos bombeiros para apagar o incêndio nesta mesma sede das Pernambucanas.

Finalmente, a *terceira parte*, encerrando o álbum, é composta por duas fotos numa mesma página: uma em formato não ampliado, de autoria de Gomes de Matos, mostrando a sua esposa sentada em frente à Faculdade de Direito e, ao fundo, um monumento pró-aliados, o chamado Obelisco da Vitória. Já a segunda foto ampliada não é de autoria do Gomes de Matos, e mostra o contingente da FEB partindo para a

Itália, como consequência da entrada do Brasil na guerra, que, por sua vez, decorreu do próprio Quebra-quebra de 1942, que, segundo ele, teria sido o fator maior de pressão para determinar a declaração de guerra do Brasil contra o Eixo.

Nesse momento, iremos primeiro propor uma leitura da sequência de fotografias desse álbum que se encontra em um cruzamento de caminhos. Existe o momento daquilo que está lá dado a ver, mas também existe o próprio caminho do objeto que está intimamente relacionado ao do seu produtor Gomes de Matos, existe o caminho do Memorial da Cultura Cearense (MCC) e existe o meu caminho como pesquisador. O rastro desses caminhos é formado por uma dinâmica heterogênea de tempo: o dado a ver é da década de 1940, o álbum é constituído apenas na década de 1980, o MMC se detém sobre o álbum no ano de 2006 e falo dele agora em 2014. Não se trata de uma utilização do traço visual puro das fotografias, mas da leitura de alguns elementos destas com o recurso a outros textos para analisar a construção do enquadramento da memória de Gomes de Matos.

Essa noção de leitura aplicada à imagem ocorrerá a partir do conceito de *intertextualidade*. Segundo esse conceito, só é possível interpretar um texto a partir de outros precedentes: “neste processo, o receptor da mensagem a interpreta, atualizando o significado emitido a partir de sua competência de receptor”(MAUAD, 2008, p. 55). A competência de receber um texto é um trabalho pautado na sua experiência sociocultural, “na qual os sujeitos históricos interagem na produção de variados textos sociais” (MAUAD, op. cit.). Essa noção ajuda-nos a romper com a lógica da dependência entre imagem e palavra, pois há de se pensar ambas as formas comunicativas como “textos autônomos que se entrecruzam na construção de uma textualidade” (MAUAD, op. cit.).

Faremos a leitura dessas fotografias através de sua análise como imagem/documento e imagem/monumento. O conceito de imagem/documento nos permite analisá-las “como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas e, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc” (MAUAD, 1996, p. 8). Já o conceito de fotografia como imagem/monumento considera como símbolo que informa ao mesmo tempo em que conforma uma determinada visão de mundo. Tal perspectiva contempla texto e contexto por remeter à questão do circuito social da fotografia. Só através da análise do processo

de produção, circulação e consumo será possível restabelecer “condições de emissão e recepção da mensagem fotográfica”, bem como as tensões sociais que envolveram o seu processo de construção de sentido (MAUAD, op. cit.). Iremos utilizar também a divisão entre plano de conteúdo e plano de expressão. O primeiro “leva em consideração a relação dos elementos da fotografia com o contexto no qual se insere” (MAUAD, 1996, p. 12). O segundo refere-se à “compreensão das opções técnicas e estéticas, as quais, por sua vez, envolvem um aprendizado historicamente determinado que, como toda pedagogia, é pleno de sentido social” (MAUAD, op. cit.).

Nossa reflexão adiante seguirá a mesma divisão em três partes, tematizada por nós através da sequência encontrada no álbum, para facilitar a compreensão do leitor. No álbum a sequência das fotos está organizada através de uma numeração própria que não levaremos em conta, pois nem todas as fotos estão numeradas o que dificultaria a identificação e localização das não numeradas por parte do leitor dentro deste trabalho. Passemos para a leitura de algumas das fotografias contidas na primeira parte do álbum.

A fotografia de número 1 a ser analisada retrata o início da Passeata da Vitória e é apresentada no álbum com a seguinte legenda: “Passeata contra os nazistas, na Praça da Bandeira, promovida pelos universitários cearenses”. Essa manifestação foi promovida no dia 9 de agosto de 1942, num esforço conjunto da Comissão de Defesa Passiva e dos universitários cearenses, representados pelo Centro Estudantil. Nela, além de detectarmos o grande número de pessoas fardadas, mostrando o ativismo dos

Foto 1



estudantes, podemos distinguir os alunos da Faculdade de Agronomia e ainda algumas moças vestidas como enfermeiras. Chama a atenção a organização bem definida das enfermeiras em forma de quadrado e a utilização dos cartazes para identificar cada grupo e a sua posição profissional, com os dizeres em apoio à figura de Getúlio Vargas. Se utilizarmos os jornais da época, podemos ter acesso a quem mais participou da passeata: “elementos de todas as classes sociais e operários, estudantes, intelectuais, jornalistas, professores, funcionários públicos etc”⁷⁸. Essa fotografia condensou o dado a ler por Gomes de Matos:

Essa fotografia aqui propriamente é porque eu sempre fui um anti-nazistas, um antifascista, isso em tempos atrás, eu já jovem. Eu não participava da, vamos dizer, da direita do Brasil, que eram os integralistas e que eles apoiavam, estavam com muita força dentro do país, e nós éramos uma pequena reação, porque os outros moderados apesar de apoiarem não tinham a parte ativa. E nós saímos nessa passeata que foi um êxito completo, que da passeata, dias depois, nós tomamos conhecimento dos afundamentos dos navios no Brasil⁷⁹.

Para enfatizar a sua posição de lembrar, Gomes de Matos trabalha a construção desse consenso afirmando que o apoio transformou-se de minoritário a majoritário devido à ação estudantil. Para tanto, Gomes de Matos finaliza essa primeira parte



posicionando como última fotografia aquela que demonstra o êxito nacionalista dessa passeata através de uma vista do alto do Cine Majestic mostrando a Praça do Ferreira (final do percurso)

⁷⁸ “Alcançou grande êxito a Passeata da Vitória promovida, ontem, pelo Centro Estudantil Cearense”. **Jornal Correio do Ceará**, 10/08/1942, ano XXVIII, nº 8361. p. 4

⁷⁹MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007. p. 2.

da passeata) abarrotada de pessoas.

Todavia, através das fotografias de número 2 e 3 podemos destrinchar melhor as bases desse consenso pró-aliados. Na foto 2 conseguimos distinguir a participação da classe dos motoristas, empenhando uma faixa de apoio aos estudantes contra o fascismo. Os chamados *chauffers* poderiam ter sido uma das classes mais afetadas com a chegada da guerra e a necessidade do racionamento de gasolina. Com a proibição da circulação de automóveis particulares pelo Conselho Nacional de Petróleo em julho de 1942, a sua função sofreria uma redução drástica no campo de atuação, podendo acarretar numa série de demissões indesejáveis naquele momento delicado.

Foto 3



O Governo de Getúlio Vargas logo intercedeu proibindo os proprietários de veículos destinados ao uso próprio de demitir os motoristas ou reduzir-lhes os salários, podendo apenas redirecioná-los para atividades compatíveis com as suas aptidões físicas⁸⁰. O *chauffeur* particular não poderia insistir no exercício de sua atividade para economizar combustível, e o motorista profissional deveria obedecer à regulamentação das cotas para cada tipo de veículo, enquanto o patrão, por sua vez, deveria garantir o emprego desse funcionário para não haver maiores descontentamentos ou qualquer indício de desocupação, devendo todos estar atentos aos imperativos do trabalho e da ordem. Essa função do governo de mediação das relações entre trabalhadores e empregadores era uma das bases ideológicas do Estado Novo, mas, no período de

⁸⁰ “Não podem ser despedidos os chauffers”. *Jornal O Povo*, 20/07/1942, ano XX. p. 1.

guerra, a observação dessas instruções tornou-se um caso de segurança nacional e uma clara estratégia de disciplinamento do proletariado.

Na foto de número 2, que possui a legenda “Passeata da Vitória, promoção dos universitários. Os motoristas do Ceará aderiram ao movimento”, podemos ler os vários cartazes com escritos: “À Chiang Kai-shek o valoroso defensor da nova China Imperecível”, “Ao impoluto democrata Dr. Marcondes Filho”, “Ao amigo da Mocidade democrática Dr. Rui Monte”, “Ao grande democrata Oswaldo Aranha a admiração do Ceará Democrata” e, ao centro, um cartaz salientando a presença do grupo católico Cruz de Cristo. Na matéria do jornal *Correio do Ceará*, temos acesso a outras inscrições que poderiam estar escritas nas faixas:

“A Comissão de Defesa Nacional é a vanguarda da luta da juventude contra o nazi-integralismo”
 “O ‘Centro Acadêmico Clóvis Beviláquia’ luta pela pátria, pela democracia e pela liberdade”. [...]

 “Vargas, Aranha e Amaral Peixoto conduzem a união nacional contra o Eixo”.
 “Cearense: prestigia o Exército de Caxias e a Marinha de Barroso e Tamandaré”.
 “Reservista: Atende, satisfeito, ao chamado da pátria”. [...]

 “Marcharemos ombro a ombro com os trabalhadores na batalha contra o nazi-nipo-integralismo”.
 “Esmaguemos a Quinta-coluna de Plínio Salgado e os espões do Eixo”⁸¹.

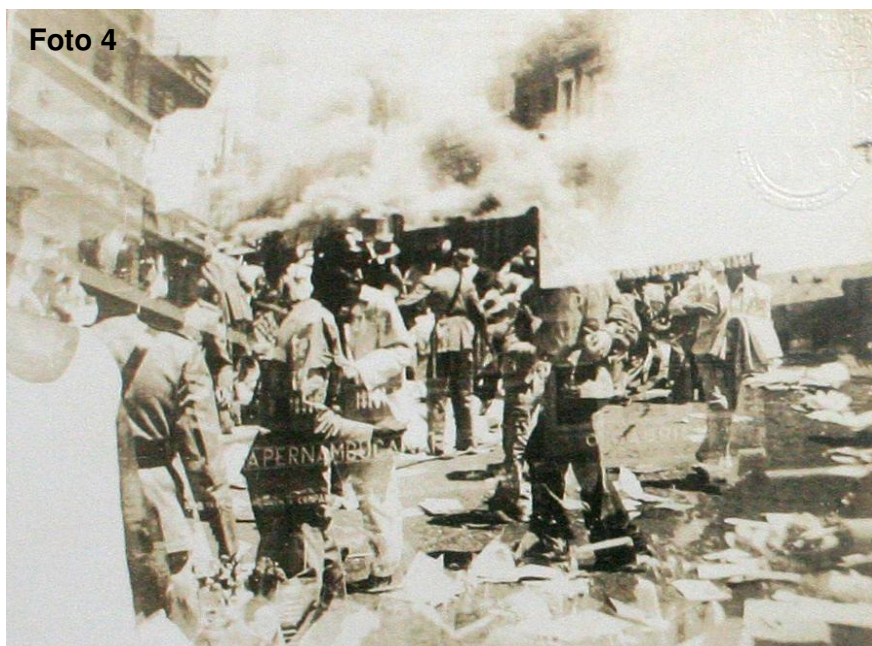
Por meio desses dizeres, temos acesso ao clima político do momento. Recorrentessão os apelos constantes ao alinhamento à disciplina da guerra, exaltando as instituições estatais relacionadas a isso (Comissão de Defesa Nacional, Exército e Marinha), e a forte caracterização do povo como um exército em marcha. Participar daquela passeata, caminhando enfileirado e em ordem, representava o caminho certo para o objetivo mais almejado: a vitória Aliada na guerra. A segunda observação, derivada da anterior, é sobre o enunciado da construção do inimigo comum. Como vimos no capítulo anterior, os limites da definição de quem era considerado “quinta-coluna” era constantemente negociado, mas o parâmetro essencial era a manutenção do alinhamento internacional pró-aliados. Se essa posição fosse de alguma forma contestada, não se tardava em colocar dúvidas sobre o seu papel de cidadão e a necessidade de vigilância sobre aquela pessoa. As incitações acima efetuam a divisão entre os dois *frontes* que a população deveria estar preparada para atuar: um

⁸¹ “Cartazes que aparecerão na passeata”. *Jornal Correio do Ceará*, 08/08/1942, ano XXVIII, nº 8360, p. 4 – 5.

internamente na vigilância dos espões do Eixo, e o externo, nas batalhas que ocorriam nos territórios fora do Brasil. Por último, notamos que os diferentes grupos (estudantes, enfermeiras, motorista, católicos) eram animados pela exaltação pública ao tido valor democrático e que a defesa desses valores não entravam em contradição com o regime do Estado Novo, já que, ao lado da afirmação desses valores políticos, eram ovacionadas as figuras da administração do governo federal, como o próprio Getúlio Vargas, o Ministro da Fazenda Marcondes Filho, o Secretário de Polícia e Segurança Pública Dr. Ruy Monte.⁸²

Outra pista dessa não contradição entre a ideologia que animava os Aliados no exterior e o regime político interno baseado num poder ditatorial é demonstrada no encerramento da passeata. Segundo o periódico *Correio do Ceará*, depois de percorrer as ruas da cidade, a Passeata da Vitória terminaria na Casa do Estudante, com o ato de aposição de um retrato de Getúlio Vargas no salão nobre desse local, contando com a presença de várias autoridades estaduais. A solenidade terminou “com o Hino Nacional, ouvindo-se, então, outras aclamações ao Presidente Vargas e a outros líderes democráticos”⁸³.

Em resumo, com a leitura das fotografias e o seu processo de construção de sentido, conseguimos distinguir pelo menos dois enunciados do enquadramento da memória de Gomes de Matos que trata da escalada ideológica no momento. A sua



aproximação com a movimentação estudantil no presente do pretérito define uma posição política para a sua leitura mais recente. Primeiro a de um consenso pró-aliados enfatizado

⁸² “Passeata da Vitória, amanhã”. *Jornal Correio do Ceará*, 08/08/1942, ano XXVIII, nº 8360. p. 4.

⁸³ “Passeata da Vitória, amanhã”. *Idem*, *ibidem*.

demaneira positiva e sem distinguir o uso que a ditadura varguista fez disso para a coesão social. O segundo enunciado não-declarado e ocultado nas suas narrativas, mas presente nas fotografias, é sobre a aproximação estudantil com as autoridades constituídas na construção do nacionalismo. Trataremos um pouco mais sobre isso adiante.

Passemos agora para a leitura da parte central do álbum, envolvendo as movimentações do dia 18 de agosto de 1942. Observando a fotografia de número 4 (sem legenda), imediatamente, percebemos algo errado: há uma imagem em cima de outra, uma sobreimpressão. Num plano ao fundo, com maior nitidez, observamos algumas pessoas fardadas e, pelos capacetes, distinguimos bombeiros e policiais presentes no momento, e na borda inferior, seguindo para a direita, notamos vários papéis jogados na rua; passando para um plano à frente e com menor nitidez, conseguimos distinguir o nome “A Pernambucana” grafado na frente das pessoas e, em cima, um embranquecimento do que aparenta ser a fumaça do incêndio. Sim, as depredações já tinham ocorrido e deixaram em chamas a filial das Lojas Pernambucanas na rua Floriano Peixoto, propriedade da família alemã Lundgren.

Nas entrevistas, Gomes de Matos afirma que, na pressa de tirar a fotografia, acabou queimando uma em cima de outra. A rapidez para conseguir captar uma imagem e a calma para obter um melhor ângulo podem ser percebidas através da estrutura interna da fotografia (foco, enquadramento etc.). Essa foto já trata do fim das movimentações daquele dia, o que torna interessante mostrá-la é o erro que a tornou possível. Ele nos traz à tona decisivamente o papel de mediador que o fotógrafo exerce na captação do acontecimento, privando-nos de dizer que as imagens são “[...] uma reprodução fiel do real, da ‘coisa tal como ela é’” (BORGES, 2003, p. 24).

Os significados das fotografias estão relacionados com o domínio da técnica e a performance de Gomes de Matos como fotógrafo naquele dia. Sobre o domínio da técnica, podemos afirmar que o seu olhar não é de um profissional. Ganhou a máquina fotográfica do seu pai, Raimundo Gomes de Matos, e a utilizava mais frequentemente quando era solicitado em algum evento familiar. Fotografou o Quebra-quebra motivado pela sua participação ativa nas ações estudantis pró-aliados. Sobre seu gosto pela fotografia, comenta:

E eu gostei muito de fotografia, tanto assim que eu juntei, eu, durante a guerra, juntei muita fotografia que tinha nos jornais, jornais Gazeta de

Notícias, Unitário, Correio do Ceará, então eles me davam, eles num queriam, iam acumulando. Um dia eu vi eles jogando na lata do lixo e eu peguei: “não, num façam isso, guarde pra mim!” Eu tinha muita fotografia. E, naquele tempo, era muito raro fotografia, porque tudo chegava com um atraso muito grande. Uma notícia pra chegar aqui era em 24 horas, 48 horas (sic)⁸⁴.

Gomes de Matos pode ser qualificado como um fotógrafo leigo por não ter um maior domínio da técnica. O seu interesse pela imagem foi construído mais pelo ato de colecionar do que de fotografar. Já a sua performance fotográfica no dia foi um itinerário móvel devido à aderência da máquina ao corpo. A década de 40 é um momento de estandarização dos produtos fotográficos e compactação das câmeras, possibilitando um aumento do número de usuários da fotografia. Já era possível encontrar os produtos importados das indústrias Kodak na Casa Parente da Rua Guilherme Rocha no Centro de Fortaleza. Já prevalecia, então, a máxima da fotografia amadora: “*You press the button, we do the rest*”. Esse aumento de acesso possibilitou a sua utilização por não-profissionais, ainda que de forma restrita devido ao custo de aquisição da máquina e a revelação das fotografias. Porém, essas tomadas seriam impossíveis no século XIX, em que apenas os profissionais “manipulavam aparelhos pesados e tinham de produzir o seu próprio material de trabalho” (MAUAD, 1996, p. 75).

O relato de Gomes de Matos no seu livro de memórias *O menino de Soular Rouge* nos dá mais detalhes sobre o seu percurso no dia do acontecimento:

[...] A revolta popular aumentava de minuto a minuto. Vi várias mulheres chorando durante a Missa. Nesse clima de revolta e indignação, fomos para a Faculdade de Direito e lá nos reunimos em frente ao prédio onde oradores falaram concitando o governo federal a declarar guerra à Alemanha.[...] Mais ou menos às 10:30 saímos em passeata [...] e [chegamos] à velha Praça do Ferreira. [...]Por onde íamos passando, a fileira ia aumentando consideravelmente. Quando atingimos a Coluna, ali já se encontrava uma compacta multidão a gritar “morram Hitler e seus asseclas!”. Vários oradores se fizeram ouvir [...] [avultando] o número de manifestantes face ao fechamento do comércio às 11:00 horas, como era de hábito na época. Nisso, no meio da multidão ouve-se um grito: “Estão quebrando a padaria do Espanhol!”. [...] Foi o início do Quebra-quebra (MATOS, 1989, p. 98 - 100).

⁸⁴MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007. p. 30.

Primeiro, não devemos confundir a sua narrativa do acontecimento com a lembrança que Gomes de Matos guarda dele. A parte da lembrança do dia 18 de agosto que é verbalizada (a evocação) não detém por si só os significados do seu empreendimento de memória. Nessa sua narrativa, são citados



pelo menos três locais (Igreja, Faculdade e Praça) de ambientação da sua memória individual que indicam o palco das depredações: a cidade, o urbano, a rua. O Quebra-quebra de 1942 ocorre no espaço urbano da rua, entendida aqui como o lugar de encontro, “sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados” (Igreja, Faculdade, Praça). Esses lugares e sua aproximação entre si animam a rua e são por ela animada. É nela que “efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana” (LEFBVRE, 1999, p. 27). Entender as apropriações do Quebra-quebra de 1942 passa pela tarefa de identificar a posição dos sujeitos diante desses locais de aglomeração e como as narrativas posteriores propostas tratam deles.

O ponto de partida, onde ele iria tirar as primeiras 3 fotos do dia 18, é a Igreja do Patrocínio, na qual ocorria uma missa aos mortos nos afundamentos. Nas entrevistas, Gomes de Matos afirma que saiu “[...] com a máquina e os filmes porque eu fui fazer as fotografias da missa [...], eu levei a máquina por isso”⁸⁵. Essas fotos precedentes são utilizadas na leitura das fotografias para atribuir um valor ocasional ao seu posicionamento para valorizá-las ainda mais. Não teria levado a máquina para o Quebra-quebra propriamente dito, mas teve “a sorte de estar lá”.

Seguindo o seu itinerário pelas fotos, as próximas ocorrências tratam das movimentações nas depredações propriamente ditas, não é captada em fotografias a sua

⁸⁵MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007. p. 5.

passagem pela Faculdade de Direito e a sua movimentação até chegar à Praça do Ferreira. Pelo total de fotos, em torno de vinte, especificamente tratando do tema das investidas violentas da multidão, observamos a maior necessidade de registrar diante dos ocorridos.

Nessa segunda parte do álbum, temos o maior número de imagens situadas nas imediações da Praça do Ferreira, especificamente na Rua Guilherme Rocha, dando atenção à destruição da Lojas Pernambucanas, a movimentação da multidão para o Palácio da Luz e o ataque à loja A Cruzeiro, representada na fotografia de número 5 acima, localizada embaixo do Excelsior Hotel, na mesma rua citada, e de propriedade do dito integralista Rubem de Lima Barros. Gomes de Matos ainda foca 5 fotografias que tratam do início dos ataques e o desenrolar das depredações da Casa Veneza, uma delas na foto de número 6. Esse estabelecimento era uma sapataria de propriedade do italiano de Francesco di Ângelo, localizada entre a Praça do Ferreira e a Rua São Paulo.

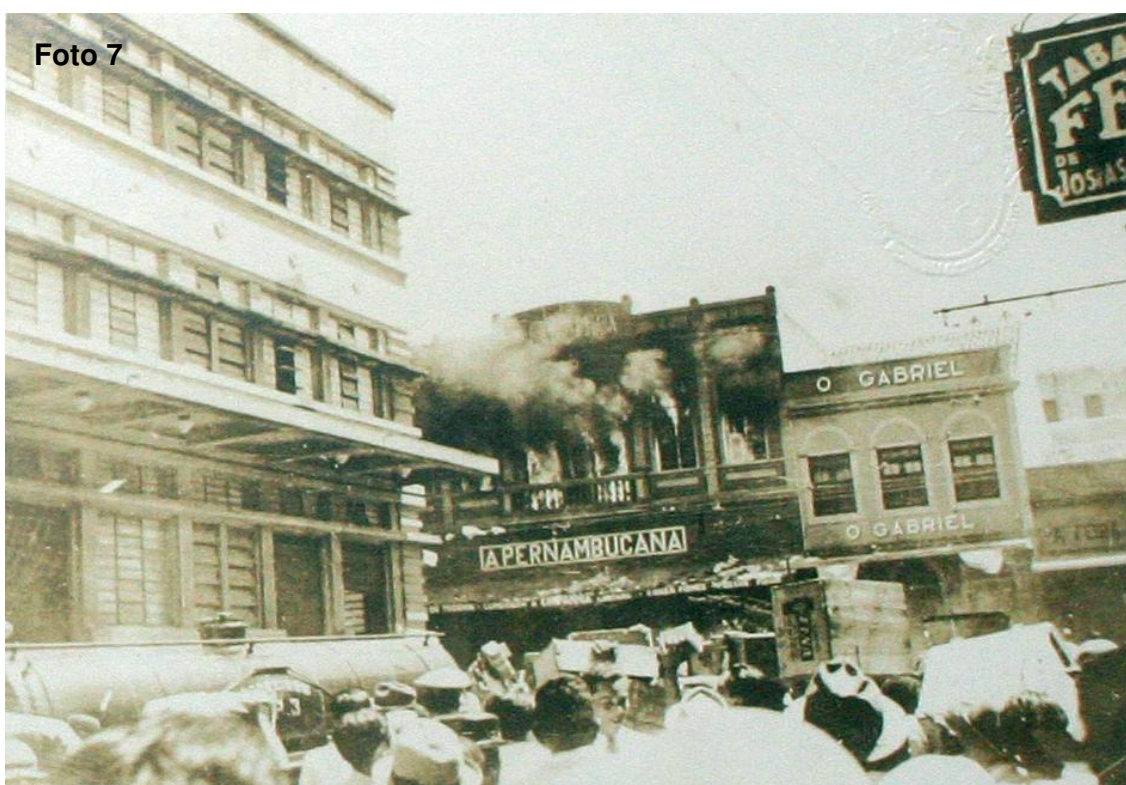


Foto 6

O ápice dessa sequência encontra-se no incêndio da Matriz d'A Pernambucana na Rua Floriano Peixoto, sendo retiradas no total 6 fotografias, nas quais observamos o início da aglomeração das pessoas, o incêndio dessa matriz, a chegada dos bombeiros para apagá-lo, as várias caixas dos prováveis roubos sendo levadas nas costas dos transeuntes e a confusão de pessoas indo e vindo. Essas ocorrências podem ser

parcialmente observadas na fotografia de número 7, que possui a legenda “Chegam os bombeiros”.

É interessante ressaltar o contraste do comportamento da multidão no momento das depredações em relação às fotografias na Passeata da Vitória. Nesta, a multidão mostrava-se bem ordenada, tendo os seus participantes aglomerados e identificados pelos cartazes, seguindo as indicações dos promotores da manifestação. Já nas fotografias das depredações, observa-se que os gestos da multidão tornam-se totalmente ofensivos e agressivos, longe de demonstrarem os imperativos disciplinadores do momento de ordem e passividade.



Essa segunda parte do álbum é que permite o uso das fotografias sob um *feito de realidade*. Gomes de Matos é uma testemunha ocular do evento, que, através de suas fotos, nos mostra o que viu em um determinado momento, angariando um maior estatuto de confiança (BURKE, 2004, p.18). As depredações estão ali diante de nós, é só olhar. As fotografias parecem bastar a si mesmas e “sua enunciação não precisa ser integrada numa estrutura e que o ‘*ter-estado-presente*’ das coisas é um princípio suficiente da palavra” (BARTHES, 2012, p. 188). Entretanto, Gomes de Matos, enquanto sujeito, insere-se nesse objeto: escolheu o que fotografar; fez as tomadas de determinada forma; ordenou as fotos sequencialmente, montando uma composição; enfim, construiu e estruturou um sentido a essas fotos. Se simplificarmos, o *golpe de*

corte da tomada fotográfica e o *vai e vem* para organizar as fotos no álbum é um duplo processo de seleção: no espaço e no tempo.

As fotografias de Gomes de Matos do Quebra-quebra estão longe de representar o evento na sua totalidade. Como ele próprio nos deixou transpassar em suas entrevistas, mesmo na pressa do ocorrido, ele tomou ações seletivas do que merece ou não, o que pode ou não ser fotografado:

Tanto assim que muitas pessoas, eu presenciei, num vou citar o nome, um cidadão que hoje é milionário no Ceará, naquele tempo quem tinha um automóvel era ele, eu presenciei, não fotografei porque eu me dava com ele, estupidamente não fotografei! De cima do Excelsior Hotel, o carro dele parado... Hoje ele é milionário! Ele botando peças e peças de linho, de casimira dentro do carro dizendo que era para os flagelados. Era nada pra flagelados! Foi verdade isso⁸⁶.

Como já vimos acima, as fotografias não demonstram sequer todo o seu itinerário no dia 18 de agosto de 1942, pois não retrataram a pequena insuflação na Faculdade de Direito. Aprópria sincronia dos ataques o impediria de se aproximar dessa totalidade. Gomes de Matos não enquadrou os ataques e as depredações de outros estabelecimentos comerciais, como a Fábrica Italiana, situada na Praça do Ferreira, de propriedade do aludido espanhol Rudezindo Nocelo Feijó, que devido ao nome herdado do antigo proprietário acabou servindo de motivação para a multidão; a depredação da Padaria Italiana, de propriedade da família italiana Rattacaso, localizada na Rua General Bizerril, e o ataque frustrado à residência pessoal da mesma família, situada em cima desse mesmo estabelecimento; o Café Íris, localizado na rua General Bezerril, esquina com a Perboyre Silva, na praça denominada dos Voluntários, a poucos passos da Secretaria de Polícia, de propriedade do italiano Francisco Orlando Laprovítera; os Armazéns do italiano Alexandre Papaleo; a loja A Formosa Cearense, a Tinturaria Italiana e a Tinturaria Modela, as três localizadas na Rua Floriano Peixoto; e a Casa de Confeções 3 Oitos, localizada na rua Conde D'Eu, todas de propriedade da família italiana Marino; o Jardim Japonês, da família Fujita (AZEVEDO; NOBRE, 1998).

As fotografias são um tipo de indício muito sedutor do passado, por trazê-lo pronto e imediato aos nossos olhos, diferente, por exemplo, dos documentos escritos, que devemos lê-los em sua extensão para podermos tecer algum comentário. Esse

⁸⁶ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 22-01-2007. p. 2.

caráter imediato de acesso ao momento também traz o privilégio de proporcionar à imaginação do o espectador fluir de forma mais lúdica. Entretanto, essas vantagens devem ser balizadas pela noção de que o ato fotográfico é um golpe de corte:

Como tal, indissociavelmente do ato que a faz ser, a imagem fotográfica não é apenas uma impressão luminosa, é igualmente uma impressão trabalhada por um gesto radical que a faz por inteiro de uma só vez, o gesto do corte, do *cut*, que faz seus golpes recaírem ao mesmo tempo sobre o fio da duração e sobre o contínuo da extensão. Temporalmente de fato – repetiram-nos o suficiente – a imagem-ato fotográfica interrompe, detém, fixa, imobiliza, destaca, separa a duração, captando dela um único instante. Espacialmente, da mesma maneira, fraciona, levanta, isola, capta, recorta uma porção da extensão (DUBOIS, 1993, p. 161).



O golpe de corte operado pelo fotógrafo interrompe um ponto da sincronia, “uma vez dado o golpe (do corte), tudo está dito, inscrito, fixado. Não se pode mais intervir na imagem que se está fazendo” (DUBOIS, 1993 p. 167). Esse fixamento promove um paradoxo, pois interrompe um ponto da duração temporal e, posteriormente, os perpetua e promove a sua passagem para uma outra temporalidade. Passa-se de “um tempo evolutivo a um tempo petrificado, do instante à perpetuação, do movimento à imobilidade, do mundo dos vivos ao reino dos mortos, da luz às trevas, da carne à pedra” (DUBOIS, 1993, p. 168). Essa

passagem não significa uma perda, já que o golpe tira-o do fluxo que “o conduziria à dissolução para petrificá-lo de uma vez por todas em suas aparências detidas” (DUBOIS, 1993, p. 169).

Essa petrificação que permite uma perpetuação assemelha-se à função da imagem/monumento nas suas pretensões de conformar e perpetuar determinado enquadramento de memória. O próprio sucesso da difusão da fotografia como técnica

moderna está ligado a essa maneira cômoda que nos permite “representar materialmente o passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem. Mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum, o sujeito faz da fotografia o suporte de uma narrativa possível” dele próprio ou do seu grupo (CANDAU, 2012, p. 90). Discorreremos adiante sobre esse trabalho de perpetuação e conformação dos enquadramentos da memórias.

Analisando a fotografia de número 8 podemos observar uma pequena multidão olhando para a direita, supostamente enxergando o começo da depredação das Lojas Pernambucanas (fora de quadro). No fundo, temos a Casa Sloper e, se prestarmos atenção, no canto superior esquerdo, aparece uma pessoa em cima da marquise da loja. Esse foi o atalho encontrado pelos populares para entrar no nível superior das Pernambucanas, conforme nos diz o nosso informante Gomes de Matos:

[...] eu vi gente trepada aqui nessas platibandas, saindo, entrando por dentro, porque aqui tinha uma sobreloja, entrando lá. Tiravam as máquinas de escrever, isso foi no Quebra-quebra, tirando as máquinas e jogando as máquinas lá de cima, batia no chão espatifava toda. Num sei quantas máquinas, pequenas, grandes e tal⁸⁷.

Entretanto, esse pretense atalho não é o que está no centro do quadro dessa fotografia. Procurando por mais detalhes, observamos várias pessoas de terno e, entre elas, uma com a mão no bolso e o cabelo na brilhantina. Logo ao seu lado direito, seguindo sempre a perspectiva do observador, na frente de um estudante fardado, aparece um personagem que não dá para encarar como um detalhe por causa do tamanho de sua cabeça. Em meio à multidão enfurecida, o foco centralizado num observador atípico nos faz questionar sobre o enquadramento da memória desse golpe fotográfico. Como o estranhamento que sentimos ao ter acesso às fontes também nos diz algo sobre o passado, resolvemos investigar um pouco mais perguntando para Gomes de Matos do que se tratava (DARNTON, 2005, p. 8). O personagem era apelidado de “o cabeção da Joanna D’Arc”:

Esse cidadão ele tinha uma cabeça imensa, uma cabeça imensa, rapaz! [ri] E ele então fazia carreto na casa Joanna D’Arc. A Casa Joanna D’Arc, vamo dizer, era uma mercearia e as pessoas que compravam na Casa Joana D’Arc é que tinham um bom tutu, tinham dinheiro, porque todo mundo fazia mais as

⁸⁷ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007. p. 18 (recorte meu).

compras era nas bodegas mesmo. Então faziam as compras, e ele levava no caixote⁸⁸.

É exatamente o defeito alheio que nos faz rir. A leitura dessa fotografia, que a tornou algo a ser considerado como cômico, nos chama a atenção para uma nova reação diante do acontecimento: o riso e a comicidade. Junto a esse golpe fotográfico, que aparentemente parece um desvio de atenção dentro da sucessão de fatos daquele dia, podemos ainda eleger diversos relatos que fabricam um enquadramento da memória que tem o riso como o seu triunfo.

Encontramos outro exemplo disso no depoimento de Stênio Azevedo, que, na época, também cursava a Faculdade de Direito do Ceará e estava profundamente envolvido na rotina beligerante, tanto pela condição de ter sido convocado para o serviço do Exército, como na de repórter, mantendo a coluna do expedicionário no jornal *Correio do Ceará*:

Uma sapataria de propriedade de italianos, também na Rua Floriano Peixoto, foi saqueada pela multidão. Defronte, na Travessa Morada Nova, paravam os bondes das linhas da Praia de Iracema e da Prainha. Vendo muitos pares de calçados espalhados na rua, o motorneiro de um daqueles bondes da Ceará Light pegou dois pares de sapatos, mas, ao prová-los, verificou serem de números diferentes dos ajustados aos seus pés. Ele havia posto de lado os seus sapatos velhos, os quais não mais pôde encontrar no meio da avalanche de gente de toda a espécie em correrias, gritos e empurrões. O dito motorneiro teve que conduzir o bonde descalço (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 162).

Pois é! Exato. Até fato pitoresco aconteceu, eu me recordo perfeitamente que quando um cidadão pegou uma peça de linho enrolado, e a peça de linho, outros foram puxando a peça de linho, e ele levando, querendo levar. Quando chegou assim num certo ponto ele amarrou num poste da Ligth e, quando tomou o bonde, desenrolou toda a peça de linho na calçada e ele num levou nada! [ri]⁸⁹

Esses dois relatos podem ter um uso no presente para desqualificar o oportunista que rouba e também mostram o descontrole geral no momento passado. Se tentarmos deslocá-los e percebê-los no presente do pretérito, em relação aos apelos para inserção dentro dos imperativos de guerra, seus significados tornam-se ambíguos. Alguns desses

⁸⁸ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007. p. 20.

⁸⁹ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 22-01-2007. p. 3.

relatos possuem um conteúdo subversivo em demasia para terem suas autorias admitidas publicamente no presente do pretérito, como fica mais explícito nesse próximo exemplo:

[...] na esquina do edifício dos Correios e Telégrafos, viu chegar o Dr. Rui Monte, então Secretário de Polícia, o qual, ao descer do automóvel, chamou um indivíduo que ia passando com uma caixa à cabeça, retirada do armazém do Papaleo, mandando o mesmo botar a caixa no chão, mandado que foi desatendido nos seguintes termos: “Você é besta. Quer uma caixa como está, vá fazer força, como eu fiz”, e prosseguiu, deixando o referido secretário de Polícia muito aborrecido a coçar a cabeça; que nenhuma providência mais tomou o pré-falado secretário (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 88).

Esse relato, que envolve o desconhecimento da autoridade do próprio Secretário de Segurança, o qual é confundido como um dos saqueadores, traz à tona a ineficácia das autoridades competentes de garantir a ordem da multidão. Esses relatos sobre a ineficiência das autoridades instituem um enunciado que, definitivamente, não estaria em concordância com os imperativos do bom comportamento exigido, pois ironizavam a autoridade que os poderes instituídos deveriam ter para garantir a paz interna diante das ameaças inimigas. Isso nos permite cogitar que a permanência desse enunciado pode estar relacionada a um tipo de perpetuação ligada à oralidade que, pelo seu caráter subreptício, garantiu que fosse lembrado e usado no presente, seja para dilettantismos de quem ouve ou em forma de crítica política das autoridades políticas no presente da enunciação.

Ainda sob esse enquadramento, o episódio sobre a família Fujita é um dos mais curiosos. Jusaku Fujita, o patriarca da família, construiu por conta própria o Jardim Japonês, localizado próximo onde é hoje o Mercado São Sebastião, que satisfazia de hortaliças, frutas e flores os consumidores da cidade de Fortaleza daquela época. Mesmo já tendo abasileirado o seu nome para Guilherme Fujita, constituído família, se batizado no catolicismo e tendo seus esforços de um imigrante dedicado ao trabalho, reconhecidos por várias pessoas, sua propriedade também acabou sendo alvo da multidão daquele dia 18 de agosto de 1942. Em depoimento para Stênio de Azevedo, o filho de Guilherme Fujita, chamado João Batista Fujita, garante que a sua família, sabendo de antemão da revolta da multidão quebrando as Lojas Pernambucanas, teria escapado apenas com a roupa do corpo para a casa de um amigo. (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 102). Entretanto, existe outra versão do ocorrido expressa no testemunho de Gomes de Matos, que, desconhecendo ou ignorando o relato anterior, segue a linha da

série de boatos, intencionais ou não, de um humor depreciativo dirigido aos “súditos do Eixo”:

Até o Jardim Japonês, que ficava lá na praça São Sebastião, na esquina, era um terreno muito grande, porque lá se arregimentou pra quebrar o Jardim Japonês; o velho Fujita pra se esconder naquelas cacimbas cobertas de madeira, desceu e ficou lá dentro, ele com os filhos e tal. Porque o povo quebrou tudo, todas as roseiras, tudo que ele tinha. Sem finalidade outra que num fosse arrebentar mesmo⁹⁰.

A forma de escapar da multidão aparece em desacordo. No primeiro relato, oriundo da própria família, eles teriam escapado de forma desesperada antes da chegada da multidão. Aqui o enquadramento da memória baseado no riso não teria o mesmo respaldo. Já no segundo relato, a família do patriarca japonês é surpreendida dentro da sua própria casa pela multidão, sendo obrigada a esconder-se num lugar inusitado, o que os torna alvos de chacota e depreciação. Esse relato de Gomes de Matos compartilhou no presente as desqualificações pretéritas dos considerados inimigos.

Essa propensão ao cômico aparece não como uma expressão espontânea de emoções individuais, algo exclusivamente psicológico ou fisiológico, mas como um fenômeno cultural ligado à determinada configuração histórica. Se um indivíduo ri, ele está rindo de algo ou de alguma coisa que alguém fez. É uma postura sempre relacional, nem que seja com um ausente. É uma postura, como afirma Henri Bergson, necessariamente interativa e coletiva:

O riso é um fenômeno cultural. De acordo com a sociedade e a época, as atitudes em relação ao riso, a maneira como é manifestado, seus alvos e suas formas não são contingentes, mas mutáveis. O riso é um fenômeno social. Ele exige pelo menos duas ou três pessoas, reais ou imaginárias: uma que provoca o riso, uma que ri e outra de quem se ri, e também, muitas vezes, as pessoas com quem se ri. É uma prática social com seus próprios códigos, seus rituais, seus atores e seu palco (BERGSON apud SOUZA; NEVES et al., 2002, p. 19).

No caso do Quebra-quebra, o riso ajuda a lembrar. É um meio que os atores, deliberadamente ou não, acabam usando para perpetuar suas memórias. No espaço do risível, a obrigação pela verdade e objetividade dos fatos torna-se mais diluída e, talvez por esse motivo, esses relatos garantiram a sua sobrevivência nas memórias posteriores

⁹⁰ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 30-01-2007. p. 10.

contadas das mais diversas maneiras. Esse enquadramento que torna o passado das depredações risível é enunciado por sujeitos de um determinado perfil social: muitas vezes estudantes e que não tiveram prejuízos materiais devido às atitudes violentas. É por meio dessa reação que conseguimos observar que essas memórias não estão em acordo pleno. Existem versões antagônicas que aparentemente apresentam-se como objetos de disputas e desacordos, mesmo que não declarados.

Em função disso, nas próximas linhas, discorreremos sobre os adestramentos de sentido das fotos que Gomes de Matos utilizou para conformar a sua posição de lembrar desse passado. Analisar a construção delas como imagem/monumento passa pela análise dos seus modos de circulação, de valorização, de atribuição e de apropriação. A trajetória das fotografias também nos traz vestígios da História da Memória desse evento.

A divulgação mais ampla dessas fotografias só acontecerá depois de 40 anos, já no final de outra ditadura. Não teria sido por falta de demanda que essas fotografias teriam ficado tanto tempo reclusas. Os advogados envolvidos nos processos judiciais movidos contra o Estado pelos donos dos estabelecimentos comerciais, entre os quais a própria família Fujita, para reaver os danos materiais sofridos teriam procurado Gomes de Matos. Mas, devido a motivos de constrangimento pessoal, ele resolveu deixá-las guardadas, justificando:

Eu guardei essas fotografias pequenas, mas os filmes daquele tempo num se podia guardar porque num instante mofava, mas eu guardei todas elas numa caixinha (...) até sugeriram pra mim o seguinte: “Olha, Thomaz, se você quiser ganhar dinheiro vai levar isso pra Casa Pernambucana ou leva pra Casa Veneza que você vende, porque eles estão com uma ação contra o Estado”. Eu disse: “Não, eu num vou fazer isso não, eu num quero isso não!” Eu guardei as fotos, deixei.⁹¹

(...) eu num quis que divulgassem o meu nome naquilo não. Eles ofereceram uma parte em dinheiro, eu digo: “Não, não, não, num quero não. Muito obrigado! Eu num sei nem onde botei isso!” E tal. Fui dando uma desculpa meio amarela (...) eu vi só pelo aspecto o processo para trâmites jurídicos que tinha valor, mas tinha valor limitado, só pra aquele processo, fazer prova dos acontecimentos dos incêndios. Só para isso⁹².

⁹¹ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 13-11-2006. p. 8.

⁹² MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Idem, *ibidem*.

O que sabemos hoje é que existia uma forte vigilância nas faculdades naquele período que poderia ter levado a essa autocensura e à consideração de que a publicização das fotos seria tida como atitude subversiva. Em 1939, o regime ditatorial varguista tinha promovido a demissão de vários de seus funcionários, seja por fazerem críticas ao governo ou por terem alguma aproximação com as ideologias consideradas perigosas. A fala de Andrade Furtado, anticomunista, católico e professor da mesma Faculdade de Direito, sintetiza isso:

As gerações novas estão desempenhando, em todos os países ocidentais, um papel relavantíssimo no combate e na repulsa ao comunismo sanguinário e ateu. [...] São organizações dos moços, nos quadros sistemáticos da Konsitern, os que recebem todo o desvelo e o maior cuidado dos agentes do imperialismo moscovita. [...] Nem outra coisa era, entre nós, por exemplo, a sociedade denominada “União Estudantil”, que recrutava para o seu seio elementos incantos, tendo um dilatado raio de penetração nos institutos de ensino secundário e superior. [...] O “golpe de mão” extremista de novembro de 1935 foi a advertência providencial, que veio despertar os nossos governantes da sua indiferença, diante do perigo sem par da invasão estrangeira iminente. Uma das medidas tomadas, com louvável acerto, foi o afastamento da atividade, no magistério público, dos corifeus de Demitroff, semeadores da anarquia mais dissolvente e mais contrária às tradições de honra do nosso povo⁹³.

É devido a essa vigilância e o próprio caráter de prova contra o Estado que as fotos poderiam ter nos processos que as fotografias ficam reduzidas a um foro íntimo durante tanto tempo.

Gomes de Matos resolve divulgá-las de forma mais ampla através de dois suportes. O primeiro foi através da publicização das fotos em várias matérias de jornais locais⁹⁴. Abordaremos detidamente a mais extensa, a publicada na página do jornal *O Povo* intitulada “Pesquisa e comunicação”, datada no dia 22 de agosto de 1982, escrita pelo memorialista e colecionador Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez)⁹⁵. A página

⁹³ “O comunismo e a Mocidade”. *Revista da Faculdade de Direito do Ceará*, nº 1, julho de 1939. p. 41.

⁹⁴ As matérias de jornal encontradas durante a pesquisa que versam sobre o empreendimento de memória de Gomes de Matos foram: “Memória/Aniversário”. *Jornal O Povo*, 13/04/1986, Segundo Caderno, p. 3; “Hoje, o centenário de Gomes de Matos”. *Jornal O Povo*, 10/10/1986, segundo caderno, p. 1; “Simpatizantes do nazismo são atacados no Ceará”. *Jornal Diário do Nordeste*, 08/05/1995, suplemento Especial, p. 08; “A espingarda e o título de eleitor”. *Jornal O povo*, 09/10/2012; “Versões e embates do Ceará na Segunda Guerra”. *Jornal Diário do Nordeste*, 04/10/2009; “Universitário registrou revolta de cearenses contra Hitler”. *Jornal O Povo*, 23/05/2012; “Notícias de uma cidade miúda”. *Jornal O Povo*, 08/04/2014.

⁹⁵ Jornalista, historiador, pesquisador de música brasileira, filho do pintor, poeta e escritor Otacílio de Azevedo e Tereza de Azevedo. Trabalhou como desenhista publicitário de 1951 a 1962, como desenhista técnico de 1962 a 1991 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Como jornalista, começou a colaborar em jornais de Fortaleza em 1956, iniciando na “Tribuna do Ceará”, depois no jornal “Correio do Ceará”, e a partir de 1978 também prestou serviços no jornal “O Povo” onde reorganizou o

tratava semanalmente sobre “fatos memoráveis da História” e, nesse dia, discorre sobre o “último dia 18 [que] marcou a passagem do 40º. aniversário do famoso Quebra-quebra”. A matéria articula alguns trechos de jornais daquela época e 14 fotografias de Gomes de Matos para traçar uma narrativa. Vejamos um trecho:

No mesmo dia, o povo foi às ruas e bradou contra os “quinta-colunas”, contra os alemães, contra o torpedeamento dos navios, contra a neutralidade do governo; levou os retratos de Getúlio Vargas e com eles andou nas ruas centrais da Cidade como que em passeata. Os ânimos foram, então, se exaltando e, dentro em pouco, as casas de donos italianos, alemães ou japoneses eram invadidas e rebentadas pelo povo. [...] Também as casas de proprietários brasileiros simpatizantes do Eixo, ou acusados de o serem, foram atacadas. Mas o pior é que entre o povo estavam os vândalos e os oportunistas, e houve um verdadeiro saque na cidade. Lojas foram incendiadas e pessoas quase foram linchadas⁹⁶.

Observamos que a concatenação dos ocorridos na narração construída por Nirez assemelha-se à divisão construída no álbum. Gomes de Matos afirma que foi nesse compartilhamento que “Houve uma troca de amizade com Nirez, troca de documentos e fotografias e nisso aí, de vez em quando ele mandava. Eu digo: ‘Como foi que você veio parar aqui?’ ‘Foi o Nirez!’ Aí eu digo: ‘O culpado é você!’”⁹⁷. Nessa troca entre Nirez e Gomes de Matos, ocorreu uma rememoração das depredações como Quebra-quebra. Seguiremos abordando alguns pontos dessa leitura compartilhada observando como elas vão sedimentando uma dada forma de lembrar o Quebra-Quebra através do filtro do presente.

No decorrer do texto de Nirez, podemos observar a presença do enunciado de consenso pró-aliados defendido por Gomes de Matos. Afirma-se agora que “o povo foi a ruas e bradou” e, em outro momento do texto o enunciado se repete: “em agosto de 1942, o povo de todo o País reclamava a entrada do Brasil na guerra”. Não se distingue essa ou aquela classe profissional, mas agora seria todo o povo que estava

Departamento de Pesquisa (Banco de Dados). Em 1991, foi redistribuído do DNOCS para a Universidade Federal do Ceará - UFC, passando a ser jornalista na Rádio Universitária FM. Hoje é reconhecido como um dos maiores colecionadores de fotografias sobre a cidade de Fortaleza e, principalmente, um dos maiores colecionadores de discos de cera do país - mais de 22 mil exemplares e um acervo composto por mais de 140 mil itens. Mantém no ar desde 1963 o programa de rádio "Arquivo de Cera". É autor e coautor de vários livros e filmes documentários, como: "Enciclopédia da Música Brasileira Erudita e Popular", "Revolução de 30" (1998), "Revolução de 32" (1982), "Memória da Farmácia", "O Balanço de Lauro Maia" etc. Disponível na íntegra em: <<http://arquivonirez.com.br>> acesso em: 01/07/2014.

⁹⁶ “40 anos do Quebra-quebra”. *Jornal O Povo*, 22/08/1982. p. 27.

⁹⁷ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 02-12-2006. p. 8.

“animado”por aqueles princípios.Com esse enunciado do consenso, extrapola-se uma experiência pessoal e pontual,transformando-a em totalizante; passa-se de um “eu lembro com ânimo daquele tempo” para “o povo se anima com a guerra que se aproxima”.O questionamento desse consenso ocorre na hora de negativar as depredações como ato político e também sobre o enunciado do inimigo comum. Os “quinta-colunas” tornam-se os responsáveis por qualquer contradição ao enunciado do consenso, sejam por colocar “urínóis somente para dar um aspecto de jocosidade em coisa tão séria” ou por “espalhar notas de ridicularização de todos os fatos sérios ocorridos em Fortaleza”. Aqui não existe população cearense desmotivada ou desanimada.Já o grupo dos estrangeiros é trabalhado numa distinção: fora os estrangeiros “italianos, alemães ou japoneses”, acrescenta-se a categoria dos de “outras nacionalidades”, que receberam “injustamente o mesmo tratamento [violento]”.

Outras diferenças aparecem nas leituras das fotos a partir dessa publicização.Podemos dar como exemplo a foto 9, que mostra ao centro uma pessoa carregando a pintura de Getúlio Vargas. A leitura dessa foto torna-se sensível após a década de 1980, pois toca no enunciado da



Retrato de Getúlio como bandeira de luto

Foto 9

expressão do nacionalismo no final de outro regime ditatorial iniciado em 1964. Como poderíamos lê-la? Por que uma pessoa está carregando um retrato de Getúlio em um quebra-quebra? Tratar esse gesto como nacionalista nas memórias posteriores não poderia ser tomado como um elogio aos regimes ditatoriais? Se Getúlio Vargas representaria a ordem e um quebra-quebra a desordem, não seria uma contradição essa presença simultânea? Qual seria o significado dessa atitude para a própria pessoa que a carrega? Estaria ela contra o regime varguista ou só contra a sua posição de neutralidade?

Como podemos ver na legenda da mesma foto 9, Nirez, em 1982 responde essas perguntas através da legenda “Retrato de Getúlio como bandeira de luto”, enquanto

Gomes de Matos durante as entrevistas em 2007, com a presença dos pesquisadores/historiadores, responde:

Davam Viva Brasil! Levavam até a bandeira do Brasil como se levava retrato do Getúlio. O sujeito levava o retrato do Getúlio para uma proteção a ele, pelo seguinte, também tinha getulista, porque o sujeito levando o retrato do Getúlio quem que ia bater num homem desse, ia prender?! Esse rapaz aqui eu tenho impressão que foi um colega meu de faculdade⁹⁸.

Como vimos anteriormente, a alocação do retrato de Getúlio fazia sim parte de um ritual nacionalista da época, porém, mais importante do que responder às perguntas anteriores e afirmar quem está certo ou errado, devemos observar como em duas das leituras a expressão do nacionalismo por alguém é distanciada do ato de carregar uma pintura de Getúlio. Após a década de 1980, ser nacionalista, pelo menos nessas duas oportunidades, não passa mais por carregar a imagem de Getúlio Vargas. O significado desse ato transforma-se em uma astúcia ou uma atitude de luto.

No compartilhamento da memória no presente imagina-se o significado dessa foto de forma diferente. Não podemos desconsiderar o trabalho imaginativo do observador na constituição dele. A imaginação não é uma pura faculdade de desrealização, ela também apresenta seu sentido constitutivo, “sua capacidade de realização, sua intrínseca potência de realismo que a distingue, por exemplo, da fantasia ou da frivolidade” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 206).

Assim é através dessas matérias em jornais locais, nas quais o empreendimento de memória de Gomes de Matos obtém uma divulgação de maior amplitude para além dos espaços íntimos. As depredações são nomeadas como o evento Quebra-Quebra de 1942 e escritas como passado através da utilização das fotografias. A partir daí, a memória individual de Gomes de Matos sobre o evento não está mais relacionada unicamente com a sua experiência pessoal, mas, também, pretende-se como partícipe da História.



⁹⁸MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007. p. 22.

Reduzido a um foro íntimo, o segundo suporte de divulgação é o álbum de fotografias organizado pelo próprio Gomes de Matos em meados da década de 1980. Após a divulgação nos jornais, esse suporte ganhará audiência com a **Foto 10** de pesquisadores. Como podemos observar na foto de número 10, o álbum possui uma capa dura vermelha com o nome de Gomes de Matos escrito em letras douradas e, na lombada, também em dourado, apresenta-se o título em letras grandes: Quebra-quebra de 18-08-1942. Ao abriremos as suas páginas, percebemos toda uma composição a fim de disciplinar a leitura e os significados das fotografias. Observemos a foto 11 a seguir como exemplo:

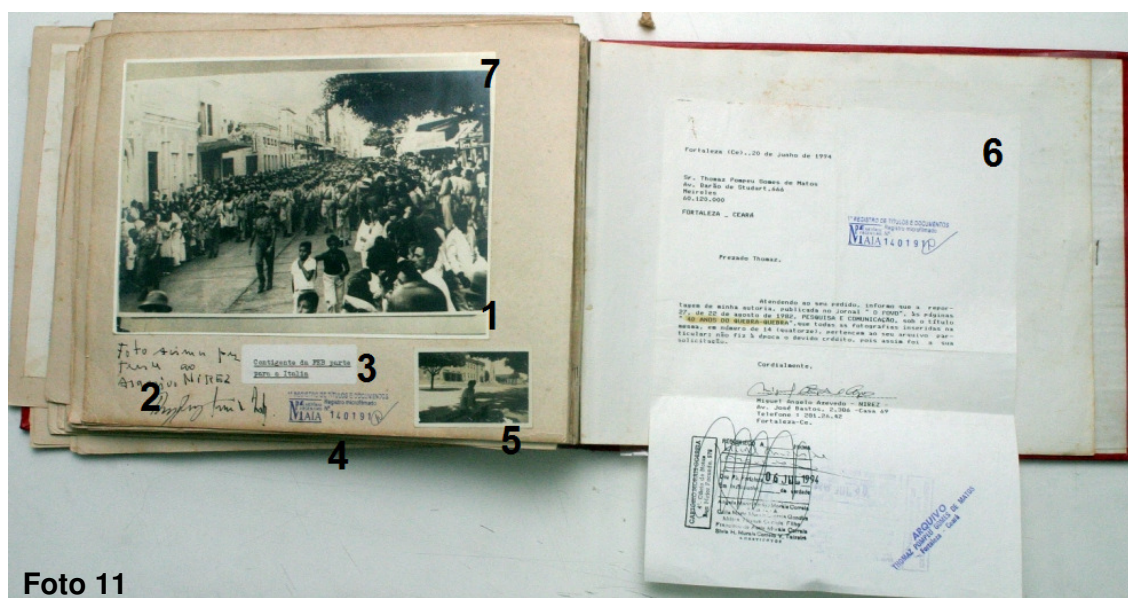


Foto 11

Enumeramos os elementos para facilitar a leitura dessa composição referente à terceira parte do álbum. No número 1, podemos observar a existência de uma foto embaixo da outra, demonstrando os vários investimentos de sentido em posições temporais diferentes. No número 2, encontra-se escrito “Foto acima pertence ao Arquivo Nirez” para marcar o compartilhamento de documentação, ao mesmo tempo em que angaria o respaldo do nome do seu interlocutor. Outras inscrições em caneta também são visíveis nas páginas anteriores, relatando a hora e o local em que a tomada da foto ocorreu, procurando passar verossimilhança. O número 3 refere-se à legenda escrita “Contingente da FEB parte para a Itália”, amarrando o sentido casual do Quebra-quebra com a entrada do Brasil na Segunda Guerra e o envio de tropas para a Europa. No número 4, encontra-se o carimbo do registro em cartório. Gomes de Matos perdeu

alguns documentos em um táxi e resolveu registrar sua documentação em cartório para tentar coibir qualquer uso desvirtuado. No número 5, temos uma foto menor mostrando a sua esposa sentada em frente ao Obelisco da Vitória e a Faculdade de Direito, correlacionando-se, assim, a memória do evento com a sua memória familiar. Na mesma pretensão, em todas as fotografias de autoria de Gomes de Matos existe uma marca em alto-relevo com o brasão da sua família localizada na posição 7. As fotos menores são as revelações feitas na década de 1940, enquanto as fotos maiores foram as ampliações pedidas por Gomes de Matos em troca da publicação delas na página do Nirez. Por último, o número 6 trata-se de uma ação a fim de garantir uma prova da sua autoria mesmo diante da cessão para a reprodução; para isso, anexa duas cartas, datadas de 20 de junho de 1994, registradas em cartório, que afirmam que todas as fotografias inseridas na página do Nirez “pertecem ao arquivo particular” de Gomes de Matos.

Além disso, se passarmos as páginas desse álbum, observamos um certo malabarismo na organização da sua sequência: as fotos da Passeatada Vitória servem para tapar o buraco da falta de fotos das “passeatas” dentro do dia 18; a ordenação em uma sucessão cronológica, buscando sempre a verossimilhança com o que seria a ordem dos ocorridos; a utilização de fotos do Nirez para compor em imagem o que se narra em palavras; a anexação das páginas do seu livro de memória *O Menino do Solar Rouge*. Já que as fotografias não adquirem significado por si só, é preciso adestrar as suas leituras e atribuições de sentido.

A fotografia efetua um golpe de corte no vivo para perpetuar o morto, promovendo um paradoxo de temporalidades, abre-se um abismo, um espaço irreduzível que autoriza e suscita um movimento “que não cessa de fazer o ‘sujeito’ fotográfico correr”. O momento imóvel “instituído pelo corte será assim, paradoxalmente, atravessado por inteiro de intensos vaivéns, de idas e vindas no próprio interior do ato fotográfico”. É preciso animar a imagem/documento petrificada, dar-lhe vida, a fim de diminuir a distância entre o referente do passado e o presente da leitura. Diante dessa distância, de dois universos que não aderem um ao outro, o sujeito começa a “ir e vir incessantemente a princípio na imagem, depois da imagem ao objeto, do objeto à imagem *no dispositivo*, como se corresse atrás de uma adequação” (DUBOIS, 1993, p. 174 - 175).

O ato de organizar um passado dentro de um álbum tem uma intencionalidade forte de impor a sua posição de lembrar, entre outras, do ocorrido:

No auge da Segunda Guerra Mundial, e principalmente com os afundamentos de sete navios brasileiros por submarinos alemães, um grupo de estudantes universitários cearenses comandou uma passeata contra os países do Eixo. A manifestação contra os inimigos dos países aliados terminou em quebra-quebra no centro da cidade. O então estudante da Faculdade de Direito Thomaz Pompeu Gomes de Matos foi o único fotógrafo a documentar o conflito⁹⁹.

Segundo esses suportes, aversão de Gomes de Matos pode ser resumida dessa forma: um movimento que começou como um ato coeso com uma passeata patriótica dos estudantes de Direito, e que, por um movimento espontâneo e repentino das massas, acabou virando o Quebra-quebra, uma aglomeração de pessoas desgovernadas atacando os comércios que tinham alguma coisa a ver com os países do Eixo.

Segundo Lowenthal (1998, p. 156 - 157), essa seria uma das desvantagens dessa forma de lembrar o passado através de um legado tangível, denominado por ele como relíquias. Sem a interpretação, para garantir sua própria função de relíquia, nada teriam para nos dizer. “As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre comportamentos e convicções; para demonstrar reações e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências”. Esse passado materializado não possui vida própria; para adquiri-la, é dependente da atribuição das palavras, dos pensamentos, dos sentimentos e das ações, “[...] que são a substância da História, e não paus, pedras e bombazinas”.

Essa rememoração do passado efetuada por Gomes de Matos mostra como “é um dever produzir lembranças; não fazê-lo é reconhecer um fracasso, é confessar a existência de segredos. O álbum é uma garantia de transparência, um passaporte de sinceridade e uma prova de ajustamento” (ARTIÈRES, 1998, p. 8). No caso desse empreendimento de memória de Gomes de Matos, esse ajustamento é pelo nome, pela tradição da família. É estar em pé de igualdade com o seu pai, Raimundo Gomes de Matos, e o seu ativismo cívico; é estar diante das figuras ilustres que visitavam a casa em que morava na infância para conversar sobre a história de cangaceiros e lampiões; é estar junto com a sua mãe, Dona Léa, e os cuidados com as louças francesas; enfim, é estar perto dos seus *próximos* ainda mesmo que distantes.

Nas entrevistas em 2007, em vários momentos ele expressa a deferência e a influência que os seus pais tiveram na sua trajetória e visão de mundo. A entrevista

⁹⁹ “Simpatizantes do Nazismo são atacados no Ceará”. Jornal **Diário do Nordeste** 08/05/1995. p. 08.

aparece como uma visão individual dos acontecimentos, uma visão subjetiva, mas que, por outro lado, está em constante relação com o sentir-se em um grupo (familiar, local, étnico, nacional) e de uma época (VANGELISTA, 2006, p. 188). Dessa forma, através das entrevistas e das suas reminiscências, ponderamos que a versão do Quebra-quebra de Gomes de Matos pode ser situada mediante a influência preponderante do grupo familiar e do grupo estudantil.

Sobre o grupo familiar, sabemos que sua família está ligada a um tronco tradicional da política cearense. O seu pai, Raimundo Gomes de Matos, nascido no Crato em 1886, foi um prestigiado advogado, professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Entre outros cargos públicos, teria exercido a função de Delegado de Polícia da Capital no governo de Nogueira Accioly. Era conhecido por sua postura “político-militante” e “democrata consciente”, combatia o comunismo “por convicção e não por indústria”. “Via na desfaçatez, no egoísmo e na desonestidade das elites políticas dominantes o maior estímulo ao triunfo da *doutrina de Moscou*” (MONTENEGRO, 1986, p. 20). Teria participado do Movimento de 30 no Ceará, mas abandonou a situação para apoiar a eleição de Menezes Pimentel em 1934, esboçando simpatia inicial aos ditames da interventoria estadual.

Já a sua mãe, Léa Pompeu de Sousa Brasil (nome de solteira), também adivinha de um tronco tradicional da política cearense. É filha do engenheiro Hildebrando Pompeu de Sousa Brasil e neta de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu, considerado patriarca das letras do Estado do Ceará. Além disso, possuía um vínculo com a família Accioly, era sobrinha do comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, que foi o responsável pela nomeação do seu marido para o cargo de Delegado de Polícia. Seus vínculos familiares tornam ainda mais explícito o sentimento de constrangimento que a publicação das fotos, imediatamente após o acontecimento, poderia trazer para o seio familiar. Entretanto, observamos que o empreendimento de memória posterior é pautado sobre essa influência:

Leonardo- Eu queria saber com que sensação o senhor foi pra casa naquela noite do dia 18 de agosto? Foi uma sensação de vitória?

Thomaz- Não, eu fiquei até um pouco mais apreensivo quando eu cheguei, quando eu vi o povo tocando fogo nas casas, nas Pernambucanas, quebrando aquilo tudo, eu num tive muito entusiasmo naquilo não. Sabe por quê? Em 1912 no Ceará, precisamente no dia 9 de novembro de 1912, a família Accioly, da qual eu faço parte, minha tia-avó era casada com o comendador. O comendador era presidente do Estado, né, Antônio Pinto Nogueira Accioly, foi por 20 anos presidente do Estado. Então, a casa de meu pai,

inclusive, quando houve esse movimento dos rabelistas contra a família Accioly, tocaram fogo, incendiaram e saquearam cerca de umas oito casas da família Accioly. A casa do meu pai, que é aquela que tem na fotografia, foi ameaçada, mas meu pai reagiu de rifle na mão, eu tenho o rifle lá em cima, de rifle na mão ao lado de minha mãe, que magrinha, mas muito valente, ela ficou ao lado, foi assim que evitou que naquela casa fosse tocado fogo. Tocaram fogo e saquearam tudo que era da família Accioly. Os Accioly saíram daqui pobres, eles num eram ricos, eram abastados, mas tudo foi tocado fogo na casa, roubaram as jóias, a biblioteca, tudo!¹⁰⁰

A possibilidade de as depredações ocorridas no Quebra-quebra de 1942 poderem ratificar um outro acontecimento do passado, a chamada “deposição da Oligarquia Accioly”¹⁰¹, que teve um destino “trágico” para alguns de seus familiares, teria lhe deixado apreensivo. Na sua evocação mais atual, ele insere a preocupação com a probabilidade de as depredações tomarem um rumo ainda mais descabido, o que parece ter influenciado diretamente a sua forma de lembrar, o seu enquadramento da memória. Essa não pode ser considerada uma atitude inocente. Por meio desse relato acima, observamos que o empreendimento de memória de Gomes de Matos está intimamente ligado com o passado político da sua família, o passado das grandes oligarquias.

Sobre a influência do grupo estudantil, esse período é lembrado, por Gomes de Matos e Blanchard Girão, pelo menos, como sendo um tempo áureo do ativismo do movimento estudantil, devido ao seu considerável poder de barganha diante das autoridades instituídas e à ampla representação da sua maior entidade, o Centro Estudantil. Entretanto, se, por um lado, o enquadramento de Gomes de Matos é fortemente influenciado pelos anseios pretéritos da mocidade militante pró-aliados e torna-se uma forma de registrar a ampla participação estudantil para além dos muros das próprias instituições escolares, não menos evidente é o seu distanciamento em relação aos “quebra-quebrantes”. O seu ato fotográfico e a sua publicização tardia são as provas

¹⁰⁰ MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 13-11-2006. p. 10.

¹⁰¹ A “Sedição de Juazeiro” foi o movimento que derrubou o governo de Franco Rabelo em 1914. Em 1912, Franco Rabelo ganhou as eleições para o governo do Ceará devido à “Política das Salvações”, que foi implementada por Hermes da Fonseca e tinha a missão de combater os grupos que desenvolviam práticas oligárquicas. No Ceará, esse plano foi instalado para depor a oligarquia Accioly. O Governo de Nogueira Accioly dominou o cenário político cearense baseado em práticas como a troca de favores entre os coronéis, o nepotismo e a repressão aos opositores. Além disso, atrelava-se essas práticas dentro das maquinarias da “Política dos Governadores”, baseada na troca de influência local por benefícios do Governo Federal. Manteve-se no poder de 1896, quando foi eleito presidente do Estado, até 1912, diante da revolta dos habitantes da capital, que ocasionou na eleição de Franco Rabelo. Todo esse rearranjo político, que iria se modificar novamente com a “Sedição de Juazeiro”, não significou uma ruptura na forma de governar através das práticas oligárquicas, tratou-se mais de um conflito entre as abastadas movidas por interesses particulares (RAMOS, 2004, p. 358 - 362).

que confirmam a sua presença dentro do ativismo do movimento estudantil da década de 40, mas, ao mesmo tempo, também afirmam a sua ausência e distância relativa diante dos atos de violência e depredação no decorrer do Quebra-quebra. Gomes de Matos observou e fotografou, mas não quebrou.

Mesmo tratando-se da leitura de um indivíduo, devemos ponderar que, somente quando o colocamos em termos relacionais, com o grupo familiar e o estudantil, é que conseguimos perceber a teia social envolvida no processo de formalização da sua memória individual. Através das fotografias e do seu livro de reminiscências, Gomes de Matos pretende dar um outro direcionamento para a memória forte relacionada à história da sua família.

2.2.1. O livro de reminiscências

Um autorretrato de Gomes de Matos durante a passeata da vitória abre o seu álbum do Quebra-quebra. Antes de vermos as fotos do evento, somos convidados a observar essa imagem deleem frente à Faculdade de Direito segurando o cartaz com a cabeça decepada de um Hitler endiabrado, com o texto anexo “Exemplo para os traidores do Brasil”. Essa foto 11 condensa a operação de construção de uma identidade de si, enquanto Gomes de Matos promove o seu enquadramento da memória do Quebra-



Foto 11

quebra, configurando aqui uma relação entre o ato de escrever a sua autobiografia e o ato de organizar as fotos. As próprias páginas sobre o Quebra-quebra do livro de reminiscências estão coladas no álbum, assim como algumas fotografias estão presentes nesse último. Tanto um quanto o outro estão em pleno diálogo nas tentativas de Gomes de Matos de obter qualitativos como: o curioso, o estudante engajado, o fotógrafo, o memorialista, o colecionista e o arquivista.

Seu investimento de memória através do livro de reminiscências *O Menino do Solar "Rouge"*, é datado de 1989, porém, trata-se de um texto não publicado até o momento e ainda inacabado. Nas bordas superiores, encontramos, nas folhas do índice em diante, a inscrição "Retrato em 3x4 em preto e branco" para a inclusão no modelo de uma futura edição. No seu arquivo pessoal, encontramos um anúncio dos classificados do jornal *O Povo* de 9 de março de 1989 oferecendo uma "gratificação adequada" pela "[...] devolução dos originais datilografados do livro *O Menino do Solar Rouge*, perdidos no campus da UNIFOR"¹⁰², assim, o texto com que tivemos contato trata-se, pelo menos, do segundo esboço mais finalizado do seu livro.

O livro contém 103 páginas, é dividido em 18 capítulos, e cada um é iniciado com uma página contendo alguns tópicos que funcionam como uma introdução às lembranças do texto a seguir. No transpassar dos capítulos, constrói-se um ordenamento íntimo para a vida de Gomes de Matos, transformando-a em linha corrida. A sua frase inicial é "Nasci, em Fortaleza, às duas horas da madrugada do dia 24 de outubro de 1918" e termina com uma página ilustrada com uma fotografia contendo ele, esposa e filhos com as seguintes legendas: acima "A Família que construí" e embaixo "Todos presentes graças a Deus".

A metamemória é ordenada para discorrer sobre as suas lembranças através das casas que habitou, visando criar um elo de intimidade entre ele e o possível leitor. No capítulo "A casa onde nasci", descreve "a vasta casa localizada à Rua General Sampaio, vizinho ao bonito prédio da antiga IFOCS (Inspecção Federal de Obras Contra as Secas), quase na esquina da travessa Pedro Pereira" (MATOS, 1989, p. 2); o segundo capítulo, "A casa grande", ambienta o Solar Rouge de aspecto aristocrático, silhueta elegante e estilo normando do seu avô Hildebrando Pompeu de Souza Brasil, que "[...] situava-se num dos trechos mais nobres da Rua 24 de maio [...]" (MATOS, op.cit., p. 4).

A abertura desse espaço de intimidade contempla também o recurso da construção da memória dos familiares. No capítulo "Minha família" forma uma narrativa sobre a sua memória genealógica, admitindo aqui um trabalho de lembrança indireto, pois recorre aos depoimentos de seus pais, de suas tias e de conhecidos da família para conseguir as informações. Contra a extensão curta da sua lembrança, recorre aos mais velhos para afirmar uma continuidade extensa entre as gerações.

¹⁰² "Populares - 870 - Recados". Jornal *O Povo*, 09/03/1989. p. 28.

Faz a sua operação de ajustamento familiar por seus avós maternos. O avô materno, Hildebrando Pompeu de Souza Brasil, filho do Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Senador Pompeu) e de Dona Felismina Carolina Pereira Filgueiras, é caracterizado como homem de gabinete, culto, erudito e educado. “Lia literatura inglesa, francesa e italiana no original”. Lista os postos de trabalho que ele ocupou: diretor da Rede de Viação Cearense (RVC) e um dos construtores do açude Cedro em Quixadá e da Ponte Metálica de Fortaleza. Enfatiza a qualidade dele como progressista: “admirava tudo que era novo que a técnica de então lançava”. Já sobre os avós paternos, admite “infelizmente conheço muito pouco. Quase nada”. O seu avô, Coronel Raimundo Gomes de Matos, natural e residente do Crato, era membro da Guarda Nacional, teve onze filhos e foi “muito rico”. Já a sua avó paterna diziam que era muito alva, tinha olhos azuis e cabelos longos e claros. Salienta a sua religiosidade e seu gosto por praticar caridade com os pobres.

Sobre o seu pai, Raimundo Gomes de Matos, destaca as seguintes características: “compleição forte, corado, olhos azuis, cabelos levemente encaracolados, fronte larga [...]” (MATOS, op.cit., p. 17). Destaca ainda a sua inteligência privilegiada, que o fazia aprender tudo com rapidez. Permitia-se nunca chegar “ao fim do livro, quer fosse de Direito ou de Literatura, pois logo chegava à conclusão dele mesmos sem errar” (MATOS, op.cit., p. 18). Após isso, caracteriza-o dentro do mundo do trabalho como professor da cadeira de Direito Comercial que era “várias vezes chamado [...] para presidir mesas de concursos de Direito para professores” (MATOS, op.cit., p. 18), como advogado “dono da maior ‘banca de advogados do Ceará durante várias décadas” e como jornalista do jornal *A república* do Partido Conservador. Porém, como político destaca que se trata “do traço mais fraco de sua vida” (MATOS, op.cit.).

Sua mãe Léa Pompeu de Souza Brasil Gomes de Matos, “[...] era de tipo longilíneo, altura regular e fina. Tinha a pele alva, os olhos azuis e os cabelos claros. Era uma pessoa muito alegre, comunicativa e espirituosa” (MATOS, op.cit., p. 20). As características enfatizadas da sua personalidade são a boa educação, a veneração pelo marido e a sua coragem. Nessa parte, ainda fala sobre como os seus pais começaram a namorar e depois sobre o próprio casamento, concretizado após um “rapto de noiva” e que teve como padrinhos: Antonio Pinto Nogueira Aciolly (Presidente do Ceará e Tio-afim de sua mãe), Graco Cardoso, Hildebrando Pompeu Aciolli e José Pompeu Aciolli.

Discorre ainda vastamente sobre cada um de seus irmãos, algumas tias e dedica ainda um único capítulo para os seus padrinhos.

Toda essa genealogia promove um jogo de identidade intrínseco na sua produção como metamemória através da seleção dos parentes que podem ou não fazer parte da linha de parentesco. A seleção dos familiares é a própria função e razão de ser desse instrumento de lembrar. Sem ela, a progressão da listagem e descrição de cada parente acumularia-se de tal forma que tornaria o texto antes uma ferramenta do esquecimento e da indistinção do que da memorização e do ajustamento. Apesar dos 10 irmãos que o seu pai teve, discorre apenas sobre as tias maternas Laura, Noemi e Julieta. A sua bisavô materna, “Telina”, por exemplo, aparece não como sendo a “filha”, mas sim como a “sobrinha legítima” do Cel. D'Armas José Pereira Filgueiras. A sua avó materna, Lúcia Alves Pompeu de Souza Brasil, aparece apenas como filha do “abastado fazendeiro de Itapipoca, Francisco Manuel Alves”.

Mesmo com essa quantidade de pessoas citadas na tentativa de construir uma identidade familiar vista como coletiva, Candau (2012, p. 139) afirma que todo genealogista procura, antes de tudo, a transmissão da identidade de si mesmo: “salvaguardando a memória dos seus ancestrais, ele protege também a sua”. Durante a reconstituição da sua filiação, Gomes de Mtos enfatiza qualidades intelectuais (culto, erudito, educado, inteligente), qualidades políticas (progressista), qualidades comportamentais (religioso, alegre, comunicativo, espirituoso, corajoso) para tirar proveito identitário próprio.

Uma das qualidades mais recorrente e que dota de coerência a sua autobiografia é a coragem. Um primeiro episódio utilizado para representar a si através da qualidade do outro é ambientado no Liceu do Ceará, onde sofria perseguição de um professor que teria sido o motivo de sua reprovação naquele ano escolar, em uma segunda oportunidade, afirma ter resolvido a desavença pessoal através da coragem de ameaçar a autoridade do docente. Um segundo episódio é ambientado já quando trabalhava no Banco do Brasil. Em uma das suas visitas a uma propriedade rural para fiscalizar a utilização dos empréstimos feitos ao Banco, foi mal recebido e chamado de ladrão, ao que respondeu: “Disse-lhe que não admitia aquela agressão, dizendo mais que não tinha medo dele e nem de seus capangas. Concluindo, chamei-o de coiteiro, de criminosos, covarde etc. etc.” (MATOS, op.cit., p. 90). Em suma, esses dois momentos diferentes da

sua vida sem qualquer relação casual dialogam com uma qualidade que perpassaria as gerações da família, formando uma ilusão biográfica.

Bourdieu (1998, p. 183 - 185) chama-nos atenção para o fato de que a noção, comumente entendida, de história de vida é perpassada por uma ideia de encaminhamento, “[...]isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a ‘mobilidade’), que tem começo (‘uma estreia na vida’), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e finalidade (‘ele fará seu caminho’ significa que terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história.” Esse relato da vida como projeto coerente, expressão de uma “intenção subjetiva e objetiva”, acaba formando uma ilusão biográfica. Valendo-se de expressões como “já”, “desde então”, “desde pequeno”, o investigado cria um sentido por demais artificial para a sua vida, em confronto recorrente com a fragmentação e a incompletude de suas experiências.

Dentro desse encadeamento linear, o Quebra-quebra está entre os capítulos que discorrem sobre a vida pública de Gomes de Matos. Nesse quesito, a metamemória dele mantém uma *postura de reservap* principalmente diante do vínculo familiar como política. Essa postura é uma forma de lidar com um certo perigo nesse trabalho de vinculação entre as gerações na criação da identidade de si, pois a geração pode “gerá-la, regenerá-la, mas também [pode] degenerá-la” (CANDAUI, 2012, p. 140).

O vínculo das gerações anteriores com a vida política é reapropriado. Nesse ímpeto, a geração anterior dos Acciolys, por exemplo, é trabalhada na sua metamemória sob uma ambiguidade. Podemos observar isso no episódio específico em que Gomes de Matos descreve a “coincidência” de ter viajado na mesma embarcação em que ocorreu uma tentativa de assassinato em “25 de janeiro de 1912”, efetuada por um “facínora”, contra o Comendador Aciolly e sua família. Porém, na defesa da vida dos Aciollys, ocorre uma “reação” que “resultou na morte de Antonio Clemente e de um filho seu, além de ferimento grave no filho do Comendador, Dr. Antonio Pompeu Aciolly”. Esse último acabou falecendo e foi enterrado em Salvador, mas o seu cortejo fúnebre foi vaiado pelo povo baiano, sob a alegativa de “mais uma queda de um oligarca do norte do país” (MATOS, op.cit., p. 69). O valor da coragem é reificado pela postura da “reação” à tentativa de assassinato, mas, ao final, a reprovação do outro poderia negar o seu trabalho de vinculação.

O Quebra-quebra e as ações em torno dele (sua participação na Aliança Nacional Libertadora quando era mais novo, a ideia e efetivação da construção do Obelisco da Vitória, as passeatas pró-aliados) são lembrados para dar uma carga positiva a esse contínuo, já que sua luta contra o fascismo aconteceria “desde os bancos escolares do Instituto São Luiz, bem antes, portanto, da deflagração da Segunda Guerra Mundial”, quando ele teria tomado “uma atitude de vanguarda em defesa das liberdades e pela Democracia Liberal no mundo, especialmente no Brasil” (MATOS, op.cit., p. 94).

Nesse caso, tanto essa seletividade nas filiações familiares quanto essa ilusão biográfica operam uma retórica da distinção que visa à perpetuação da sua metamemória. O seu empreendimento de memória estaria direcionado a tornar forte o “traço fraco” da vida do seu pai. Nesse processo de distinção pelo uso do passado, tanto afirmar-se enquanto pró-aliado quanto trazer à tona episódios da oligarquia aciolyana, não entrariam em contradição através dessa tentativa de imortalizar-se. “Ao final das contas, o genealogista ‘tem um encontro marcado consigo mesmo’, e a transmissão que ele busca com toda sua força é aquela de si próprio, para além de sua morte” (CANDAUI, 2012, p. 140).

2.3. A outra memória: a de Alberto Santiago Galeno

Alberto Santiago Galeno nasceu na cidade de São Benardo de Russas, interior do Ceará, e veio para Fortaleza em 1935 para continuar seus estudos. Coursou o ensino secundário no Liceu do Ceará e formou-se em Direito em 1948. Ainda estudante, iniciou a sua trajetória política aproximando-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e, posteriormente, ingressou nos quadros do Partido Comunista do Brasil. No decorrer da sua vida, manteve diálogo íntimo com os grupos que considerava mais democráticos. Na época da Ditadura Militar de 1964, foi preso pelo menos em duas oportunidades devido à sua atuação no jornal *O Democrata* do Partido Comunista Brasileiro. No dia 2 de julho de 1964, foi detido durante 6 dias para averiguação e depois iniciou, no dia 13 de março de 1973, outra pena de quase dois anos. Quando saiu em liberdade, “continuou suas atividades políticas e jornalísticas [...] clandestinamente até o advento da Anistia, quando passa a atuar de forma mais intensa e com mais liberdade” (OLIVEIRA, 2009, p. 33).

No decorrer da sua trajetória intelectual, escreveu crônicas, poemas e contos, acumulando sete livros abordando diversos temas. Considera-se herdeiro da disposição da sua família à intelectualidade iniciada pelo seu avô Juvenal Galeno (poeta, folclorista e membro fundador de diversas agremiações do século XIX, incluindo-se aqui o Instituto Histórico do Ceará). A família Galeno perpetuou o trabalho de Juvenal Galeno, transformando a casa dele em um lugar de sociabilidade intelectual. Sua tia Henriqueta Galeno cria o Salão Galeno em 1919, transformando-o posteriormente em Casa Juvenal Galeno, como, até hoje, é conhecido esse espaço. Alberto Santiago Galeno administrou-o de 1989 a 2005, ampliando a sua utilização para outras entidades culturais. Participou ainda de outras agremiações, como a Academia de Letras e Artes do Ceará (ALACE), a Comissão Cearense de Folclore e conseguiu ainda se efetuar como sócio honorário do Instituto Histórico do Ceará no ano 2000. Entre seus livros, pelo menos três deles discorrem sobre a temática política institucional: *Território dos Coronéis* (1986), *Padres e soldados no folclore cearense* (1992) e *A memória dos cabeças chatas* (1994). No livro *A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram história na Praça do Ferreira)*, de 1991, é onde ele aborda mais demoradamente o período da Segunda Guerra.

Em decorrência dessa trajetória político-intelectual, sua escrita é permeada por um investimento de memória que, como veremos mais adiante, fabrica um sentido diferente para o Quebra-quebra de 1942. A construção da sua metamemória no livro *A praça e o povo* trabalha com uma prescrição pautada em uma ampla crítica política. Uma das formas de efetuar-la é através de uma narrativa sobre os espaços públicos da cidade de Fortaleza, Galeno percebe, na concepção destes, um “menosprezo pelas nossas origens culturais” devido às referências de cultura exteriores defendidas no passado por uma determinada elite. O Passeio Público retrataria mal uma Grécia Antiga, com suas estátuas de “duendes e deuses mitológicos”, enquanto a fonte da Praça da Lagoinha remetia longinquamente a uma “lenda alemã dos tempos medievais”. Os elementos esquecidos nessas concepções seriam assim a identidade do povo que ele propõe relembrar:

Haviam se esquecido dos nossos índios, de suas lendas e de seus heróis, dos bichos de nossa fauna: onça, emas, veados, cavalos e bois. E, por sua vez, dos heróis do trabalho, responsáveis pelo surgimento econômico e social do Ceará: vaqueiros, escravos, jangadeiros, trabalhadores do eito, os verdadeiros servos da gleba nordestina (GALENO, 1991, p. 8).

Recolocar esses elementos no espaço da cidade seria necessário, enfatiza Galeno, para a formação de uma consciência nacionalista esquecida pelos “governantes” qualificados como “antipovo” e “antidemocráticos”. Galeno posiciona para si o papel de um dos responsáveis por criar esse autoreconhecimento entre povo e essa consciência a ser compartilhada através da história de uma “cidade heroica” e de um “povo insubmisso”. A distinção espacial promovida por Galeno promove a Praça do Ferreira como o símbolo de resistência a esse esquecimento dirigido. Coloca-a como ambientação central no seu trabalho de memória, principalmente devido à modificação na sua configuração no período da Ditadura Militar. “O que não se atreveram a relizar os governos arbitrários como os de Moreirinha, Carneiro de Mendonça e Menezes Pimentel”, fora realizado pela ditadura “de 1º de abril: acabar com a Praça do Ferreira e seus papeadores” (GALENO, op. cit., p. 8). Narra que, ao vê-la após sair da prisão, esforçava-se para descobrir se estava “na Praça ou se noutra local”:

Agora em liberdade condicional, buscávamos os lugares por nós antes frequentados. Reencontrar velhos amigos, bater um papo, tomar um cafezinho no Abrigo Central ou, para variar, um pega-pinto no Mundico. A Praça? Sim, buscávamos a Praça do Ferreira! Qual o habitante desta Cidade do Forte que não se encontra por este ou aquele motivo ligado ao logradouro que nasceu sob o carisma do Boticário Ferreira? Mas, onde encontrá-la? Pelos nossos cálculos, deveríamos estar no espaço ocupado pela Praça do Ferreira. Mas, onde a Coluna da Hora? E o Abrigo Central? Por mais que nos esforçássemos, não conseguíamos encontrá-los. O que víamos em seus lugares eram aqueles estirões de cimento armado, de cinquenta metros ou mais, como se fossem jazigos destinados a sepultar gigantes. Um cemitério surrealista com certeza (GALENO, op. cit., p. 7).

Nessas linhas podemos observar como o seu investimento de memória procura fundar um espaço de reconhecimento. Esta praça do Ferreira que onde hoje ele pisa deveria se confundir com aquela dos seus anos próximos anteriores, porém, o reconhecimento proposto foi colocado em perigo. Perdidos os referenciais de espaço de outrora, perde-se a sua própria posição de localização no tempo, evidenciada na referência ao cemitério, o lugar da morte, daquilo que poderia barrar o seu projeto de autoreconhecimento. “Perdido o espaço, a identidade vacila à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior do qual o sujeito se re-conhece” (D’ALESSIO, 1998, p. 271). Essa crítica não está direcionada apenas ao passado da época da ditadura, trata-se também de um uso do passado no seu presente de enunciação. Em 1991, mais uma

reforma da Praça do Ferreira aproximava-se envolvendo outra polêmica sobre o seu projeto:

As opiniões dos fortalezenses inseridas nas reportagens sobre o assunto são as mais diversas e variadas. Uns gostariam da volta de uma praça mais humana, plana e arborizada; outros preferiam que fosse mais confortável com bancos de madeira, melhor iluminada, que tivesse roseiras no canteiros ao invés do mato de hoje e uma coluna da hora; outros ainda ficariam satisfeitos com um meio termo, isto é, que o mostrengo atual fosse dotado de jardins com canteiros de flores, porém sem a coluna da hora e os “ares de pracinha de interior” que a antiga possuía; por fim, existem aqueles, felizmente poucos, que, pasmem, defendem a manutenção da “modernidade” que aí está como forma de não se gastar o dinheiro público¹⁰³.

Falar da praça no passado é tentativa de fazer valer o seu projeto de memória e sua distinção espacial no presente. Tempo e espaço confundem-se na construção da metamemória de Galeno. Para que não se percam as histórias de luta nos tempos anteriores, era preciso garanti-las contando-as no presente, da mesma forma que, para se garantir a Praça de outrora, fazia-se necessário descrevê-la. Seu investimento de memória garantiria uma fixidez diante dessa outra reconfiguração do espaço por vir que poderia levar a um estilhaçamento maior daquilo que, segundo ele, merece ser preservado.

Na tentativa de promover esse autoreconhecimento, além da crítica dos espaços públicos, efetua também um trabalho de distinção de alguns episódios do passado e de pessoas a serem lembradas. As pessoas *próximas* dignas de reconhecimento seriam os patriotas da Confederação do Equador, os oradores dos comícios de Franco Rabelo, os participantes do banco dos comunistas na Praça do Ferreira, entre outros. Enquanto isso, os seus opositores políticos seriam prioritariamente aqueles responsáveis pela implementação da Ditadura Militar, mas, em um trabalho de retroação no tempo, agrupa esse período com os governos da Oligarquia Aciolina do começo do séc. XX e com o governo de Menezes Pimentel na época do Estado Novo, como sendo os típicos “governos antipovo”, por possuírem como traços característicos o desconhecimento às liberdades democráticas e a intolerância à crítica, recorrendo à violência para silenciá-las. Esse trabalho de variação das distâncias, de elencar os próximos (os comunistas) e distanciar-se dos outros (os poderosos), abordado através da atribuição de qualitativos, é, segundo Ricoeur (2007, p. 141), um trabalho de formação de um plano intermediário

¹⁰³ “A reforma da Praça do Ferreira”. Jornal **O Povo**, 07/01/1991. p. 13.

entre o polo da memória individual e o de uma memória coletiva que garantiria a observação concreta das trocas ativas entre as memórias individuais e a memória pública das comunidades a que pertencemos. Galeno explicita ainda mais seu investimento de memória através da prescrição de uma identidade ao povo de Fortaleza através dessa crítica política:

[...] tão caluniado pelos escribas reacionários como o advogado Gomes de Matos, para quem o povo era massa falida, ou o senhor Gustavo Barroso, em cujo vocabulário o povo é tratado de gentalha, ralé, zé povinho, massa ignara e outros tais. Por sua vez o comendador Nogueira Acioly, ocupante por longos e sucessivos anos do governo do Estado, sempre que se referia ao povo era para chamá-lo de arraia miúda (GALENO, 1991, p. 5).

Mesmo não prestando referência direta ao relato de Gomes de Matos, mas sim aos seus familiares (seu pai Gomes de Matos e a filiação matriarcal com a família Acioly), o objetivo explícito de Galeno mostra como os seus enquadramentos de memória estão em franco diálogo, mesmo que indiretos. Galeno, por exemplo, faz questão de rememorar episódios ocultados por Gomes de Matos, como a passeata das crianças:

Certa vez o comendador Nogueira Acioly mandou reprimir à pata de cavalo uma passeata de crianças contra o seu governo. A cavalaria caiu sobre os mirins, espacando e matando vários deles. O que não esperava o mandachuva era pela reação que se fez. A “arraia miúda” pegou em armas, depondo o mandão após três dias de luta (GALENO, op. cit., p. 6).

O que está em questão em ambos são as formas de compartilhar um determinado passado da política cearense. O caminho escolhido por Galeno é a defesa desse povo “tão espezinhado e sofrido”, excluído de qualquer direito pelas “classes dominantes”, que de lei só lhes oferece “o arbítrio e a coerção”. Para o autor, seria através dos apelidos, das vaias e dos quebra-quebras, que os ofendidos vingavam-se dessa opressão. Essa luta entre as classes também envolvia as fontes de informação e preservação da memória:

Os poderosos mandam quebrar jornais, prender, surrar, matar jornalistas, tentando, dessa forma, impedir a divulgação de fatos que pretendiam, ignorados do povo. Mas, em contrapartida, surgia, na Praça do Ferreira, o jornalismo falado. Os papeadores encarregavam-se de divulgar aquilo que os jornais escritos não conseguiam (GALENO, op. cit.).

A reflexão de Galeno que envolve essa variação das distâncias estende-se às próprias formas de compartilhamento das memórias. Considera que a memória divulgada por meios não escritos é a forma mais segura de se chegar ao que verdadeiramente interessava no passado. Sua intenção é falar sobre os acontecimentos que os “historiadores” evitam falar, mas que ele vivenciou ou que lhe chegaram através do contato com seus próximos. Cita como exemplo a trágica Guerra do Paraguai, em que o povo foi literalmente caçado e obrigado a batalhar, mas que é mais lembrada através da exaltação aos comandantes. Assim, esquecem que as “batalhas mais árduas do que as da Guerra do Paraguai têm sido as batalhas travadas pelo povo desarmado contra seus opressores, em busca das liberdades democráticas” (GALENO, op. cit.). Seu trabalho de memória é para formaressa identidade do povo heroico. Salienta que a sua verdade é a dos oprimidos, “nunca a dos opressores”.

Além desse “jornalismo falado”, outra forma citada de resistência aos desmandos dos poderosos seriam os quebra-quebras. Essa violenta forma de reação do povo, faria parte das nossas raízes ancestrais de expressão de revolta: “dessa forma reagiram nossos avós tapuias contra os colonizadores brancos – lusitanos e holandeses – nos primeiros dias da Capital cearense”. Para o autor, a expressão mais violenta desse tipo de resistência foi o Quebra-quebra de 1942. Observemos a descrição do evento feita por Galeno para ponderar as aproximações e os distanciamentos da versão de Gomes de Matos:

Os submarinos alemães haviam afundado nada menos que sete navios de bandeira brasileira, ocasionando a morte de centenas de patrícios nossos. A tragédia feriu os sentimentos patrióticos do povo, cuja aversão aos nazi-fascistas se fizera sentir desde o início do conflito. Em Fortaleza, Natal e Recife o povo reagiu violentamente, quebrando e incendiando os bens dos súditos alemães, italianos e japoneses, forçando, dessa forma, o governo Getúlio a declarar guerra aos países do eixo Roma-Tóquio-Berlim. Acompanhamos de perto as ações predatórias na Praça do Ferreira e adjacências. Um grupo de jovens em fila, empunhando bandeirinhas e nas cantando o hino nacional, desfilava pelo logradouro, tendo à frente o professor Euclides César. Eram os alunos do Curso de Conversação Inglesa. O povo logo engrossou a fileira de jovens, que, penetrando no Beco dos Pocinhos, foi ter em frente à Padaria e Confeitaria Napolitana, onde se iniciou o quebra-quebra (GALENO, op. cit., p. 27).

O autor aparentemente mantém o mesmo núcleo descritivo do dia 18 de agosto de 1942 de Gomes de Matos, entretanto existem algumas nuances. Até esse momento da descrição, enfatiza-se positivamente o nacionalismo do povo, colocando-o como ator

central que força o Governo à declarar guerra devido aos afundamentos e, também, atribuindo uma consciência ideológica *a priori* contra aos nazifascistas. O uso do verbo forçar enfatiza uma tensão entre esses dois sujeitos (o povo e o Estado). Outros pontos divergentes são mais explícitos. O primeiro refere-se a quem teria começado a passeata: para o autor, não seriam os estudantes da Faculdade de Direito, mas sim os alunos do Curso de Conversação Inglesa. O segundo seria qual o primeiro estabelecimento a ser depredado: a Padaria do Espanhol ou a Padaria Napolitana. Essas controvérsias demonstram uma tentativa de afirmar o seu investimento de memória como a descrição mais fidedigna. Continuamos observando o decorrer da descrição:

[...] Depredada a Napolitana, a turba retorna à Praça do Ferreira, invadindo e quebrando a Casa Veneza, de propriedade do Cônsul da Itália, arrancando das vitrines e rasgando uma bandeira daquele país, revirando balcões e atirando na rua as mercadorias ali encontradas: roupas, sapatos e peças de tecidos. A seguir, foi a vez das Lojas Pernambucanas, onde houve depredações seguidas de incêndio. O quebra-quebra generalizava-se. Grupos de manifestantes deixavam a Praça do Ferreira em busca dos bairros onde se achavam os estabelecimentos dos súditos do Eixo. Na zona da praia vários estabelecimentos do comércio exportador, todos de proprietários alemães, foram depredados. E no bairro de Otávio Bonfim, um japonês teve o seu jardim invadido e quebrado. Não pouparam sequer as dalias e tulipas do nipônico, arrancadas e jogadas no meio da rua. Vingança, pura vingança. Os depredadores não se apossavam de coisa alguma. Houve saques – é verdade – mas praticados por outros que não eles: flagelados da seca, quando não por indivíduos ligados à própria polícia (GALENO, op. cit., p. 28).

Malgrado o tamanho da citação, podemos observar que a narrativa mantém algumas ambientações da memória: as manifestações tiveram início nos arredores da Praça do Ferreira e, posteriormente, ganharam outras zonas da cidade. Outra questão pertinente é a dos roubos associados ao Quebra-quebra, já que o autor faz questão de negar à sua autoria os “depredadores”, atribuindo aos flagelados e à polícia. O roubo, atitude reprovável moralmente, poderia desvirtuar o caráter político do evento. Nesse mesmo sentido, a própria violência é desvinculada do povo e atribuída genericamente a uma “turba”. Esses dois deslocamentos feitos pelo autor refletem a preocupação de manter o sentido político do evento, pois o Quebra-quebra é antes de tudo uma reação popular aos desmandos dos poderosos.

Antes de tecer um comentário final sobre esse enquadramento, precisamos nos perguntar qual é o lugar do grupo minoritário dos “estrangeiros” nessa metamemória. O autor não faz uma distinção específica para esse episódio do passado e engloba os

estrangeiros dentro desse subgrupo de “continuadores da colonização” inserido no grupo maior dos poderosos:

Era [nos quebra-quebras] quando a massa enfurecida apelava para as depredações, seguidas muitas vezes, de incêndios. Dessa forma reagiram nossos avós tapuias contra os colonizadores brancos – lusitanos e holandeses – nos primeiros dias da Capital Cearense. Decorridos trezentos anos do evento, a nova indiada ainda usaria dos mesmos procedimentos dos avoengos, não mais contra os colonizadores lusitanos e batavos, já desaparecidos, mas contra os continuadores destes: ingleses, italianos e alemães (GALENO, op. cit., p. 26).

Aparentemente, não existe questionamento ou reavaliação sobre a justificativa das depredações por parte do autor em questão. Conseqüentemente, o Quebra-quebra não é motivo de reprovação, já que o recurso à violência pela multidão, diferente de Gomes de Matos, é justificável por seu conteúdo político de revolta contra os opressores.

É exatamente esse sentido político que torna o enquadramento da memória do Quebra-quebra de 1942 de Alberto Galeno diferente dos demais. O seu conteúdo é perpassado por essa promoção de uma identidade política do povo cearense que pretende atualizar uma conduta política no presente. Em 1991, o cenário político internacional assistia à queda do muro de Berlim e ao fim do regime comunista soviético. Enquanto isso, no cenário político brasileiro, presenciava-se a volta da democracia tão defendida por Galeno nesse texto, porém, isso não necessariamente significou um rompimento total com a Ditadura Militar, pois o primeiro presidente civil indiretamente eleito, José Sarney, tinha saídas bases político-partidárias do próprio regime ditatorial.

Esse direcionamento da política contemporânea do começo dos anos 1990 provavelmente não agradava por completo o autor e a sua formação comunista. Fazia-se necessário reafirmar a participação do povo como ator ativo na história, capaz de protestar e tomar rumos próprios, tal como identificar os seus opressores de um passado recente. Alberto Santiago Galeno relembra o passado almejando um futuro não declarado, mas que tivesse a democracia e a participação política ampla garantida. A escrita da sua metamemória procurava o “quebra-quebra” da continuidade e os desmandos dos “governos anti-povo”.

A partir desse antagonismo interpretativo evidenciado, podemos nos questionar: qual metamemória se aproximaria mais de um sentido verdadeiro do evento? Essas

diferenças narrativas não significam aqui que uma memória individual torna-se menos verdadeira ou menos real do que outra. Seria errôneo querer avaliar essas identidades narrativas a partir de critérios de verdadeiro ou falso; procuramos encarar esses antagonismos através do conceito *detotalização existencial verbalizada*, que ajuda a perceber que, para:

Toda manifestação da memória, há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração (a memória restituída, as maneiras de “ter por verdadeiro”) e a “realidade” factual: se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar é também sua verdade. A realidade de uma narrativa é ser “real para um sujeito”, que é “a realidade de um encontro com o real”. A partir dessas ocultações, pode-se esperar melhor compreender e os processos complexos que acompanham, de início, a memorização e, em seguida, a rememoração (CANDAU, 2012, p. 72).

As formas diferentes de lembrar o Quebra-quebra fazem parte das estratégias conflitivas da relação do presente com o passados que ditam, mesmo que inconscientemente, adesões e rejeições a determinadas práticas e enunciados, assim como “aceitações ou renúncias, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações ou renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos” (CANDAU, 2012, p. 72).

Capítulo 3 – Entre uma história e uma memória minoritária

3.1. A inscrição histórica de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre

Às 16:00h do dia 5 (cinco) de maio de 1995, no Auditório Barão de Studart, reuniu-se o Instituto do Ceará, em sessão ordinária, para comemorar os 50 anos da vitória dos Países Aliados na Segunda Guerra Mundial. Compareceram os sócios: Geraldo da Silva Nobre, José Liberal de Castro, Valdelice Carneiro Girão, Zélia Sá Viana Camurça, Miguel Ângelo de Azevedo [Nirez], Marcelo Caraca Linhares: os comandantes das Unidades Militares sediadas em Fortaleza – Exército, Marinha e Aeronáutica e um considerável número de militares, Pracinhas da FEB e amigos do Instituto¹⁰⁴.

Essa sessão do Instituto Histórico do Ceará contou com o discurso do consócio José Caminha Alencar Araripe, que abordou as batalhas que levaram à vitória Aliada, a participação da FEB em algumas delas, a comemoração que ocorreu em Fortaleza com o fim da guerra e as suas próprias impressões sobre as consequências do conflito no território europeu. O consócio encerrou prestando referência “aos mortos da Segunda Grande Guerra e aos que lutaram e sobreviveram à hecatombe”, buscando “solidificar a consciência da paz como fundamento insubstituível da convivência humana”¹⁰⁵. A comemoração aqui opera uma configuração dupla de retirar o evento do passado para penetrá-lo em uma questão do presente que, para o autor, trataria sobre o atraso na construção da “nova ordem mundial” causado pelas “bombas de retardamento que explodem e representadas pelo nacionalismo exacerbado; pelo fanatismo religioso obscurantista [...]”¹⁰⁶. No decênio anterior, em 1985, ainda que de forma mais concisa, a palestra foi proferida pelo General Tácito Theóphilo que se reportou a comemoração “da vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, fazendo um relato da participação das tropas brasileiras na Itália, operação em que o orador teve ativa participação”¹⁰⁷. Assim, é também em torno do quadragésimo e quinquagésimo aniversários da Segunda Guerra que as comemorações oficiais sobre esse período intesificam-se no campo historiográfico do Instituto do Ceará, abordando esse período como marco divisor da História através da afirmação do ideal de paz necessário à coesão social.

¹⁰⁴ “Atas das Sessões”. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 1995. p. 412.

¹⁰⁵ “Vitória Aliada 50 anos: faltam jardineiros para cuidar do homem”. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 1995. p. 118.

¹⁰⁶ Idem, ibidem.

¹⁰⁷ “Atas das Sessões”. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 1985. p. 351.

Na esteira dessas comemorações coletivas é que a lembrança contida no livro *O Ceará na Segunda Grande Guerra*, de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre, editado em 1998, configura uma novaintriga do tornar-se evento do Quebra-quebra de 1942. Esses autores também fazem parte do grupo que viveu intensamente o período da Segunda Guerra. Stênio de Azevedo cursava a Faculdade de Direito do Ceará no começo da década de 1940, acompanhou o período “tanto na condição de convocado para o serviço do Exército como na de repórter dos Diários Associados do Ceará” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 161). Na época da escrita do livro, ainda exercia sua atividade de jornalista e construía a sua atuação na Associação Cearense de Imprensa (ACI). Já Geraldo Nobre também teve uma carreira jornalística: passou pelo matutino *Gazeta de Notícias* e, posteriormente, o órgão católico *O Nordeste*. Além disso, prestou serviço militar, participando voluntariamente do Curso de Formação de Sargentos em 1941-42 e ainda trabalhou durante o ano de 1943 como servidor do SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 147).

Em suma, o livro é escrito por essas duas testemunhas oculares desse tempo pretérito e, na sua introdução, expõe-se a divisão das tarefas na sua concepção. Stênio Azevedo foi o responsável pela coleta de informações e pela concepção do livro como um documentário, enquanto Geraldo Nobre aparenta ser o responsável majoritário pelas introduções que esboçam uma interpretação à documentação apresentada.

Sobre a característica do livro como um documentário, podemos afirmar que ele é uma espécie de coletânea de arquivos que recorre aos depoimentos de ex-combatentes, às folhas de alterações de serviço dos oficiais da FEB, às peças de processos judiciais “alusivos aos fatos de 18 de agosto de 1942 na capital e em outras cidades do Estado, a declarações dos interessados ou de participantes e observadores, ao noticiário dos jornais da época (muito falho, devido à censura vigente)” e às fotografias, sendo duas de autoria de Gomes de Matos, com o objetivo de “reconstituir ao máximo as circunstâncias, de modo a fazer-se uma reconstituição tão completa, precisa e imparcial quanto possível” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 17).

Essa divisão entre a interpretação e a documentação opera, em certa medida, o que Certeau (2011) chama de “um corte entre o passado e o presente”, que institui uma relação entre dois lugares de saber e poder supostamente distintos:

[...] por um lado, o lugar presente (científico, profissional, social) do trabalho, o aparato técnico e conceitual da *pesquisa* e da interpretação, a operação de descrever e/ou explicar; e, por outro, os lugares (museus, arquivos, bibliotecas) em que são guardados, inertes, os materiais que são objeto de pesquisa e – em um segundo momento, deslocados no tempo – os sistemas ou *acontecimentos* do passado, cuja análise é permitida por intermédio desses materiais (CERTEAU, 2011, p. 72).

Mesmo colocando-se como testemunhas oculares, essa divisão entre interpretação e documentação é uma tentativa de criar uma fronteira, mesmo que tênue, entre os autores (que fabricam a representação) e a região temporal abordada (encenada pelas representações historiográficas), que garantiria o pacto de confiança com o leitor através desse pacto de objetividade. Essa fronteira atravessa a prática em que, por um lado, o “aparato de pesquisa distingue-se do material tratado e, por outro, a encenação escriturária em que o discurso do saber interpretativo domina o passado representado, citado e conhecido” (CERTEAU, 2011, p. 73). Apesar de as interpretações das “fontes” serem qualificadas como “neutras”, “imparciais” e “com máximo de fidelidade” ao passado, elas caracterizam uma tentativa de apropriação dos discursos do outro, que visam sedimentar uma determinada interpretação sobre esse passado.

Esse trabalho de coleta de documentação constrói uma convivência entre vários grupos de testemunhos, porém podemos dividí-los arbitrariamente em dois majoritários: dos civis, que caracterizam o *front* interno (em que o Quebra-quebra será abordado), e dos militares, que caracterizam o *front* externo. A filiação e a solidariedade maior são com esse segundo grupo, pois como explicitam os autores “o tema da Segunda Guerra até agora descuidado pelos historiadores cearenses” será “aprofundado”:

a ponto de ressaltar a importância da presença dos seus conterrâneos na campanha da Itália, concorrendo com o legado precioso do sacrifício consubstanciado em sangue, suor e lágrimas, para livrar a humanidade da submissão pretendida por alguns dos países totalitários da Europa; e cujo desfecho selou não uma nova ordem, como proclamavam os derrotados [...] (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 18).

Em outro momento, descrevem ainda qual seria a intencionalidade maior da sua escrita:

O primeiro objetivo deste livro é o de tornar a paz almejada por todos e para cada povo (ou nação), particularmente o cearense, sob o impacto da constatação de um silêncio perturbador (das consciências) a respeito da

participação dele na Segunda Grande Guerra; ela representou perdas de vidas preciosas, amputações, traumas e muitos outros sofrimentos e sacrifícios, mas, sobretudo, decepções, expostas em memórias publicadas por alguns dos expedicionários brasileiros, entre os quais os de patentes elevadas; não obstante às condecorações (nacionais e estrangeiras), à recepção festiva e a outras demonstrações de boas-vindas, sentiam-se, pouco tempo depois desprestigiados, atribuindo esse procedimento de seus colegas, em funções no Brasil enquanto eles lutavam na Itália, como demonstração de inveja e de ambição por promoções, das quais reconheciam ser menos merecedores, abstando-se, no entanto, em detrimento da justiça (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 16).

A intenção seria ainda de desfazer-se dos boatos de “uma possível intenção dos oficiais da FEB, de forçarem a deposição do presidente Vargas” e dar voz “às queixas e injustiças” propagadas desde a explicitação do caráter discriminatório das convocações, “pelo qual foram dispensados vários mediante recomendações de pessoas influentes e substituídos na tropa a embarcar para a Itália por outros sem a dita proteção”. Para os autores, é preciso reparar o dito “ostracismo” em que os pracinhas foram colocados “logo depois de 1945” com as suas “passageiras demonstrações de júbilo”. Ocultam-se aqui as comemorações do dia da vitória para reafirmar que os testemunhos dos combatentes sobreviventes do passado tinham a utilidade de dar um exemplo para o presente, ou seja, eles “deveriam sensibilizar os contemporâneos como advertência quanto à irracionalidade de qualquer solução por via das armas” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 17).

Essedever de memória pautado no tópico do exemplo que o passado pode dar ao presente torna essa escrita histórica próxima à metamemória de Gomes de Matos, na sua descrição prescritiva baseada no valor da coragem e, também, ao trabalho de memória de Galeno ao tentar forjar uma identidade de luta para a cidade de Fortaleza. Esse dever de memória dos autores irá direcionar o trabalho de coleta de documentação, que, como vimos acima, será relacionado a uma concepção da Segunda Guerra proposta através do conceito de totalitarismo, que é resumido da seguinte forma:

[...] os governos totalitários da Europa visavam à despersonalização do homem, ditando-lhe todo o comportamento em uma tentativa de submetê-lo inteiramente a todas e quaisquer normas e especificações segundo a razão de estado e o programa do partido único, algo difícil de compreender naquele continente de alta cultura quando foge à consideração o predomínio, em grande parte da respectiva população, de uma racionalidade abstrata, além de preconceituosa (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 39).

Segundo os autores, a Segunda Guerra seria uma consequência da primeira Guerra Mundial que tinha como causa maior a “incapacidade dos estadistas vitoriosos no campo de batalha” de consolidarem a paz e superarem a emergente contenda “ideológica surgida na política internacional com a “Revolução Bolchevista” no antigo Império Russo, em 1917, inspirada na versão de Lenin do comunismo proletário de Marx” (AZEVEDO; NOBRE, op. cit.). Contra os “bolchevitas”, os governos dos países democráticos “admitiram em outros totalitarismos uma barreira protetora, contemporizando com ameaça aparente menos próxima” (AZEVEDO; NOBRE, op. cit.). Assim, tanto o fascismo de Mussolini quanto a ascensão do nazismo de Hitler são caracterizadas apenas como reação ao comunismo.

Essa concepção aparenta alguma aproximação como que Enzo Traverso (2012, p. 120 - 128) chama de *declipse da memória do comunismo* em que a própria ideia de contestação é negatizada e remetida automaticamente à uma categoria genérica de “comunismo” e assim arquivada no capítulo “totalitarismo” da história do século XX deixando de lado qualquer caráter positivo que os sujeitos históricos lhe atribuíram anteriormente:

Na ideia de comunismo, havia certamente uma parte de ilusão, de mistificação e de cegueira de que apenas uma minoria, de entre os seus defensores, tinha consciência. Estava, contudo, fortemente enraizado na sociedade, na cultura e nas expectativas populares. Comunismo era uma palavra portadora de múltiplos significados. Queria dizer tomar em mãos o seu próprio destino, emancipar-se, bater-se contra o fascismo, contra a injustiça, contra a opressão, construir uma sociedade de iguais. Remetia também para realidades mais sombrias: o avanço “libertador” do Exército Vermelho, a disciplina, a razão do partido, cálculos maquiavélicos e ameaças totalitárias ombreavam-se numa dialética histórica que a “era dos extremos” tinha levado ao seu paroxismo (TRAVERSO, 2012, p. 121 - 122).

Ainda para Traverso (2012, p. 124), a recordação dos “campos de concentração nazistas une-se, após a queda do muro de Berlim e o desmoronamento do Império Soviético, à memória dos socialismos existentes”, tornando-as indissociáveis e transformando-as nos ícones maiores de uma “era de tiranos” definitivamente acabada. Nessa concepção, o nazismo serviu de parâmetro para medir “a dimensão criminal do comunismo, rejeitado em bloco – regimes, movimentos, ideologias, heresias e utopias incluídas - como um dos rostos da barbárie”. O resultado ideológico genérico dessa concepção é que, “se o nazismo e o comunismo são os inimigos irreduzíveis do

Ocidente, este deixa de constituir o seu berço para se tornar a sua vítima” (TRAVERSO, op.cit.).

Discorreremos agora sobre a característica do livro sendo gestado dentro do *campo historiográfico tradicional*, já que Geraldo Nobre era membro efetivo do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará. Fundada em 1887, essa instituição concentrava a elite letrada da província da época, que apesar de não ter uma formação para historiador nos termos atuais, foi pioneira na coleta e sistematização da documentação histórica sobre o Estado. As suas obras nasceram sob a influência da criação do Estado Republicano, o que lhe acarretou o papel de construtor dos traços identitários do povo brasileiro:

Foram responsáveis, portanto, pela produção de um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando e que a história reivindicava para si um estatuto científico, alicerçado em sólida pesquisa documental. Todo esse esforço foi canalizado para a construção da ideia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil (CALLARI, 2000, p. 60).

Até os dias de hoje, os esforços de pesquisa e de coleta de documentos estão alicerçados sobre essa origem. Passado um século da sua criação, na época do lançamento do livro, em 1998, o Instituto do Ceará passava para uma nova etapa de sua historiografia. Caracterizada pelo aparecimento de formulações semelhantes à Nova História, com mais afinco sociológico e de fundo culturalista, mas, por outro lado, ainda obediente aos “critérios metodológicos de extração factualista/positivista, as que souberam levar adiante o campo de pesquisa, proporcionando uma temática mais diversificada e utilizando novos procedimentos heurísticos” (MONTENEGRO, 2003, p. 221).

Dessa forma, a ruptura deve-se à escolha de uma temática mais contemporânea e, também, à utilização de fontes não oficiais (exemplo: cartas de contemporâneos da Segunda Guerra Mundial e a inclusão da subjetividade com a utilização das próprias lembranças dos autores). Já a continuidade perceptível na escrita da História, produzida por aquele Instituto do Ceará oitocentista, é o rígido tratamento e a busca incessante pelas fontes.

Essa influência positivista no método de construção da análise é sentida não só na fetichização do documento como portador da verdade, como, também, na questão da

temporalidade. Essa questão mostra-se mais evidente ao lermos o prólogo do livro intitulado de *Algumas razões para lembrar a Segunda Grande Guerra*, em que os autores comentam a relação entre o desinteresse pelo estudo da História e o devir da humanidade pós-Segunda Guerra Mundial:

Infelizmente, a aversão à História torna as pessoas volúveis, pois, como se costuma dizer, a liberdade, a dignidade e todos os valores positivos somente preocupam aqueles sob a ameaça de perdê-los, ou aos expropriados de seus direitos e garantias; expressões eloquentes e palavras de ordem pelas quais muitos foram galvanizados naquela emergência e levados às agruras de uma campanha militar contrariamente ao instinto natural de sobrevivência, perderam o significado nos anos subsequentes a 1945, quando proporcionaram a vitória, sem, no entanto, mais uma vez, triunfar a causa da paz (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 11).

Para os autores, o desconhecimento da História tornaria as pessoas desapegadas dos valores positivos da humanidade, o que torna o seu contrário verdadeiro, ou seja, o conhecimento da história seria o condutor necessário para o desenvolvimento progressivo, racional e contínuo dos povos em direção à liberdade e à paz. Recolocar em pauta o período da guerra é combater a exacerbação desse desconhecimento, o próprio esquecimento. Para eles, “as consequências de uma guerra como a de 1939-1945 são muitas, extensas e importantes, porém duas ou três gerações bastam para ela ser esquecida, como página virada da História”, o que seria “inquietante”, já que, na “consciência exata” dos autores, são “[...] os conflitos a grande praga da civilização, talvez acrescida com novas técnicas, mas contaminada pelo mal da inoculação do ódio” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 14).

Segundo Reis (2005, p. 36 – 42), essa História de pretensões científicas originária do século XIX trocou a influência metafísica da histórica (o sistema, a história universal, a razão invariante que governa o mundo) por uma atitude mais realista, o que gerou o *culto do fato realmente acontecido* e a não submissão do fato a princípios absolutos. “Não se quer mais discutir a universalidade ontológica da História, mas a possibilidade de uma universalidade epistemológica”. As várias orientações dessa escrita da História sustentavam que não queriam pensar especulativamente, não queriam falar sobre o “[...] dever-ser histórico, sobre o futuro, sobre o que fazer, sobre o sentido final da História”, mas sobre “a História tal como aconteceu, como fato, como ocorrência, como passado, como conhecimento de eventos únicos e irrepetíveis, singulares, situados documentalmente em uma data e um lugar”.

Observamos, conforme as citações acima, a formação de uma marcha para a História, ao acreditar que a sua função seria a de levar aos valores positivos da paz e da liberdade, conduzindo-nos, assim, a ponderar que essa tentativa de exclusão da Filosofia da História foi feita de forma ambígua, pois manteve ainda uma marcha para a história. Mudou-se aqui o princípio organizador, de uma razão universal imutável pelo fio condutor teleológico da liberdade. “O historiador-cientista ao mesmo tempo se apoia numa especulação sobre o sentido histórico e busca a ‘verdade’, isto é, uma representação realista do que de fato ocorreu” (REIS, op. cit.).

Diferente dos relatos dos memorialistas, não trata-se mais de um projeto pessoal de lembrar o passado baseado majoritariamente em sua própria memória, mas sim em uma escrita histórica pautada em um método com suas respectivas ferramentas interpretativas. Existe aqui uma diferença de concepção na relação entre o passado e o presente. Os autores possuem a preocupação de dedicar um capítulo aos “Antecedentes” em que discorrem sobre: as razões que levaram à deflagração da Segunda Guerra; um tipo de procura pelas raízes históricas do Ceará como uma “Fortaleza da democracia”, abarcando desde o povoamento da capitania até a mudança de hábito gerada pela Segunda Guerra; a relação entre a escalada ideológica internacional e a sua “evolução no Ceará” etc. Nos capítulos anteriores, percebemos como a escrita dos memorialistas operam imbricações entre a sua experiência vivida no decorrer do tempo e o presente da enunciação a fim de formar uma tentativa de reconhecimento de um no outro. Já a escrita da História coloca o passado ao lado do presente, baseado no modelo da sucessividade “(um depois do outro), da correlação (maior ou menor grau de proximidade), do efeito (um segue o outro) e da disjunção (um ou o outro, mas não os dois ao mesmo tempo)” (CERTEAU, 2011, p. 73).

Nessa escrita historiográfica de correlação e busca dos efeitos, o Quebra-quebra é elencado dentro da discussão inconcluída sobre a “quem coube a decisão naquele momento importante para os brasileiros” entrarem na guerra: se ao “Governo pressionado, ou não, pelos Estados Unidos” ou “aos governados, cedendo às manifestações ocorridas em 18 de agosto de 1942” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 14).

O capítulo dedicado exclusivamente ao evento é intitulado “Reação à Agressão” e desenvolve-se com uma ponderação dos autores sobre o processo de pesquisa, uma pequena descrição do que seria o evento e um balanço das suas motivações para, finalmente, montar um diametral do ocorrido com a apresentação do cabedal de fontes

coletadas e selecionadas. Na sua leitura do *front* interno através desses testemunhos, promove o Quebra-quebra como sendo “a referência principal” na “memória de muitos cearenses”:

[...] popularmente denominado “Quebra-quebra”, alusão ao grito de vingança dos condutores da multidão enfurecida, ao ter notícia do afundamento de navios nacionais, [...] atacando os manifestantes estabelecimentos comerciais do Centro da capital, arrombando-lhes as portas fechadas, depredando instalações e móveis e praticando o saque de mercadorias e objetos, pertencentes a estrangeiros, ou aos seus descendentes, de procedência dos países com os quais o governo romperá, no princípio daquele ano de 1942, as relações diplomáticas (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 58).

Posteriormente, os autores admitem que “versões diferentes circulam desde então, nem sempre compatíveis entre si” sobre quais teriam sido os motivos dos transtornos. Entre as razões do ocorrido, alguns atribuem a culpa aos ativistas cuja orientação seria de “saquear, sem ofensas físicas”, as pessoas apontadas como “integrantes da quinta-coluna nazifascista, de espiões e sabotadores”, porém, para os autores, seria mais “óbvio” que as mortes nos afundamentos implicariam “em uma responsabilidade muito maior para os incitadores” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 57). Discorrem ainda sobre a possibilidade, levantada por terceiros e considerada improvável por eles, de “um ardil oficial para justificar a declaração de guerra aos países totalitários agressores” como “imposição popular” devido à “estranhável coincidência” da ausência, naquele dia 18 de agosto, das autoridades civis e militares, “notadamente do interventor federal Menezes Pimentel”, embora se justifiquem como interessadas em observar o treinamento de manobras militares no interior do estado. Ao final desse balanço, os autores deixam em aberto a resposta para a pergunta sobre a motivação do evento não possui outra “explicação além da indignação por motivo daqueles afundamentos e do enraizado conflito ideológico no subconsciente de alguns dos responsáveis” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 58). A postura interpretativa é da busca da neutralidade através de uma concepção do acontecimento como aquilo que simplesmente aconteceu, distanciando-se, através de algumas ponderações, sobre o que outros dizem ser suas causas.

A ausência de documentos oficiais estimulou os autores a procurarem por outros documentos, como as declarações de pessoas envolvidas no episódio (o próprio Gomes de Matos colabora com o livro, anexando o seu testemunho e as suas fotografias), partes dos processos judiciais e os depoimentos escritos por funcionários e familiares dos

proprietários dos estabelecimentos comerciais atingidos. Para os autores, mesmo diante desse excesso de falas, ainda existe aqui uma ausência já que esses testemunhos não permitiram ter “uma abrangência maior e a certeza absoluta” sobre os fatos devido à “impossibilidade de testemunhar tudo quanto ocorreu e à natural deficiência da memória decorridos mais de cinco decênios” (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 58).

Stênio Azevedo e Geraldo Nobre mostram as cartas e as partes do processo, mas as tornam insuficientes devido ao esquecimento. Seu relato opera um duplo procedimento, pois transforma esses testemunhos em uma reserva de sentido ao mesmo tempo em que os torna visíveis. Define-se aqui uma posição do saber em face a essa ausência:

Mais de meio século depois, a Segunda Grande Guerra nada tem a ver, aparentemente, com o cotidiano da vida de todos nós viventes, pois, em grande maioria, não estamos capacitados a reconhecer as consequências decisivas de uma luta cujas características envolviam o destino não de alguns países, mas da humanidade geral, ameaçada pelo totalitarismo antidemocrático, ultranacionalista e impiedosamente racista; enfrentá-lo e derrotá-lo era o dever das gerações daquele tempo diante das futuras, cuja liberdade e dignidade ficariam, em caso contrário, comprometidas (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 117).

O ausente aparece aqui através de uma determinada ignorância quando se afirma a aparente falta de correlação do hoje com o ontem da guerra e, também, quando se afirma que “não estamos capacitados”. Constrói-se uma posição de saber face ao leitor ou ao pesquisador de hoje que abre e lê os documentos exibidos; de saber do intelectual erudito face aos testemunhos tidos como incompletos, que classifica e recoloca os documentos para dizer o que aconteceu a partir desse não-saber da totalidade do significado daquela experiência.

Esse tornar legível o evento através da operação de produção dessa reserva do ausente não deve ser apenas atribuído à imagem comum, que mostra o historiador como detentor dos documentos inéditos e que restringe o seu acesso para garantir o seu posicionamento interpretativo, formando algo como um monopólio do saber, mas trata-se de uma operação textual da própria constituição do saber histórico. Recolocar esses documentos e tirá-los do passado não é subtrair as vontades dos sujeitos históricos, mas produzi-los e rearranjá-los no passado como um ausente.

A ausência desses sujeitos é tratada e reparada nas descrições que lhes dão corpo ao mesmo tempo em que explicitam as suas concepções de democracia, de totalitarismo,

de Estado etc. Ocorre aqui uma operação de substancialização do passado. O que ocorreu não são só palavras, já que o evento ganha nomes e lugares, compondo situações, mas opera-se um desvio: transforma-se em texto não só o Quebra-quebra, mas as vozes anteriores que tornam possível o seu fazer-se. Com essa inscrição do acontecimento na História ocorre uma transmutação da sua violência: os alvos das agressões não são mais apenas as próprias coisas do passado vivido que está em jogo, mas agora são as palavras e os discursos que alinham e formam uma concepção do que pode fazer parte da história, do que é democracia e de quais valores positivos ou negativos constituem esses dois.

Esse ato fundador de inscrição do Quebra-quebra identifica-se com um escândalo teórico do acontecimento geral. “Esse escândalo do acontecimento que é o da conflagração dos discursos e da confusão dos tempos” (RANCIÈRE, 1994, p. 39). O acontecimento funda-se no excesso de fala, operando, o que Rancière chama de um *deslocamento do dizer*: é uma apropriação “fora da verdade” da palavra do outro no seu outrem que a faz significar diferentemente; que faz raciocinar no presente a voz do passado, na vida ordinária de hoje a linguagem do ontem. “O acontecimento tira sua novidade paradoxal por estar ligado ao dito re-dito, ao dito dito fora de contexto, fora de propósito. Improriedade da expressão que é também uma superposição indevida dos tempos” (RANCIÈRE, op. cit.). Para esse autor, a própria novidade das interpretações do acontecimento funda-se nessa impureza dos tempos.

Contanto, cabe ao historiador olhar “por cima dos ombros” dessas conclusões e dar uma nova leitura a esses testemunhos. Essa pluralidade de vozes, não levada adiante na interpretação de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre, trouxe-nos à tona uma outra versão do Quebra-quebra, a versão dos ditos estrangeiros. Aqui a descrição do Quebra-quebra de 1942 assemelha-se a uma tragédia:

A saída foi rápida e atabalhoada, todos saíram com a roupa do corpo, os dois filhos menores, que dormiam, foram enrolados num lençol e levados para o automóvel. Os bens mais valiosos, alguma reserva de dinheiro, permaneceram onde estavam. [...] A ideia era retornar à noite, após passar aquele momento de agitação.

Quando chegamos próximos ao Centro, diante da movimentação das ruas, de pessoas levando, outras arrastando peças de fazenda das ‘Casas Pernambucanas’, com sapatos da Loja Veneza, etc, nós ficamos preocupados com aquela agitação[...].

Não demorou muito, chegou o Sr. Cleuson Ladislau [...] trazendo a triste notícia de que tinham depredado, quebrado, saqueado, a nossa casa, a horta e o jardim.

Não houve agressão, porque ninguém se encontrava no local. Graças a Deus escapamos da fúria dos agitadores.

Foram momentos de desespero, muita dor, muito choro, ao vermos tudo o que tínhamos reduzido a um montão de lixo.

O papai chorava ao se encontrar com uma família, esposa e sete filhos (a última filha, Rosa de Lima, nasceu 12 dias após o “Quebra-quebra”, 30 de agosto de 1942). Filhos todos pequenos, estudando, era duro para recomeçar uma nova vida (AZEVEDO; NOBRE, 1998, p. 100 - 103).

Esse é o depoimento de João Batista, filho do imigrante Jusaku Fujita, da família que construiu o Jardim Japonês. Nesse último relato não há mais lugar para lembrar aquele passado com satisfação e orgulho, aqui reina mais a tristeza e o infortúnio. Antes, a violência desmedida era justificada pela causa patriótica e o desejo de que o país declarasse guerra ao Eixo, agora, aparecem mais as angústias e preocupações com as consequências desse acontecimento, que não versa sobre a entrada do Brasil a favor dos Aliados, mas sim sobre as dificuldades financeiras para recomeçar a vida. Nessa versão dos “estrangeiros”, não há legitimidade alguma nos ataques da multidão: o Quebra-quebra assemelha-se a um momento oportuno para o roubo. Pode até ser o centro de suas lembranças, mas, mais do que isso, é centro das dificuldades práticas e econômicas desse grupo.

Essa descrição por parte das famílias daqueles imigrantes prejudicados caracterizou uma irrupção de uma memória minoritária, a que tivemos um primeiro acesso garantido através do livro de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre. Observamos, até agora, pelo menos três tipos de enquadramentos presentes na documentação levantada pelo livro: a cívica e oficial do *front* externo, dada a ler pelos soldados da FEB; a do *front* interno dos estudantes, que aqui encontra sua fundamentação no seu nacionalismo; e uma terceira marcada pelo seu conteúdo emocional negativo. Observamos, então, que existe uma clivagem entre esses tipos de memórias, que não remete apenas à oposição entre o Estado e a sociedade civil, mas, também, a uma segunda oposição entre a sociedade e um determinado grupo minoritário, os “estrangeiros”. Os enunciados ligados aos testemunhos dos estudantes fabricaram uma forma de lembrar que não ratificou os testemunhos dos “estrangeiros” sobre o Quebra-quebra de 1942.

O que une essas duas versões é a sua sobrevivência por muitos anos dentro das redes de sociabilidade informais, opondo-se à legitimidade do silêncio do momento do ocorrido. Essas lembranças silenciadas e, até certo ponto, indizíveis, foram zelosamente guardadas, passando despercebidas pela sociedade englobante até o momento da sua

maior divulgação.No próximo tópico, trabalharemos com esse significado antagônico do Quebra-quebra de 1942 a partir da aproximação das famílias dos imigrantes, tentando observar até que nível chegou essa contradição de significados.

3.2. As memórias ligadas aos imigrantes prejudicados

Inaugurado em 19 de novembro de 1943, por iniciativa do Centro Acadêmico Clóvis Beviláquia, da Faculdade de Direito do Ceará. Marco comemorativo da confiança das Nações Unidas na vitória das democracias contra as forças do obscurantismo nazi-nipo-fascista que ameaçava a humanidade.

Jusaku Fujita nasceu em Kumamoto, Japão, em 1890. Foi o primeiro imigrante japonês a chegar ao Ceará em 1923. Adotou a cidade de Fortaleza como sua terra e jamais retornou ao seu país de origem. [...] Por sua origem nipônica sofreu retaliações durante a Segunda Grande Guerra, quando perdeu todos os seus bens materiais e teve seu lar destruído. Aos 52 anos, reconstruiu a vida ao lado da família, com determinação e trabalho, valores trazidos do oriente e que se confundem com a coragem e a obstinação dos fortalezenses.Jusaku Fujita faleceu em março de 1979, em Fortaleza, cidade onde viveu entre o aroma das rosas e o verde das hortaliças do seu “Jardim Japonês” particular.

Os dois textos, cada um em seu tempo, tematizam a Segunda Guerra Mundial e não citam o Quebra-quebra de 1942. O primeiro texto pertence a um monumento, localizado em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), chamado de Obelisco da Vitória – que deve a sua concepção e construção, principalmente, devido à iniciativa dos estudantes da época, incluindo-se aqui Gomes de Matos, que era um dos membros da comissão¹⁰⁸. Mesmo antes do final da Segunda Guerra, o texto da placa de inauguração já declarava a confiança em um futuro para o seu determinado presente: a vitória dos Aliados sobre os inimigos do Eixo.Aqui afirmase um futuro-presente e preservando para o nosso presente os dois enunciados de que (1) a democracia como valor político não infringe os valores do Estado Novo através da(2) construção comparativa ao inimigo comum encarnado nas nacionalidades e nas ideologias do eixistas. Seríamos democráticos em comparação àqueles outros.

O segundo texto pertence ao Jardim Japonês Jusaku Fujita, inaugurado recentemente, em 11 de abril de 2011,por motivo das comemorações locais do

¹⁰⁸ Encontram-se inscritos na placa de inauguração o nome dos seguintes presentes na cerimônia: Dr. Francisco Menezes Pimentel (Interventor Federal), Dr. César Cals de Oliveira (Prefeito de Fortaleza), Prof. Dr. Otávio Lobo (Diretor da Faculdade de Direito), Prof. Perboire e Silva (Orador do C. Doc. da F. de Direito), Acad. Artur Eduardo Benevides (Orador do C. Doc. da F. de Direito), Acad. Thomaz Pompeu G. de Matos (Pres. da Comissão do Obelisco).

centenário da imigração japonesa. Sua construção deu-se após um amplo debate registrado na imprensa sobre a demora na entrega e a pertinência da obra: teríamos o que comemorar no centenário da imigração japonesa? Essa corrente imigratória foi tão forte assim? Trata-se aqui da reconstrução do antigo jardim da família Fujita que, numa parceria entre a Fujita Engenharia e a Prefeitura de Fortaleza, transformou-se em um misto de praça-jardim que está imersa na febre recordativa atual de patrimonialização da memória e que, por sua vez, baseia sua experiência temporal em trazer à tona, no presente, a história de superação de algo doloroso. A temporalidade do texto é pautada em um passado-presente.

Trata-se de vestígios de dois horizontes de temporalidade diferentes, mas que possuem uma semelhança no ímpeto de sua concepção: a tentativa de construção, consolidação e posse, física e simbólica, de uma memória monumentalizada da Segunda Guerra Mundial. Isso demonstra que a ação de instituir um patrimônio ou um monumento foi exercida por aqueles que se sentem possuidores ou que exercem a ação de possuir essa memória, e que, conseqüentemente, podem estar aptos a “[...] deflagrar (ou não) os dispositivos necessários para a sua preservação, de acionar (ou não) os mecanismos de transferência de posse entre tempos, sociedades e indivíduos diferentes” (CHAGAS, 2005, p. 117).

Nessa atitude de lembrar-se e desejar que o outro se reconheça nisso, existem pelo menos dois desalinhos de sentidos e significados entre os textos. O primeiro é se compararmos a leitura do primeiro texto, que valoriza a vitória dos Aliados e procura definir amigos e inimigos, enquanto, o segundo texto, evidencia-se a superação de uma injustiça: ao mesmo tempo em que rascunha uma aproximação de identidades entre os fortalezenses e o Oriente, afirma-se uma relação de amizade, até o ponto em que torna oculto o ato violento de quebrar das depredações com a utilização do impessoal “sofreu retaliações”. Um segundo desalinho aparente acontece, dentro do mesmo grupo minoritário das memórias ligadas à família Fujita, se compararmos essa tentativa positiva de conciliação de 2011 com a descrição apresentada no final do tópico anterior, presente no livro *O Ceará na Segunda Grande Guerra* de 1998, em que se salienta o infortúnio e o trágico.

Trabalharemos nesse tópico com esse segundo antagonismo: como é possível uma descrição dramática tornar-se posteriormente a base para uma conciliação? Como ocorreu essa mutação? Poderíamos afirmar que o tempo passou e mudou-se a visão

desse passado, como se uma coisa se transformasse naturalmente em outra, mas estaríamos negligenciando um processo histórico e sua análise, que envolve uma relação ativa dos atores com o tempo e a memória.

No grupo dos imigrantes, até quando o significado desse evento ficou relacionado mais ao sentido negativo e quando ele começou a se alterar e em decorrência de quais fatores? E os processos de reconstrução dessa memória ocorreram tal como na guerra ou diferente dela? Existiu aqui uma *luta pela memória* nos moldes propostos por Pollack (1989)? Existiriam vencedores ou vencidos? Quem seriam os vencedores? Para dar conta desse percurso, utilizaremos o recurso de algumas entrevistas e documentos pessoais encontrados durante a aproximação com pelo menos três núcleos familiares. Foram eles o senhor Francisco Cunto, os irmãos João Batista e Luzia Fujita e os dois irmãos Lígia e Antonio Laprovítera.

Trabalharemos essas entrevistas através de dois recursos: o primeiro é a utilização do conceito de geração, entendido aqui como “como unidades funcionais de recepção, interpretação e transmissão de experiências e memórias” (FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix [et al.], 2014, p. 39, tradução nossa); o segundo é através da integração da posição relacional do pesquisador diante do entrevistado na construção do objeto, o que expõe o constrangimento da situação de pesquisa, mas permite a compreensão de como a memória é construída através de uma “fusão de horizontes” entre o passado do Quebra-quebra de 1942 e a experiência do dia presente, possibilitando a marca do entendimento entre eles (FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix [et al.], 2014, p. 36, tradução nossa).

Um dos entrevistados que promoveu esse entendimento foi Francisco Matos Leitão Cunto, que nasceu em 1940 e é filho de Maria Violeta Leitão Cunto e do italiano José Cunto. Sua família gerenciava a Casa Cunto, alfaiataria e sapataria depredada em 1942 e localizada no centro da cidade de Fortaleza. Francisco Cunto formou-se em Engenharia em 1965 na Universidade Federal do Ceará, trabalhou no Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) até se aposentar; posteriormente, ainda prestou serviços ao Governo do Estado do Ceará durante a gestão de Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara no cargo de consultor da Secretaria de Recursos Hídricos. Sobre o período do Quebra-quebra, relembra:

Francisco Cunto: Meu pai e meu tio perderam tudo que eles tinham, roubaram máquinas, roubaram roupas, corte de tecidos, tudo foi levado, então

meu tio resolveu ir para São Paulo, porque a colônia lá é muito grande, ainda hoje é, acho que ela e a japonesa são as duas maiores colônias de estrangeiros no Brasil que tem em São Paulo. Então papai resolveu ficar aqui um tempo, mas foi pra São Paulo também. Eu já era nascido...¹⁰⁹

Esse deslocamento da sua família até São Paulo durou pelo menos 3 anos até o final da Guerra. Porém, antes de partir, seu pai ainda teria ficado recluso na Secretaria de Segurança de Polícia, fato esse que Francisco Cunto duvidava da sua veracidade: “Meu pai contou essa história, eu fiquei meio cabrereiro, pensando: ‘Será que papai não tá fazendo novela com a história e tudo?’”¹¹⁰. Ele só se autoconvenceu sobre a prisão quando um amigo mostrou uma narrativa sobre o ocorrido escrita pelo memorialista Ribeiro Ramos¹¹¹.

Nesse relato atual, teríamos alguns indícios que podem ligar a memória da geração de imigrantes que viveram aquele período com a questão do ressentimento¹¹². Além do sentimento de impotência, por ser alvo da violência das depredações, teríamos indícios de um possível sentimento de humilhação por ter um membro da família preso, e a necessidade de uma nova migração, para além da questão da necessidade econômica, relaciona-se com a fuga da vigilância, ou seja, uma forma de lidar com o sentimento de inferioridade de ser considerado um inimigo a ser vigiado.

A dúvida de Francisco Cunto sobre existência dos fatos salienta a problemática do compartilhamento dessas emoções: existe aqui uma margem de sentido entre uma geração e outra do que poderia significar o Quebra-quebra. Mesmo dentro desse

¹⁰⁹CUNTO, Francisco. Entrevista concedida a Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 13-05-2014. p. 3.

¹¹⁰CUNTO, Francisco. Op. cit., p. 13.

¹¹¹ “Francisco: Esse livro eu não consegui, porque dia desses eu fui na biblioteca dar uma pesquisada e tem dizendo aqui: ‘Entre os presos recolhidos na delegacia de ordem especial, se encontrava um membro da família Cunto, o meu pai, de quem o Valdo era muito amigo. O detido foi levado à presença e depois identificado. Tão logo entrou no gabinete, dirigiu-se ao meu irmão e perguntou, além de surpreso e indignado: ‘Como é, Doutor Zé Valdo, que o senhor, sendo meu amigo, sabendo que eu sou homem pacífico, que não tenho inimigo, ainda mais sou brasileiro [Mas ele não era não brasileiro não, ele disse que era brasileiro, mas não era não porque nunca se naturalizou] O senhor mandou me prender? Sereno como as condições lhe permitiam, Valdo lhe respondeu: ‘Não mandei prendê-lo, mandei buscá-lo e que o trouxesse para cá em segurança apenas para lhe salvar a vida’. Um mestre, um poeta, dois homens no meu caminho de Ribeiro Ramos, vou atrás desse livro, um amigo meu que achou e mandou pra mim”. In.: CUNTO, Francisco. Op. cit., p. 13.

¹¹² Segundo Ansart (2004, p. 29), o historiador pode tomar para si a tarefa de trabalhar com as origens dos sentimentos individuais e coletivos. Essa tarefa estaria mais ligada “ao estudo dos costumes, dos usos da vida cotidiana que à grande história política”. É preciso transformar as formas de linguagem e os modos de comunicação em sintomas dessas emoções, entre as quais o ressentimento. Para isso, tornam-se fontes de pesquisa a distância gerada pela incompreensão recíproca entre as línguas, as imagens depreciativas contidas nos textos ou até em brincadeiras familiares, as representações agressivas com suas diversas motivações. “Será preciso ainda mostrar como esses costumes, essas atitudes, essas linguagens articularam-se para embasar ressentimentos e, eventualmente, permitir que se achesse a distância entre esse ressentimento e a violência aprovada e encorajada”.

convívio familiar, as lembranças desse evento estão situadas em uma “zona de sombra”, processando elementos como o silêncio e o “não-dito”. As fronteiras desses elementos com o esquecimento definitivo estão em constante margem de negociação conforme as circunstâncias do presente, que marcam a emergência de um ou outro aspecto.

Algumas dessas mesmas questões repetem-se na entrevista com João Batista Fujita, filho de Jusaku Fujita, o responsável pelo Jardim Japonês. João Batista Fujita seguiu carreira no Exército a partir de 1953. Saiu de lá como oficial e, com a experiência adquirida nas Armas da Engenharia, montou sua própria construtora na década de 1970 chamada Estrela. Sobre sua atuação na construtora, salienta que chegou a construir cerca de 60 mil casas nesse período. Hoje, a agora Fujita Engenharia, é administrada por seu filho Carlos Fujita. Na época do Quebra-quebra, João Batista Fujita tinha apenas 6 anos de idade. Ele pondera que possui lembranças próprias do período, mas que só conseguiu medir o significado do que ocorreu na convivência com o seu pai. João Batista narrou o evento da seguinte forma:

João Batista Fujita: Levou tudo, levou até os portais, telha, caibro, ripa, deixou só as paredes mesmo. Quando nós chegamos, aí pronto... eu chorava muito porque via minha mãe chorar, via minhas irmãs chorarem, aí eu chorava também, mas não tinha assim, eu não via o problema, não via como é que ia ficar a gente, eu era menino, né? Não tinha ainda uma formação.

Renato: Não dá pra medir muito, né?

João Batista Fujita: Mas que eu fiquei triste, fiquei, foi uma coisa muito... Eu vi meus pais chorarem e tudo, e foi assim uma catástrofe...¹¹³

Reafirma-se a questão da tristeza e da incerteza diante do futuro que aquele momento representou na memória da família. Além das depredações, João Batista relata também o problema da constante vigilância: “Era muito observado, o pessoal aqui, acolá passava o pessoal gritando: ‘Japonês e tal, vamos matar o japonês’ a gente não dormia direito porque pessoal afrontava muito a gente. Era muito difícil”¹¹⁴. Para fugir da perseguição, sua família adotou a seguinte estratégia: “Passamos a morar na casa dos empregados, na casa de taipa, as redes amarradas nas forquilhas, tudo de madeira, e os empregados passaram a morar na casa”¹¹⁵. Seu enquadramento da memória também está vinculado o sentimento de humilhação sofrido por seus pais, porémé vocalizado de forma mais explícita devido a essa inversão dos papéis sociais.

¹¹³FUJITA, João Batista. Entrevista concedida a Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 17-05-2014. p. 2 - 3.

¹¹⁴FUJITA, João Batista. Op. cit.. p. 11.

¹¹⁵FUJITA, João Batista. Idem, ibdem.

Os irmãos Lígia e Antonio Laprovítera (Totonho) fazem parte de uma terceira geração de descendentes de italianos que vieram residir em Fortaleza no começo do século XX. Não viveram o período, mas escutavam as histórias das guerras do seu avô Michele Laprovítera. A família Laprovítera gerenciava o Café Íris, que, mesmo localizado na Praça dos Voluntários, próximo à Delegacia de Polícia, também, foi depredado. Relembrem o ocorrido enfatizando a questão do trauma:

Antonio Laprovítera: Aí teve o Quebra-quebra e [Michele] ficou traumatizado porque era o refúgio da paz dele, aí quebram o negócio dele, invadem a casa dele, levam a família, o pessoal entrando lá atrás do rádio, e ele ficou preso.

Renato: Tavam atrás do rádio?

Antonio Laprovítera: Do rádio que ele se comunicava com a Itália, sabe, não tinha nada disso não. Na realidade, o vovô era anti-Mussolini, pra lá, foi uma das coisas que ele veio concordar, ele era pessoa boa, pessoa religiosa, politicamente não era não, até porque a religião dele não curtia as coisas do Mussolini.

Renato: Era mais...

Antonio Laprovítera: O negócio dele era vir pra cá, era um homem muito trabalhador, é um povo que não se envergonha do seu trabalho, qualquer que seja. Para tu ter uma ideia, depois que quebraram isso aí, que ele ficou traumatizado, assaltaram tudo e ele voltou à vida dele normal¹¹⁶.

Após as depredações a família troca o nome do estabelecimento para Café Iracema e transfere a posse do estabelecimento do avô Michele Laprovítera para o tio Orlando Laprovítera a fim de comprovar que a posse do estabelecimento estava na mão de um brasileiro para que não sofresse mais alguma coerção. Uma outra possível causa de ressentimento é expressada aqui devido ao sentimento de injustiça promovido pela falsa desconfiança da época ou então pela omissão das autoridades.

Em suma, nas entrevistas realizadas, conseguimos encontrar indícios das angústias e dos sofrimentos causados a essas famílias. Seria um erro encarar as denominações de súditos do Eixo, quinta-colunas e espiões nazifascistas apenas como um enfeite do discurso oficial ou uma paranóia desmedida da década de 1940. Essas denominações foram usadas para canalizar sentimentos de raiva contra o outro que geraram as próprias depredações. Através desses depoimentos, observamos que o seu emprego não se tratava apenas de um substantivo ou qualitativo da linguagem, ou até um conceito ou categoria analítica, mas se equivaleria à expressão de vários sentimentos negativos e problemas de vida concretos a serem enfrentados por esses sujeitos

¹¹⁶LAPROVÍTERA, Antonio; LAPROVÍTERA, Lygia. Entrevista concedida a Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 21-05-2014. p. 7.

objetivados pela política do Estado Vargas de coesão social naquele momento. Porém, devemos ter em conta que lembrar desses possíveis ressentimentos gerados pelo Quebra-quebra de 1942 não se equivale a experimentá-los no presente (ANSART, 2004, p. 31). Essa memória dos descendentes de imigrantesseria a manifestação da sua identidade em ação no presente da sua enunciação. Não estariam relacionadas apenas ao passado da década de 1940, mas também ao presente em quelembram. Aqui “o trabalho da memória é, então, uma maiêutica da identidade, renova-se a cada vez que se narra algo” (CANDAUI, 2012, p. 76).

Durante a pesquisa, tivemos acesso ao arquivo pessoal de Francisco Cunto no qual encontramos uma página antiga de jornal tratando sobre a vinda do seu pai, José Cunto, para o Brasil, o que torna a questão da continuidade de um ressentimento entre as gerações ainda mais problemática. A aproximação do jornal com a família ocorreu para compor a redação de uma matéria que informaria sobre a colaboração dos imigrantes para a cultura da cidade de Fortaleza. Essa matéria é datada de 1966 e foi veiculada no jornal *O povo* e escrita pelo jornalista Ernesto Renan. Discorre-se sobre o deslocamento do seu pai José e do seu tio Vicente Cunto, como teria sido a viagem, a chegada em Fortaleza e o processo de adaptação. Após demonstrarem como as barreiras iniciais foram suplantadas, apresenta-se o sucesso nos negócios interrompido por uma “profunda decepção” por terem tornado-se “uma das vítimas do segundo conflito mundial”. No tópico intitulado “O QUEBRA-QUEBRA”, caracteriza o acontecimento como “um grudo de exaltados [que] promoveu em Fortaleza um violento quebra-quebra depredando o patrimônio daqueles estrangeiros [cuja pátria formavam o Eixo]” e, em seguida, discorre sobre as suas consequências:

A Casa Cunto foi totalmente destruída, enquanto o sr. José Cunto permanecia num quarto de uma maternidade assistindo sua esposa, que lhe presenteava com o primeiro filho. O prejuízo causado atingiu os oito milhões de cruzeiros, tendo o Estado assumido a dívida que ainda hoje não foi paga. Passado os primeiros momentos de afobação, os irmãos Cunto, Vicente e José, vieram ver o preço que lhes custara ter o seu país participado da Segunda Guerra Mundial. Os despojos deixados eram o saldo de uma existência de trabalho, de dedicação, de esforço. Não censuraram a atitude dos brasileiros também atingidos pelo conflito, mas lamentavam a incompreensão dos homens, cuja ambição levava à loucura das guerras.¹¹⁷

¹¹⁷ “José Cunto: Nasci italiano, mas vou morrer cearense”. Jornal **O Povo**, 01/02/1966, Segundo Caderno.

Nesse trecho, fica evidente o caráter negativo daquilo que passou, “a grande decepção” que foi aquele tempo. Existência para o trabalho, dedicação e esforço foram reduzidos aos despojos. O próprio presente da maternidade é posto em perigo devido à dificuldade financeira gerada com a destruição da fonte de renda familiar. O encadeamento da participação do seu estado-nação de origem ao lado dos países do Eixo não seria sequer a sua própria derrota no *front*, mas sim os “8 milhões de cruzeiros” de prejuízo material.

Temos pelo menos quatro momentos emocionais vinculados ao evento que poderiam relacionar-se à questão do ressentimento: a decepção, a afobação, a não censura aos brasileiros e o lamento da incompreensão dos homens. Essa lista é complementada pelo título do tópico seguinte da matéria: “UM NOVO COMEÇO”. Por essa sequência, o acontecimento aparece como um marco negativo na trajetória familiar, porém, devido ao filtro do presente, já é apresentado como superado pela própria geração que viveu aquele período. O título da matéria salienta “Nasci italiano, mas vou morrer cearense” ratificando a sua superação dos sentimentos negativos após 24 anos do ocorrido.

Esse fragmento torna evidente a tensão que a reflexão sobre o passado opera. Ela distingue o aqui e o agora – “tarefas sendo feitas, idéias sendo formadas, passos sendo dados – de coisas, pensamentos e acontecimentos passados”, mas também une através dessa “percepção amplamente inconsciente da vida orgânica”. Essa “união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele” (LOWENTHAL, 1998, p. 65).

Durante as entrevistas com os descendentes realizadas para essa pesquisa, ficaram evidentes os elementos de distanciamento desse possível ressentimento, principalmente através das falas que apontam para uma solidariedade pós-depredações. Os Laprovíteras enfatizam a máquina de pipoca cedida por um terceiro, que ajudou na manutenção do orçamento familiar enquanto o Café era reconstruído:

Antonio Laprovítera: Aí ele disse assim: “Mas eu não tenho como lhe comprar?” Aí ele financiou para o vovô, aí ele disse: “Não, eu lhe financio”, aí o vovô teve a 1ª máquina e chegou a ter 3 máquinas, que naquela época 3 máquinas era coisa assim... e tome pipoca, e lá em casa a vovó, a mamãe, o tio Orlando, e até as amigas da mamãe iam pra lá para fazer o saquinho. Não

tinha nada industrializado não, faziam o saquinho, fechavam com goma e tudo...¹¹⁸

João Batista Fujita relembra os empréstimos obtidos pelo seu pai com juros reduzidos devido à solidariedade com a situação da sua família:

Renato: Demorou quanto tempo assim pra reconstruir a casa, como é que foi depois do Quebra-quebra? Como é que foi?

João Batista Fujita: Demorou muito, demorou uns três anos, nessa época, 42, aí meu pai vivia chorando. Perguntou para o meu irmão o que ele queria ser, e disse: “Eu queria ser médico”, ele disse: “Meu filho num dá, não, que não tem médico aqui, não tem como”. Aí chorou demais. Vivia chorando, papai teve pena e pediu emprestado, meu pai tinha muito crédito, pessoal tinha pena do meu pai, crédito e pena, sabia que era homem direito e tudo, emprestaram 500 reais, naquela época era dinheiro demais, ele foi pra Recife fazer vestibular e passou, aí lá ele se virou e pronto, não precisou mais mandar dinheiro para ele¹¹⁹.

Outro marco temporal recorrente dentro desse processo de superação desse passado doloroso é explicitado ao se discorrer sobre a entrada desses descendentes na universidade, formando uma cadeia factual comum dentro dessas memórias familiares através desse sentido: se as depredações significariam as incertezas diante do futuro, então o ingresso no ensino superior seria a garantia dele.

A união entre o passado da geração que viveu o período da Segunda Guerra com essas gerações posteriores é promovida por estas de forma mais positiva através da imaginação de uma comunidade imigrante¹²⁰. Cria-se um elo significativo entre o presente e uma anterioridade representada por algumas heranças dotadas de uma duração imemorial representadas, por exemplo, quando Lígia Laprovítera afirma “Eu acho que a gente tem também isso no sangue, porque eu lhe digo que, quando eu fui pra Itália, eu achava assim que tava em solo próprio, a gente se sente”¹²¹. O processo de rememoração do Quebra-quebra no presente por esses descendentes teria sua motivação maior na busca dessas raízes culturais. Mesmo não falando a língua fluentemente ou

¹¹⁸LAPROVÍTERA, Antonio; LAPROVÍTERA, Lygia. Op. cit.. p. 9.

¹¹⁹FUJITA, João Batista. Op. cit.. p. 12.

¹²⁰ Anderson (2008, p. 32 - 34) propõe trabalhar a reivindicação das identidades de grupo em termos imaginativos. Para ele, a nação, por exemplo, é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Esse grupo seria imaginado porque “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”, enquanto a nação formaria uma comunidade porque “independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”.

¹²¹LAPROVÍTERA, Antonio; LAPROVÍTERA, Lygia. Op. cit.. p. 17.

distantes dos seus familiares que vivem nos países de origem das suas famílias, João Batista, Antonio e Lígia Laprovítera evidenciam, durante as entrevistas, a construção desse sentimento de comunhão que atravessaria a história das suas famílias. João Batista, na época do centenário da imigração japonesa, afirma que “a organização e a união da comunidade japonesa trouxeram resultados positivos não só para a economia brasileira como para as futuras gerações de descendentes”¹²², sintetiza esse investimento de memória através da imaginação de uma comunidade entre um país e outro.

Para finalizar esse tópico, voltemos à leitura dos monumentos que poderiam remeter a uma percepção pública sobre o passado da Segunda Guerra. Poderíamos achar os enunciados e encarar os seus antagonismos de significados rapidamente como uma luta pela memória. Esse conceito é definido pela disputa que envolveria os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, que, muitas vezes, apresentam-se em desacordo entre si ou, até mesmo, em confronto com uma referência oficial, ou seja, uma memória coletiva nacional forjada pelo poder instituído (POLLACK, 1989). Entretanto, comparando o Quebra-quebra de 1942 com a polêmica envolvendo a memória do Holocausto, a Shoah, ficamos desconfiados com a utilização desse conceito no nosso caso em específico.

Pierre Vidal-Naquet (2008, p. 14) qualifica bem o dito movimento revisionista de negação do Holocausto com os seus supostos preceitos, as suas vinculações institucionais (universidades, editoras, jornais, centros de memória etc) e o amplo debate público provocado por eles. Essa polêmica discorre principalmente sobre a existência ou não das câmeras de gás e envolve uma discussão metodológica estruturada, através de vários meios de comunicação sobre a utilização e significação de alguns documentos, como relatórios do alto escalão nazista. O refinamento é tanto, que o autor questiona-se sobre o próprio significado da sua intervenção: existiriam múltiplas razões para não intervir, como por ser judeu e por não trabalhar com o período, por exemplo, porém o próprio ato de responder ao debate seria uma forma de admitir o argumento inadmissível da existência de duas “escolas históricas”: a “retrcionista” e a “exterminacionista”.

Já no caso Quebra-quebra de 1942 nossa pesquisa revelou que o grau de animosidade na disputa pela detenção dessa memória não é tão protuberante e estruturado. Enquanto as contrariedades no caso do Shoah chegam ao ponto de

¹²²“Japão-Brasil 100 anos de imigração”. Jornal **Diário do Nordeste**, 11/02/2008. Caderno Gente.

promover a violência física entre os seus opositores, no nosso caso o processo de erupção da memória ainda se encontra em desenvolvimento. Essas memórias apresentam-se, muitas vezes, silenciadas e recolocadas em público pelo próprio trabalho de memória promovido por essa pesquisa. Mesmo a coerência de uma disputa entre dois grupos, os “estudantes” e os “imigrantes”, encontra-se apenas no nível do enquadramento da memória e não se estende a uma reivindicação coletiva contra a forma de lembrar de determinado grupo.

Algumas vezes, os próprios enquadramentos confundem-se, nas entrevistas João Batista qualificou o evento muitas vezes como uma “represália”, o que poderia indicar uma absorção do enquadramento da memória compartilhado pelos estudantes. Para exemplificar melhor, podemos discorrer um pouco mais sobre a aproximação com a família Fujita, principalmente na visita à Luzia Fujita. Logo depois de nos apresentarmos, ela me faz a seguinte pergunta “Quais os livros que você leu a respeito do Quebra-Quebra?”. Depois de citar o livro de Blanchard Girão, vocalizou uma narrativa com a mesma concatenação factual, mas enfatizando a fuga atabalhoada da sua família da casa onde morava e as dificuldades vividas posteriormente. O antagonismo entre os enquadramentos da memória do Quebra-quebra ficaram restritos apenas ao uso do passado para formação de determinadas identidades: Gomes de Matos deseja promover uma identidade familiar regenerada, Alberto Galeno promove uma identidade de luta para Fortaleza e alguns descendentes de imigrantes procuraram ações afirmativas das suas raízes culturais familiares.

Temos a formação de grupos práticos: aqueles que possuem uma origem familiar não-brasileira e aqueles que eram estudantes e pró-aliados, porém não se formaram grupos instituídos com desavenças maiores entre si. Se concordarmos com Bordieu (2008, p. 119) que é “através da constituição dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações”, então a denotação de uma luta por uma memória dita como coletiva não possui uma pertinência até o presente momento.

Um fato que se desenvolveu após o dia do lançamento do álbum torna essa “luta” ainda mais questionável. Talvez devido à divulgação do lançamento da edição fac-similar do álbum nos jornais e na televisão, Gomes de Matos foi procurado por várias pessoas que tinham alguma lembrança direta ou indireta sobre os tempos da guerra. O próprio Francisco Cunto foi uma dessas pessoas. Após tomar conhecimento da publicação do álbum, ele descobriu que era paciente de um dos filhos de Gomes de

Matos. O Quebra-quebra de 1942 tornou-se um motivo para se congratularem afirmando esse passado em comum que lhes aproximava no presente.

Considerações finais

O Quebra-quebra de 1942 é um acontecimento que talvez não precise ser lembrado. Entretanto, optamos por fazê-lo não apenas para tornar explícita uma certa dissonância nos significados atribuídos a ele, já que ora é tido como uma forma organizada de resistência, ora como despossuído de razão, ora como justificável, ora como injustificável. Assim, o acontecimento poderia ser considerado uma dessas “dissonâncias a partir das quais não se pode construir qualquer harmonia” e que, portanto, seria preciso dissolvê-lo no tempo longo junto com as suas singularidades, porém optamos por tratá-lo como uma tipo de dissonância sobre a qual ainda precisamos nos debruçar para que nos seja possível observar as complexidades desse processo *de tornar-se* acontecimento (RANCIÈRE, 2002, p. 9).

E, afinal, o que tornou o Quebra-quebra de 1942 um acontecimento a ser lembrado? Para responder a essa pergunta observamos que existiu um movimento de crescimento discursivo que contribuiu para isso, porém não garantiu por si só o seu valor como passado. Naturalizar esse crescimento por si só como garantia do status do passado confere um certo valor mágico, um *per se*, que não levaria em conta a produção social de si dos sujeitos como detentores do passado e, também, de como a própria presença desse acontecimento no presente é algo socialmente negociado. Alguém precisa se *posicionar*, tanto no tempo quanto no espaço, diante dele, para formá-lo, compartilhá-lo e tentar conformá-lo enquanto tal. Um segundo problema relacionado a essa naturalização é o de compreender os investimentos simbólicos de memória apenas como vetores produtores de lembrança, deixando de lado a questão da seletividade e o próprio trabalho de esquecimento na atualização do passado. O foco em determinados aspectos e não em outros, assim como a escolha de determinadas palavras e não outras mostrou que a linguagem possui uma espessura a ser desvendada. Ela não é um espelho daquilo que está fora dela. O discurso como passado do Quebra-quebra não estava interessado apenas em (re)apresentar o que estava longe, mas ligava-se aos vários desejos prescritivos dos sujeitos que operaram deslocamentos entre os significantes e os significados.

O nosso próprio trabalho é um desses discursos que operam uma nova configuração para o acontecimento. Pretendeu-se aqui apontar caminhos possíveis na abordagem dessa História da Memória, mesmo que ainda nos situando em uma zona de

transição entre duas abordagens: no capítulo 1, estávamos sob a busca do antes do acontecimento, sob o signo dos conceitos de fonte e contexto; apenas a partir do capítulo 2 tentamos tratá-lo pelo seu depois sob o conceito de vestígio significativo. A escolha entre uma posição e outra pode ter deixado a redação do trabalho um tanto confusa, porém retrata bem o percurso da própria trajetória da pesquisa dividida nos seguintes capítulos.

No capítulo 1, tentamos observar, através dos memorialistas e dos periódicos da época como eram fabricados parâmetros de disciplinamento através da promoção da defesa passiva e da construção do inimigo comum. Além de situar o Quebra-quebra como um acontecimento ambíguo dentro dessas exigências, observamos que não se tratou de uma manifestação tão espontânea da multidão, já que se encontrava na esteira desse horizonte ideológico majoritário.

Começamos o capítulo 2 discorrendo sobre o silêncio nos periódicos da época para depois analisarmos como enquadramentos da memória de Thomaz Pompeu Gomes de Matos e Alberto Santiago Galeno atualizam o passado através das suas metamemórias. Gomes de Matos toma para si a posição de empreendedor da memória desse evento através do seu álbum de fotografias e do livro de memórias. Observamos como o seu fazer lembrar o Quebra-quebra de 1942 relacionava-se à construção de uma identidade de si através de uma escrita que deveria restituir o passado da sua família. Para não estabelecer um elo único desse processo de transmutação das depredações no acontecimento Quebra-quebra de 1942, estabelecemos, no decorrer dos capítulos vários inícios interpretativos tentando demonstrar como existe um emaranhado complexo de investimentos simbólicos no processo de dotar de duração e sentido esse determinado acontecimento. A interpretação de Galeno seria um desses inícios: nela o Quebra-quebra é usado na produção de uma identidade de luta para a cidade de Fortaleza do início dos anos 1990.

No terceiro capítulo, tratamos de como Stênio Azevedo e Geraldo Nobre produziram uma escrita da história da Segunda Guerra Mundial e do Quebra-quebra de 1942, tentando perceber as diferenças e semelhanças com as escritas metamemoriais anteriores. O trabalho profícuo de investigação promovido por esses autores permitiu-nos ter acesso ao enquadramento de memória dos imigrantes prejudicados pelas depredações, que, ao contrário dos enquadramentos anteriores ligava-se mais à tristeza e ao infortúnio das dificuldades práticas e econômicas enfrentadas naquele período.

Através da aproximação com os descendentes dessas famílias, pudemos observar a dinâmica desse enquadramento no presente, buscando ir além da sua utilização para recompor o ano de 1942.

Nas nossas tentativas de buscar interseções nas memórias de Gomes de Matos, Alberto Santiago Galeno, Stênio Azevedo, Geraldo Nobre e das famílias dos imigrantes, observamos que elas estão abertas umas às outras chegando a formar um núcleo narrativo comum, porém, eles não reclamam o mesmo objetivo e encontram-se em horizontes de ação diferentes tornando fraca a pertinência de conceito de uma memória coletiva coesa relacionada ao Quebra-quebra de 1942.

Este trabalho não pretende encerrar a História da Memória desse acontecimento. Se existiram tantas maneiras de viver aquele presente, existirão ainda outras maneiras de escrevê-lo como passado.

Bibliografia

ABREU, Berenice. **O Raid da Jangada São Pedro**: Pescadores, Estado Novo e Luta por direitos. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2007.

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Cotidiano das classes populares na cidade de Fortaleza durante o Estado Novo**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 21, 1998.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **A cidade das Máscaras**: Carnavais na Fortaleza das Décadas de 1920 e 1930. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. 3^a ed. São Paulo: Editora WMT Martins Fontes, 2012.

BERGSON, Henri. O riso: ensaio sobre a significação do cômico Apud SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro [et al.]. **Comportamentos** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BONA, Aldo Nelson. **Paul Ricoeur e uma epistemologia da História centrada no sujeito**. Tese (Doutorado na área de concentração em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: O que falar quer dizer. 2^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 7^a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
_____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, n. 40, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**. São Paulo: Papyrus, 1998.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **História e psicanálise: entre a ciência e a ficção**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp/Geração Editorial, 2000.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846 - 1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. **Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes**. In: Projeto História. São Paulo, v. 17, 1998.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano**. In: Varia história, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, Julho, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tocam o real**. In: PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG, v. 2, n. 4, 2012.

DOS SANTOS SILVA, Julio Cesar. **A construção do pan-americanismo na revista em guarda: o olhar norte-americano pela defesa das Américas (1941-1946)**. Patrimônio e Memória, v. 5, n. 2, 2009.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 1993.

ECO, Humberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Tradução Jorge Vaz de Carvalho. Portugal: Gradiva Editora, 2011.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2ª ed. Itajaí: Ed. Univali, 2005.

FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix [et al.]. **Entangled Memory: Toward a third wave in memory studies**. In: History and Theory, n. 53, 2014.

FERREIRA, Jorge Luiz; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: MinC. - IPHAN - DEMU, 2007a.

GONÇALVES, Williams da Silva. A Segunda Guerra Mundial. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). **O Século XX**. Vol.2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GONÇALVES, Daniel da Costa. **Memórias de um dia: o Quebra-quebra de 18 de agosto de 1942 em Fortaleza**. Fortaleza, UECE: Monografia de conclusão do curso de Lic. em História, 2007b.

GRAMMONT, Guiomar de. **Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. **O historiador e a fotografia**. In: Projeto História, São Paulo, v. 24, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (orgs.). **Passados recompostos**; campos e canteiros da história. Tradução Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la Memória**. Madrid: Siglo XXI, Social Science Research Council, 2002.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941 - 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LAENA, Valéria. Entrevista. In.: CEARÁ, Memorial da Assembleia Legislativa do. **Cadernos Tramas da Memória**. Instituto de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Estado do Ceará – n2, jun. 2012 – Fortaleza: INESP, 2012.

LEFBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2a ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

LOPES, Raimundo Helio. **Os batalhões provisórios**: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará 1932).Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. In: Projeto História, São Paulo, v. 17, nov. 1998.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem**: Fotografia e História Interfaces. In: História Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n 2,1996.

_____. **Poses e Flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultura material**: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n °. 21, 1998.

MONTENEGRO, Abelardo F. Gomes de Matos – O Homem. In.: MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Gomes de Matos – **Itinerário de uma vida**. Fortaleza, CE: 1986, livro não publicado.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da pátria a(r)mada**: O Centro Estudantal Cearense em Fortaleza, 1931 - 1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MOURA, Gerson. **Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-1942**. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 06, no 12, 1993.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil – A penetração cultural americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Coleção Outros Diálogos, 2000.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, A. G. R. Comemorações, temporalidades e práticas de preservação do patrimônio cultural. In: RAMOS, F. Régis Lopes; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo (orgs.). **Cultura e Memória: Usos do passado na escrita da história**. 1ªed. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural - UFC / Instituto Frei Tito de Alencar: Fortaleza, Ceará, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Papito de (org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922 - 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das trevas: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 - 1932)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

_____. **“Brasil soviético?! Nunca.”: anticomunismo e Estado autoritário no jornal católico “O Nordeste” (Fortaleza/CE, 1930 – 1945)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2012.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na história oral**. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História. São Paulo, v. 14, 1997a.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. In: **Usos e abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RAMOS, F. Régis Lopes. A peleja da tinta nas ecruzilhadas do tempo. In.: CEARÀ, Associação Amigos do Museu do (org.). **O Sobrado do Dr. José Lourenço**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.

RAMOS, _____. Juazeiro e caldeirão: espaços de sagrado e profano. In.: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante** – cinco lições sobre a emancipação do intelectual. Tradução: Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Os Nomes da História: Ensaio de Poética do Saber**. Tradução: Eduardo Guimarães, Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. O retorno do político. In.: HAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e queda (1922-1947)**. Fortaleza: Edições UFC / STYLUS, 1989.

RICOEUR, Paul. **A marca do passado**. História da Historiografia, n. 10, 2012.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Tradução Claudia Berliner. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Jane D. Sameão e. **Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: UFC/UFRJ, Dissertação de Mestrado Interstitucional em História Social, 2000.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo. Na **senda do moderno**: Fortaleza, paisagem e técnica nos anos 40. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VANGELISTA, Chiara. Da fala à História: Notas em torno da legitimidade da fonte oral. In.: LOPES, Antonio Herculano; VELOSO, Mônica Pimenta & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representação. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

VELOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)**: mediações, linguagens e espaço. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Um Eichmann de papel**. Os assassinos da memória. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e imagem**: memória e escritura. Chapecó: Argos, 2006.

XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**. A construção do herói jangadeiro (1934 – 1958). São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2010.

Fontes

Fotografias

Álbum de fotografias do Quebra-quebra de 1942 (32 fotografias).
(Memorial da Cultura Cearense, aparelho do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura)

Fotografias da Casa Cunto após as depredações (7 fotografias).
(Arquivo privado da família Cunto)

Entrevistas

AZEVEDO, Miguel Ângelo de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 02-04-2007.
(Memorial da Cultura Cearense, aparelho do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura)

CUNTO, Francisco. Entrevista concedida a Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 13-05-2014.

FUJITA, João Batista. Entrevista concedida a Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 17-05-2014.

LAPROVÍTERA, Antonio; LAPROVÍTERA, Lygia. Entrevista concedida a Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 21-05-2014.
(Arquivo Pessoal)

MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 13-11-2006.

_____. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 22-01-2007.

_____. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 30-01-2007.

_____. Entrevista concedida a Valeria Laena, Leonardo Damasceno de Sá, Emy F. Maia Neto, Daniel da Costa Gonçalves e Carlos Renato Araujo Freire. Fortaleza: 16-03-2007.
(Memorial da Cultura Cearense, aparelho do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura)

Jornais

Correio do Ceará (1942)

O Nordeste (1939 – 1943)

O Povo (1939 – 1943)

(Biblioteca Pública Menezes Pimentel – setores de Periódicos e Microfilmes, Instituto Histórico do Ceará e Seminário da Prainha)

Relatórios

Relatório apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manoel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de maio de 1935 a 27 de janeiro de 1941. Imprensa Oficial: Fortaleza-CE, 1941.

(Arquivo Público do Estado do Ceará)

Revistas

Revista Cultura Política (1941 - 1945) <http://www.cpdoc.fgv.br/>

Revista da Faculdade de Direito do Ceará (1939, ano 1, nº 1), acervo da Biblioteca Nacional

Revista de Imigração e Colonização (1940, ano 1, nº 1), acervo da Biblioteca Nacional

Revista do Instituto do Ceará (1984, 1985 e 1995), acervo do Instituto do Ceará

Revista Em Guarda (1941 - 1944), acervo pessoal

Revista Policial (1941), acervo de Nirez

Publicações

AZEVEDO, Stênio; NOBRE Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra**. Fortaleza, CE: ABC Fortaleza, 1998.

GALENO, Alberto. **A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GIRÃO, Blanchard. **A Invasão dos Cabelos Dourados** (do uso aos abusos no tempo das “coca-colas”). Fortaleza: ABC Editora, 2008.

_____. **O Liceu e o Bonde: Na Paisagem Sentimental da Fortaleza-Província**. Fortaleza: ABC Editora, 1997.

JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira – O inédito, o sério e o pitoresco**. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 1992

LOPES, Marciano. **Coisas que o tempo levou: a era do rádio no Ceará**. Fortaleza: Gráfica VT Ltda., 1994.

MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. **Gomes de Matos** – Itinerário de uma vida. Fortaleza, CE: livro não publicado.

_____. **O menino de Solar Rouge**. Fortaleza, CE, 1989. Livro de reminiscências não publicado.

RAMOS, Ribeiro. **Um mestree um poeta**: dois homens no meu caminho. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1983.

VICTOR, Hugo. **Chefes de polícia no Ceará**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1943.

Anexo I – Descrição do arquivo pessoal de Gomes de Matos.

- Fortaleza Antiga (3 volumes).
- Beatos, coiteiros e cangaceiros do Nordeste (3 volumes).
- As Revoluções no Ceará: 1912-1914 (5 volumes).
- As Revoluções no Ceará em panfleto: 1912-1914 (2 volumes).
- Coronéis do Nordeste : Documentário fotográfico (2 volumes).
- Pe. Cícero e o Dr. Floro: Documentário iconográfico (Volume único).
- Folclore Político Nacional.
- Arquivo Particular Thomaz Pompeu Gomes de Matos (18 volumes).
- Arquivo pessoal: cartões de visita de terceiros.
- Arquivo pessoal (Memória de campanhas políticas em panfleto).
- Centenário de Nascimento do professor Raimundo Gomes de Matos (18 volumes).
- Contribuição para a história das deposições dos presidentes Nogueira Accioly e Francisco Rabelo.
- O folclórico Dr. Vicente Silva Lima: 1916-1987 (1 volume).
- Cartões de visita e panfletos de campanhas políticas (3 volumes encadernados em espiral).
- A história da República brasileira através das imagens fotográficas (5 volumes)
- Documentário para a história política do Ceará (8 volumes).
- Documentário para a história política do Ceará: cartas e telegramas.
- Ceará Colonial (1 volume).
- A prisão do jornalista A. C. Mendes.
- Obras completas de Mário Rosal Roberto (Homem do Facão).
- A Política do Ceará no Congresso Nacional (4 volumes - seleção das seções do Diário Oficial que tivessem alguma relação com a deposição do Franco Rabello):
 - o volume 1 (pág. 001/200);
 - o volume 2 (pág. 201/400);
 - o volume 3 (pág. 401/600);
 - o volume 4 (pág. 601/732).
- Subsídios para a História Política das deposições no Ceará: 1912-1914 (11 volumes):
 - o volume 1 (pág. 001/198);
 - o volume 2 (pág. 199/425);
 - o volume 3 (pág. 426/618);
 - o volume 4 (pág. 619/815);
 - o volume 5 (pág. 816/1001);
 - o volume 6 (pág. 1002/1262);
 - o volume 7 (pág. 1263/1444);
 - o volume 8 (pág. 1445/1723);
 - o volume 9 (pág. 1724/2045);
 - o volume 10 (pág. 2046/2329);

- volume extra em separado, contendo cópias de documentos, panfletos e boletins sobre os acontecimentos políticos ocorridos no Ceará entre 1912-1914.
- Lampião (2 volumes - seleção de matérias veiculadas nos jornais cearenses sobre o Lampião):
 - volume 1 (pág.001/090);
 - volume 2 (pág.001/270).
- Canudos (1 volume - Seleção de matérias veiculadas nos jornais cearenses sobre Canudos):
 - volume (pág. 001/112).
- A História do Baobá do Passeio Público de Fortaleza
 - volume 1 (pág. 001/132);
 - volume 2 (pág. 001/137).
- Testamento do Pe. Cícero Romão Batista (Cópia).
- Testamento de Floro Bartolomeu da Costa (Cópia).